

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS**

**PAULA QUINTEIRO FELIX SABINO**

**TRABALHO E PANDEMIA: OS ARRANJOS DO TRABALHO FEMININO EM  
TEMPOS DE CONFINAMENTO**

**VARGINHA/MG**

**2023**

**PAULA QUINTEIRO FELIX SABINO**

**TRABALHO E PANDEMIA: OS ARRANJOS DO TRABALHO FEMININO EM  
TEMPOS DE CONFINAMENTO**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Gestão Pública e Sociedade.

Orientadora: Dra. Ana Carolina Guerra.

**VARGINHA/MG**

**2023**

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas  
Biblioteca Campus Varginha

Quinteiro Felix Sabino, Paula.

Trabalho e pandemia: os arranjos do trabalho feminino em tempos de confinamento / Paula Quinteiro Felix Sabino. - Varginha, MG, 2023.  
135 f. : il. -

Orientador(a): Ana Carolina Guerra.

Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Sociedade) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2023.  
Bibliografia.

1. Trabalho. 2. Docentes. 3. Reprodução Social. 4. Gênero . 5.  
Pandemia. I. Guerra, Ana Carolina, orient. II. Título.

PAULA QUINTEIRO FELIX SABINO

TRABALHO E PANDEMIA: OS ARRANJOS DO TRABALHO FEMININO EM TEMPOS DE CONFINAMENTO

A Presidente da banca examinadora abaixo assina a aprovação da Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Gestão Pública e Sociedade.

Aprovada em: 25 de agosto de 2023.

Profa. Dra. Ana Carolina Guerra  
Presidente da Banca Examinadora  
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Profa. Dra. Lídia Noronha Pereira  
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Profa. Dra. Volneida Costa  
Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Guerra, Professor do Magistério Superior**, em 25/08/2023, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1069442** e o código CRC **A1527F56**.

Às mulheres [principalmente, docentes do ensino superior] que trabalharam confinadas durante a pandemia, dedico.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Sandra e Carlos, por todo o esforço que empenharam para que eu sempre pudesse estudar; por vibrarem comigo a cada conquista e; por terem me dado o alicerce necessário para que eu pudesse construir a minha história, crescer como ser humano, mulher, filha, advogada, estudante, professora – enfim, dentro das inúmeras personas que eu assumo.

Ao meu irmão Matheus, por ser meu incentivador e me mostrar que sou capaz de realizar meus sonhos e superar meus limites.

Ao meu parceiro de vida, Giovanni, por ser a pessoa que Deus colocou no meu caminho ainda na adolescência e que, de lá para cá, se tornou meu melhor amigo, confidente e esposo. Obrigada por sonhar comigo os meus sonhos e por tornar mais leve os meus dias.

Aos meus sogros e à minha cunhada, por serem a minha segunda família e pessoas que também dividem comigo as conquistas de cada etapa da vida.

Aos amigos que fiz no mestrado, que mesmo à distância, permitiram boas trocas e o suporte em um momento que, por muitas vezes, é incompreendido por aqueles que não estão inseridos no contexto da academia, de estudante de pós-graduação *stricto sensu*.

Em especial, à minha orientadora Ana Carolina Guerra, por toda atenção que teve comigo durante o processo de orientação; que mesmo vivenciando uma fase de transformações, não hesitou em tirar minhas dúvidas, ceder o seu tempo e em compartilhar os seus conhecimentos comigo. Obrigada por confiar em mim durante esses meses e por acreditar na minha pesquisa.

Ao corpo docente da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), tanto por terem sido peças fundamentais para a presente pesquisa, quanto pelas aulas em que tive a oportunidade de assistir como aluna – aulas que foram ministradas com louvor por docentes capacitados e apaixonados pela profissão. Poder sentir a entrega dos professores foi fonte motivadora para leituras intermináveis, trabalhos que renderam noites acordadas, debates enriquecedores e muitas páginas de artigos escritos.

Às pessoas que, de alguma forma, contribuíram para o presente trabalho, seja diretamente ou indiretamente.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro que me permitiu dedicação à minha pesquisa. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Sou grata!

Já é tarde, tudo está certo  
Cada coisa posta em seu lugar  
Filho dorme ela arruma o uniforme  
Tudo pronto pra quando despertar  
O ensejo a fez tão prendada  
Ela foi educada pra cuidar e servir  
De costume esquecia-se dela  
Sempre a última a sair  
Disfarça e segue em frente  
Todo dia até cansar  
E eis que de repente ela resolve então mudar  
Vira a mesa  
Assume o jogo  
Faz questão de se cuidar  
Nem serva, nem objeto  
Já não quer ser o outro  
Hoje ela é o também  
A despeito de tanto mestrado  
Ganha menos que o namorado  
E não entende porque  
Tem talento de equilibrista  
Ela é muita se você quer saber  
Hoje aos 30 é melhor que aos 18  
Nem Balzac poderia prever  
Depois do lar, do trabalho e dos filhos  
Ainda vai pra *nigth* ferver  
Disfarça e segue em frente  
Todo dia até cansar  
E eis que de repente ela resolve então mudar  
Vira a mesa  
Assume o jogo  
Faz questão de se cuidar  
Nem serva, nem objeto  
Já não quer ser o outro  
Hoje ela é o também

(Desconstruindo Amélia – Pitty)

## RESUMO

A pandemia do Coronavírus mudou a dinâmica da vida em diversos aspectos como o social, econômico, sanitário, e gerou impactos no mundo do trabalho, questão desta pesquisa, sobretudo o trabalho feminino, posto que as mulheres, por serem as principais provedoras de cuidado, ficaram e estão sobrecarregadas com o desafio de conciliar os trabalhos reprodutivo e profissional dentro do lar. O presente trabalho se propôs analisar os arranjos do trabalho feminino, a partir da perspectiva das docentes do nível superior, mais precisamente, das docentes de cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), *campus* Varginha, MG, tendo como objetivo maior identificar os impactos da pandemia no trabalho reprodutivo e produtivo de mulheres colocadas para trabalhar em casa, com a pandemia. Para se alcançar o objetivo geral, os objetivos específicos consistiram em: caracterizar as docentes dos três Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* ofertados pela referida universidade, especificamente no *campus* identificado; investigar as dificuldades enfrentadas pelas docentes; e compreender os impactos da pandemia no trabalho das mulheres. Construiu-se, em princípio, um robusto referencial teórico, com o fim de contextualizar a pesquisa e, sobretudo, compreender o estado da arte dos temas pesquisados. A partir da construção teórica se fez possível elaborar a parte empírica do trabalho, que consistiu em realizar entrevistas com as professoras da instituição mencionada, considerando o recorte proposto. Posteriormente, as entrevistas foram submetidas ao processo de análise, tendo como norte teórico e metodológico a Análise Crítica do Discurso na perspectiva de Teun A. Van Dijk. Como resultados, foi possível verificar que as mulheres foram as maiores impactadas pelo período pandêmico, dada as transformações em seus trabalhos. O fato de estar em casa fez com que as jornadas fossem expandidas e se sobrepusessem, houve um acúmulo e um excesso de atribuições tanto acadêmicas, quanto de cuidados, que acabou gerando sobrecarga física e mental nas entrevistadas, sendo que referida sobrecarga permanece, mesmo com a retomada das atividades acadêmicas ao formato presencial. Assim, a elaboração do arcabouço teórico, conjugado com as trajetórias das mulheres que foram colocadas para trabalhar em casa em decorrência da pandemia, possibilitou a reflexão sobre a exploração do trabalho feminino atualmente.

Palavras-chave: trabalho; docentes; reprodução social; gênero; pandemia.



## ABSTRACT

The Coronavirus pandemic has changed the dynamics of life in various aspects, such as the social, economic and health aspects, and impacted the world of work, which is the subject of this research, especially female work, since women, as the main providers of care, were and they are overwhelmed with the challenge of reconciling reproductive and professional work within the home. The present work proposes to analyze the arrangements of female work, from the perspective of higher education professors, more precisely, of t professors of *stricto sensu* postgraduate courses at the Federal University of Alfenas (UNIFAL-MG), campus Varginha, MG, with the main objective of identifying the impacts of the pandemic on the reproductive and productive work of women placed to work at home, due to the pandemic. In order to reach the general objective, the specific objectives consisted of: characterizing the professors of the three *stricto sensu* Graduate Programs offered by the university; investigate the difficulties faced by professors; and understand the impacts of the pandemic on women's work. In order to carry out this research, a robust theoretical framework was built in principle, with the aim of contextualizing the research and, above all, understanding the state of the art of the researched themes. From the theoretical construction, it was possible to elaborate the empirical part of this work, which consisted of conducting interviews with the professors of the mentioned Institution. Subsequently, the interviews were submitted to the analysis process based on the theoretical and methodological approach of Critical Discourse Analysis from the perspective of Teun A. Van Dijk. As a result, it was possible to verify that women were the most impacted by the pandemic period, given the transformations in their jobs, the fact of being at home made the journeys expand and overlap, there was an accumulation and a excess of both academic and care attributions, which ended up generating physical and mental overload in the interviewees, and this overload remains, even with the return of academic activities within the institution. Thus, the elaboration of the theoretical framework, combined with the trajectories of the women who worked at home in the pandemic, made it possible to reflect on the exploitation of female work today.

Keywords: work; professor; social reproduction; gender; pandemic.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Categorização dos trabalhadores docentes do PPGPS, PROFIAP e do PPGE, primeiro semestre de 2022, de acordo com o sexo .....	70
Tabela 2 – Caracterização das entrevistadas .....	82

## LISTA DE SIGLAS

ACD	Análise Crítica do Discurso
AD	Análise do Discurso
AIE	Aparelho Ideológico do Estado
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
EAD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ERE	Ensino Remoto Emergencial
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICSA	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial da Saúde
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Economia
PPGPS	Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade
PROFIAP	Mestrado Profissional em Administração Pública
SUS	Sistema Único de Saúde
TI	Tecnologia da Informação
TRP	Teoria da Reprodução Social
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas

## SUMÁRIO

	<b>PREFÁCIO</b>	
1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
2	<b>TRABALHO</b> .....	22
2.1	TRABALHO E CENTRALIDADE.....	22
2.2	INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO.....	29
2.3	TRABALHO DOCENTE.....	35
3	<b>REPRODUÇÃO SOCIAL</b> .....	41
3.1	INICIANDO O DEBATE.....	41
3.2	REPRODUÇÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA DAS FEMINISTAS-MARXISTAS...46	
3.3	REPRODUÇÃO SOCIAL NO DEBATE CONTEMPORÂNEO.....	51
4	<b>GÊNERO</b> .....	57
4.1	O PONTO DE PARTIDA.....	57
4.2	DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.....	60
4.3	ARRANJOS DO TRABALHO E A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS.....	64
5	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	68
5.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	68
5.2	COLETA DE DADOS.....	70
5.3	ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO.....	73
6	<b>MULHERES DOCENTES NA PANDEMIA: O COTIDIANO REVELADO ATRAVÉS DO DISCURSO</b> .....	79
6.1	CARACTERIZAÇÃO DAS DOCENTES DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> DA UNIFAL-MG, <i>CAMPUS</i> VARGINHA, MG.....	79
6.2	O DISCURSO DAS DOCENTES DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> DA UNIFAL-MG, <i>CAMPUS</i> VARGINHA, MG.....	83
6.2.1	<b>O perfil profissional das docentes</b> .....	83
6.2.2	<b>As dificuldades enfrentadas pelas docentes durante o período de isolamento</b> .....	90
6.2.3	<b>Os impactos da pandemia no trabalho das docentes durante o período de confinamento</b> .....	100
7	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	114
	<b>RERÊNCIAS</b> .....	121
	<b>APÊNDICE – ROTEIRO DE ENTREVISTAS</b> .....	135

## PREFÁCIO

Sempre acreditei na educação como um meio de transformação da minha realidade – e, isso não é por acaso. Quando eu era pequena, meus pais me colocaram para estudar em um colégio particular e, durante os anos, eu vivenciei a luta deles para me manter estudando lá. Vi eles renunciarem muitas coisas materiais para que eu e o meu irmão pudéssemos ter um ensino de qualidade, desde a primeira infância. Meu pai, torneiro mecânico e, na época, empregado, fazia horas-extras para prover o sustento da casa, comprar comida e roupa, pagar o aluguel, o transporte e a mensalidade do colégio. Minha mãe, por sua vez, quando meu irmão nasceu, abandonou de vez a sua carreira na área da saúde, como técnica em enfermagem, para se dedicar exclusivamente aos cuidados domésticos.

Das lembranças da infância, hoje consigo enxergar, com maior clareza, como as escolhas e renúncias dos meus pais nortearam a minha trajetória até aqui. Consigo obter respostas para muitas perguntas feitas para os meus pais naquele tempo; em especial, para a minha mãe, como exemplos: por qual motivo você parou de trabalhar? Mas você só fica em casa? Não sente falta de ter sua independência financeira?

Entre outros questionamentos sempre me causaram incômodo, mas, hoje, vejo que carregam uma série de fatores estruturais que não são exclusivos do meu contexto familiar – muito pelo contrário, que afetam muitas mulheres e muitas famílias.

Em paralelo, também olho para traz e enxergo a importância do trabalho e a sua centralidade através do meu pai. Como comumente se diz, ele sempre foi um homem trabalhador, que mesmo sem saber direito, me ensinou o conceito de mais-valia, e é nele que eu sempre penso quando dou algum passo na minha carreira, porque nem sempre aquele passo será compreendido pelos outros, nem sempre aquela escolha trará o melhor retorno financeiro, mas será a minha escolha dentro daquilo que eu acredito e busco realizar. Esta liberdade de escolher qual caminho seguir e saber que o retorno financeiro e o reconhecimento serão consequências de um trabalho feito com amor, eu aprendi dentro da minha casa. É nisso que eu acredito e busco praticar.

Bom, a liberdade de escolher os meus primeiros rumos vieram na adolescência, logo no último ano do Ensino Médio, quando chegou o momento do vestibular. Sabia que não tinha maturidade e nem condições para sair de casa com dezoito anos recém-feitos; então, precisava escolher algum curso que fosse ofertado nas instituições da minha cidade, Poços de Caldas/MG, naquela época.

Portanto, sabendo que era da área de humanas, me restaram poucas opções: Administração, Psicologia e Direito. Escolhi cursar Direito, fiz vestibular tomada por uma ansiedade que me custou uma aprovação em segunda chamada. Lembro de ter ficado tão frustrada com aquele resultado, porque a expectativa era ter sido aprovada em uma boa colocação. Fato é que, independentemente do desempenho no vestibular, eu consegui me matricular e, ainda, consegui o financiamento estudantil, por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

O FIES me possibilitou estudar em uma instituição de ensino superior privada e ter acesso a tudo que ela oferece. Foram cinco anos de curso muito bem aproveitados. Foi na graduação que tive a oportunidade de conhecer a pesquisa, a extensão e a monitoria. Fiz estágio desde o segundo período do curso, passei no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entre o oitavo e o nono período – algo relevante para os estudantes de Direito – e me tornei bacharel em Direito, já tendo a oportunidade de iniciar minha carreira na advocacia logo em seguida.

Saí da faculdade, mas com vontade de voltar, pois foi durante a graduação que, por ter tido contato, principalmente, com a pesquisa e com a monitoria, que despertei o interesse em assumir uma sala de aula, em lecionar. Com isso, sabia que não poderia me acomodar e que deveria seguir com os estudos; porém, agora de forma já mais direcionada.

Me inscrevi em uma Pós-graduação em Direito Social, Trabalho e Previdência, logo que o diploma de bacharel ficou pronto. A princípio, o intuito era começar a criar um nicho para a minha atuação na advocacia; no entanto, no desenvolver da especialização, fui tomando mais interesse pelas áreas que estava estudando de forma mais aprofundada, sobretudo porque suas discussões não estavam restritas à prática da advocacia – na verdade, isso era a menor parte –, mas sim às questões que sempre me causaram inquietações, como por exemplo: o desmonte dos direitos sociais, a precarização do trabalho, os aspectos ideológicos e econômicos da contra reforma trabalhista e da contra reforma da previdência social, a disseminação do neoliberalismo, as desigualdades sociais, as desigualdades de gênero, entre outros temas.

Foi na Pós-graduação que eu senti a necessidade de escrever sobre esses temas, como uma forma de transformar minhas indignações em pesquisa. Inclusive, foi nessa época que tive a oportunidade de começar a compreender um pouco sobre o trabalho feminino na sociedade capitalista, quando me propus a escrever um artigo desprezioso sobre o trabalho feminino dentro e fora do lar. Sim, foi nessa época que a sementinha da presente dissertação foi plantada.

Pois bem, durante a Pós-graduação, o evento mais inesperado eclodiu. Uma pandemia, um vírus estranho, desconhecido, um inimigo mortal que não sabíamos e não tínhamos

condições de saber por quanto tempo estaria entre nós. A princípio, o uso da máscara e do álcool em gel seriam suficientes para minimizar o alastramento da doença? Talvez? Dúvidas. Os dias foram passando e os casos aumentando em número e gravidade. Nada estava normal, nada estava como antes. Veio o isolamento social, e como ficaria a vida das pessoas? O trabalho? A renda? Mais dúvidas. Pessoas morrendo, filas nos hospitais. Cadê a vacina? E havia gente negando, tomando cloroquina. Caos, indignação, o que resta? Pesquisa!

A partir do material ainda muito raso que tinha sobre o trabalho feminino dentro e fora do lar, comecei a escrever um pouco sobre a pandemia. Trouxe para os meus rascunhos um elemento novo, inédito e atual. Mas, buscar escrever sobre a pandemia ainda naqueles primeiros meses de 2020 era basicamente brincar de prever o futuro e imaginar cenários, pois havia hipóteses, mas não resultados para as inúmeras suposições que surgiam.

De todo modo, ainda bem que escrevi esses rascunhos, pois foram eles que se transformaram no projeto de pesquisa que permitiu o meu acesso ao mestrado, mais especificamente, ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade (PPGPS) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Foram esses rascunhos que permitiram o início de uma nova caminhada em um momento marcado por tantas incertezas.

A saber, em virtude da perpetuação da pandemia, muitas atividades que estavam suspensas já durante meses – como no caso, as atividades educacionais –, começaram a se reestruturar visando a retomada. O retorno das aulas era necessário e urgente, mas não havia possibilidade de ocorrer de forma presencial. Foi aí que o ensino remoto se difundiu pelo país e passou a ser implementado nas instituições públicas e privadas, nos diferentes níveis de educação. Em virtude de tais condições, eu vi a oportunidade de poder fazer o processo seletivo do mestrado à distância e, também, caso aprovada, de realizar pelo menos parte das disciplinas de maneira remota. Essas especificidades me motivaram a conquistar a tão sonhada aprovação na pós-graduação *stricto sensu*.

Ingressei no mestrado e, seguramente, posso afirmar que foi o período que mais evolui intelectualmente. Tive a oportunidade de conhecer, ainda que de maneira remota, pessoas incríveis que contribuíram para a minha formação acadêmica e para o despertar crítico de muitas questões que ao longo dos anos me rodearam como inquietações. Nesse sentido, durante o curso e o caminhar das disciplinas, eu tive a oportunidade de aprofundar os estudos acerca do mundo do trabalho, tema pelo qual tenho grande entusiasmo em estudar, ao ponto de poder conjugá-lo a outros temas tão complexos – como, no caso, gênero e a pandemia.

Estudando e pesquisando de maneira conjunta as temáticas, sobretudo trabalho e gênero, eu me deparei com um arcabouço teórico inesgotável, que realmente me fez ficar extasiada em

busca de compreender melhor as diversas lutas das mulheres dentro da sociedade capitalista. Assim, em meio a um turbilhão de ideias, eu encontrei em minha orientadora o suporte para estruturar a presente dissertação.

Foram reuniões, *e-mails*, textos, artigos compartilhados até que, em conjunto, pudéssemos deliberar que seria necessário trazer vivências de trabalhadoras que foram colocadas para trabalhar em casa com a pandemia. Assim, em meio a uma gama de profissionais, vimos que o trabalho da docente deveria ser prestigiado; afinal, além das professoras terem sofrido mudanças na sua dinâmica laboral em virtude da pandemia, são profissionais que também exercem concomitantemente as funções sociais relacionadas ao cuidado do lar, familiares e filhos, que lhes demandam tanto quanto ou mais investimento de tempo que as atividades acadêmicas.

Assim, eu espero que a leitura da presente dissertação possa contribuir para a compreensão acerca do trabalho feminino na sociedade contemporânea e possa propiciar um refletir sobre as metamorfoses do mundo trabalho; sobretudo, em momentos de crises, tal qual a pandemia.



## 1 INTRODUÇÃO

No dia 11 de março de 2020, foi declarada a pandemia do *Coronavírus Disease* pela Organização Mundial de Saúde (OMS), popularmente conhecida como pandemia da Covid-19, pois seus primeiros casos foram divulgados no ano de 2019. No Brasil, a Presidência da República, representada pelo Ministério da Saúde (MS), chegou a decretar emergência na saúde pública, nos termos da Lei 13.979/2020 (BRASIL, 2020), que dispôs sobre as medidas para enfrentamento da doença.

O vírus possui grande potencial de contágio e sobrecarrega o sistema de saúde, de modo que medidas restritivas, dentre elas a quarentena e o isolamento social, foram impostas. Essas medidas drásticas, de caráter sanitário, foram as alternativas iniciais para se conter a propagação em massa do vírus (GRANATO, 2020), considerando que, pelo menos à época, pouco se conhecia sobre a doença e ainda não existiam tratamentos bem definidos, tampouco vacina, para combatê-la.

Especificamente no Brasil, a Covid-19 representou um acirramento entre a saúde pública e os interesses econômicos. Com o argumento de defender a ordem econômica do país, o presidente à época eleito, Jair Messias Bolsonaro, se opôs ao isolamento social, negando, assim, a principal estratégia adotada por outros países no combate do alastramento do vírus (BURKI, 2020). Bolsonaro propagou o negacionismo, sendo que seus pronunciamentos perversos e apáticos ao sofrimento humano, fizeram com que seus adeptos passassem a negar as trágicas consequências da doença, ao ponto de ignorarem o número de vítimas e a quantidade de vidas que estavam sendo ceifadas em razão do vírus<sup>1</sup> (CAMPOS, 2020).

O negacionismo também recaiu sobre a Ciência, pois ao mesmo tempo em que o presidente à época atrasava a compra de vacinas, defendia, sem qualquer embasamento médico e científico, o uso de medicamentos para o tratamento da doença – tais como a cloroquina e a hidroxicloroquina. Segundo Campos (2020), Bolsonaro e sua política da morte, felizmente, encontraram oposição de parte significativa da sociedade e de grande parte das instituições, pois “muitos governos municipais e estaduais, setores da mídia, de partidos políticos e do judiciário pautaram-se em medidas cientificamente baseadas, em encontro aos esforços de organizações científicas que mobilizam pelo fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)” (CAMPOS, 2020, p. 2).

---

<sup>1</sup>A Covid-19 causou mais de 688.218 mil mortes no Brasil, tendo registrados 34.837.035 milhões de casos confirmados também no país ao tempo desta pesquisa (BRASIL, 2022).

Assim, mesmo que a contragosto do chefe do executivo federal, creches, escolas e demais instituições de ensino tiveram suas atividades suspensas, os comércios receberam ordens de fechamento, fábricas e indústrias interromperam as suas atividades. Com isso, um momento de incertezas se estabeleceu; sobretudo, para a classe trabalhadora que passou a enfrentar, para além do medo da doença, o medo do desemprego, das suspensões temporárias do contrato de trabalho e das reduções salariais.

Deste modo, viu-se que a pandemia se caracterizou por uma combinação de crises, sem precedentes ao longo da história (GRANATO, 2020). Dutra (2020) afirma que crises afloram questões latentes da sociedade e, em meio a uma pandemia, isto é, em meio a uma crise, acredita-se que os arranjos do trabalho, a reprodução social e a desigualdade de gênero sejam exemplos acerca de tais questões.

Assim, a pandemia do Coronavírus mudou a dinâmica da vida em diversos aspectos como o social, econômico, sanitário e gerou impactos no mundo do trabalho, questão desta pesquisa – sobretudo, o trabalho feminino, posto que as mulheres, por serem as principais provedoras de cuidado, ficaram e estão sobrecarregadas com o desafio de conciliar os trabalhos reprodutivo e profissional, dentro do lar. Pontua-se que tal excesso de atribuições decorre do fato da sociedade patriarcal ter atribuído múltiplas funções para as mulheres, que, além de desempenharem preponderantemente os serviços domésticos, trabalham fora do lar, cumprindo longas jornadas e buscando atender os diversos anseios da sociedade contemporânea.

Com a pandemia, pelo menos no seu primeiro momento, o lar se tornou o espaço das inúmeras relações humanas. As tarefas domésticas e o trabalho formal se incorporaram em um único ambiente, sendo que tal fato sobrecarregou mais as mulheres, pois elas, além de terem que se dedicar às tarefas pessoais e profissionais, simultaneamente, passaram a receber maiores demandas de cuidado advindas dos outros membros da família.

Estes contornos, que foram experimentados em virtude da pandemia, fizeram com que o processo de permanência no lar descortinasse traços da reprodução social, denunciando diversas dificuldades que recaem diferentemente sobre as mulheres em relação aos homens. Ademais, a pandemia veio acompanhada de uma severa instabilidade econômica, que colocou sobre a população o medo do comprometimento da renda e da impossibilidade de continuar trabalhando da maneira até então estabelecida; todavia, alguns trabalhadores tiveram condições de adaptar seus trabalhos para que fossem executados remotamente, sem sofrer maiores prejuízos, comparado com aquelas pessoas que não tiveram outra opção, a não ser a de deixar de trabalhar pelo fato de estarem impossibilitadas ou as que tiveram seus serviços dispensados.

Assim, algumas mulheres que, dada sua profissão, puderam continuar exercendo suas atividades profissionais em casa, se inseriram em contextos profissionais de “maior privilégio” (HAN, 2020, p. 9), considerando que quem pôde executar alguma modalidade de trabalho remoto não se expôs ao vírus tão diretamente. Todavia, esta possibilidade de continuar o trabalho profissional em casa, fez com que o confinamento intensificasse a sobrecarga de atribuições das mulheres, descortinando o processo de exploração do contingente feminino que já estava estabelecido na sociedade do capital, mas que agora se tornou mais evidente, sendo a pandemia, então, nada mais que a “gota que transbordou o copo” (HAN, 2020, p. 9).

Diante de tais percepções, emerge a pertinência temática da presente pesquisa, uma vez que é um estudo do tempo presente. Para que fosse possível analisar as transformações causadas pela pandemia no trabalho das mulheres, optou-se por trazer as vivências das docentes do nível superior, a partir das docentes dos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), campus Varginha/MG, pois são elas exemplos de mulheres que trabalharam em casa com a pandemia e, também, porque estão vinculadas à mesma instituição de ensino que a pesquisadora.

A escolha em desenvolver o presente trabalho com mulheres docentes também se reforçou pelo fato de serem mulheres de alta escolaridade e que oferecem mão de obra qualificada para o mercado, mas que, ainda assim, vivenciaram e ainda vivenciam, dentro da lógica do capitalismo, uma dinâmica em que o trabalho produtivo se sobrepõe ao reprodutivo, tendo isso ficado mais nítido com a implementação do trabalho remoto durante o período pandêmico, dada a ampliação da espacialidade do lar.

Com o fechamento do espaço físico das instituições de ensino e o trabalho em casa, os profissionais tiveram que se adaptar de maneira rápida às novas formas de lecionar. Por exemplo, a sala de aula virou sala da cozinha ou de qualquer outro cômodo da casa; os encontros com os alunos e colegas de trabalho passaram a ser feitos por meio de vídeo chamadas e de reuniões *online*; o aprendizado passou a se dar nas mais diversas plataformas disponíveis na *internet*; sendo que, tudo isso, configurou uma verdadeira mudança na forma de desempenhar o trabalho produtivo e impactou na rotina e no modo de vida dessas mulheres trabalhadoras.

Por essas realidades, buscou-se desenvolver uma dissertação que envolve o mundo do trabalho, a reprodução social e gênero, conjugados à trajetória de mulheres que vivenciaram mudanças no trabalho durante o período da propagação do Coronavírus, sendo que é neste ponto que reside a problemática deste estudo, revelada pela seguinte pergunta norteadora: quais as transformações causadas pela pandemia nos trabalhos reprodutivo e produtivo das docentes dos

Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da Universidade Federal de Alfenas, campus Varginha, MG?

Em busca de respostas ao questionamento colocado, o objetivo geral da presente dissertação é identificar os impactos da pandemia no trabalho reprodutivo e produtivo das mulheres (então, docentes) colocadas para trabalhar em casa, com a pandemia. Para seu cumprimento, os objetivos específicos se elencam em: (i) caracterizar as docentes dos três Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* que são ofertados pela UNIFAL-MG no campus de Varginha, MG; (ii) investigar as dificuldades enfrentadas pelas docentes; e (iii) compreender, por meio da Análise Crítica do Discurso, os impactos na pandemia no trabalho destas mulheres.

Como se sabe, os objetivos específicos revelam os caminhos que a pesquisa percorre para atingir o seu objetivo geral da dissertação, respondendo, assim, ao problema pesquisado. Com isso, optou-se por construir um referencial teórico abordando trabalho, reprodução social e gênero, para que fosse possível compreender como tais temáticas estão sendo tratadas academicamente e, também, porque é a compreensão acerca de tais questões que permite a melhor interpretação dos dados da presente pesquisa.

Pontua-se que a primeira parte do referencial teórico construído se dedicou em analisar o trabalho e sua centralidade, pois acredita-se que refletir sobre o trabalho é refletir sobre a própria humanidade e sua passagem ao longo da história; no entanto, para o cumprimento dos objetivos desta dissertação, não bastava compreender o trabalho de forma assexuada, sendo necessário refletir acerca do trabalho feminino. Por isso, destinou-se a pesquisar sobre a inserção feminina no mercado de trabalho que, conforme aponta Neves (2009), tem se mostrado impiedoso com as mulheres, pois a sua formação acadêmica, qualificação e competência não alteram as condições desiguais que enfrentam em relação aos homens dentro do mundo do trabalho, dentre as quais pode-se citar: a diferença salarial, a colocação profissional, distinção de jornada, chances de promoção, permanência na carreira, entre outras.

Deste modo, parte-se da hipótese que mulheres, ainda que qualificadas, permanecem sendo vítimas da sociedade do patriarcado, estando constantemente expostas às barreiras da discriminação de gênero, do assédio, dos padrões de beleza, da diferença salarial e, ainda, da sobrecarga de trabalho. A respeito da sobrecarga advinda do trabalho, isso ocorre porque o trabalho na unidade privada – ou seja, dentro do lar – não foi recepcionado pelos homens na mesma proporção em que o trabalho na unidade pública atingiu as mulheres.

Por essas razões, ao se pensar na mão de obra qualificada que é ofertada pelas mulheres, sobretudo, considerando as sujeitas dessa pesquisa, dedicou-se em realizar uma abordagem sobre o trabalho docente, o que abriu margem necessária para esta pesquisa analisar a

reprodução social e gênero, uma vez que as mulheres, mesmo buscando pela qualificação e pela profissionalização, sendo mais intelectualizadas e detentoras de amplo conhecimento acadêmico, acabam sendo impactadas pelas relações de poder.

Diante dos contornos apresentados, foi latente a necessidade de trazer referidas reflexões desde o referencial teórico, posto que o contexto de pandemia fez emergir novas realidades laborativas. O retorno ao lar, viabilizado pelo trabalho remoto, por exemplo, aprofundou a divisão sexual do trabalho, uma vez que possibilitou que as mulheres ficassem dentro de casa tendo que conviver simultaneamente com o trabalho reprodutivo e produtivo, reforçando o distanciando dos homens da ideia de colaboração das tarefas domésticas.

Metodologicamente, este trabalho possui caráter qualitativo, porque seu processo de geração de dados se apoiou por meio de percepções, crenças e valores dos sujeitos pesquisados (CEDRO, 2011). Para se alcançar tais fins, buscou-se realizar entrevistas semiestruturadas com as docentes do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade (PPGPS), do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) e do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE), todos da UNIFAL-MG, campus Varginha/MG, considerando que a instituição é um dos pontos que une a pesquisadora com as docentes, e que os três Programas fazem parte do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), que pertence à Universidade.

Por sua vez, para compreender e interpretar o material qualitativo, mostrou-se necessário aplicar possibilidades teóricas e práticas para análise dos dados coletados, optando-se pela Análise Crítica do Discurso, na perspectiva do holandês Teun A. Van Dijk, pois acredita-se que uma análise do discurso consistente demanda, simultaneamente, uma análise cognitiva e social, sendo que apenas por meio da integração dessas duas dimensões que os problemas sociais poderão vir a ser descritos, explicados e criticados (VAN DIJK; MEDEIROS; ANDRADE, 2013).

Todas essas observações, que apoiaram tanto a parte empírica deste trabalho, quanto a construção do referencial teórico, teve como principais autores: Karl Marx, Ricardo Antunes, Heleieth Saffioti, Lise Vogel, Iris Young, Silvia Frederici, Joan Scoot, Cinzia Arruza. Estes reafirmam a pertinência da presente pesquisa não só para o tempo presente, mas também para a gestão pública e sociedade, área que investiga os diferentes processos sociais. Portanto, a mesma contribui para o aprimoramento da sociedade civil, da gestão pública, da formação para a cidadania e colabora para o fomento de ações que visem tornar mais justa e igualitária a relação entre homens e mulheres.

Diante de todo o exposto, em síntese, tem-se que este trabalho se encontra organizado por meio de capítulos, além desta introdução. Em termos teóricos e conceituais, o segundo

capítulo dedicou-se ao tema trabalho e se desdobrou em três subcapítulos para tratar sobre o trabalho e centralidade, trabalho feminino e trabalho docente. O terceiro capítulo cuidou da reprodução social, em que se fez uma primeira contextualizada, seguindo para a perspectiva das teóricas feministas-marxistas e, após, a abordagem da reprodução social no debate contemporâneo. No quarto capítulo tratou-se sobre gênero, divisão sexual do trabalho e os arranjos do trabalho docente durante a pandemia do Covid-19, com o intuito de aproximar os leitores aos sujeitos do presente trabalho. O quinto capítulo trouxe os procedimentos metodológicos, como uma forma de categorizar a pesquisa e indicar os procedimentos utilizados para análise e coleta de dados. Adiante, o sexto capítulo se destinou aos resultados obtidos junto a pesquisa aplicada – ou seja, apresentou a Análise Crítica do Discurso em funcionamento. Por fim, o sétimo capítulo ocupou-se das considerações finais.

## 2 TRABALHO

### 2.1 TRABALHO E CENTRALIDADE

Refletir sobre o trabalho é refletir sobre a própria humanidade e sua passagem ao longo da história – isso porque a acepção de trabalho só existe para o ser humano. O homem, ainda que em sua forma dita como mais primitiva, em que nada se conhecia, foi construindo à sua realidade, por meio da experiência de modificar a natureza, e dessa relação, a intencionalidade era construir condições para a manutenção de sua espécie.

Neste primeiro estágio, da economia isolada, o esforço do homem põe-se como complementar ao da natureza; por exemplo, o homem, valendo-se de seus instintos, colhia o fruto produzido pela árvore sem qualquer interferência, retirava um peixe do rio, matava para comer um animal que estivesse em condição de maior vulnerabilidade (ALBORNOZ, 2008) e, dessa forma, seguia sobrevivendo. Assim, diz-se que o homem, ao longo dos tempos, foi construindo condições para a própria vida, o que é um traço que lhe difere dos animais de outras espécies. Aqui, vale citar a passagem da obra marxista ‘O Capital’:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo na cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste já existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente (MARX, 1985, p. 149-150).

Tal citação sugere que o homem foi desenvolvendo habilidades intelectuais, criando instrumentos, técnicas e objetivos por meio do trabalho e que, diferentemente dos animais irracionais, o homem construiu-se como ser social, dotado da capacidade de idealizar as suas ações, o que também é chamado de capacidade teleológica – ou seja, o homem possui a capacidade de orientar suas ações para um fim. De acordo com Souza e Mendonça (2017), o produto do trabalho humano já existe subjetivamente antes de existir no plano objetivo, sendo a capacidade teleológica o que particulariza a transformação realizada pelos homens para com a natureza.

Deste modo, se vê que o trabalho é uma atividade peculiar e exclusiva do ser humano, que se concretiza sobre os elementos naturais de modo a transformá-los sob a orientação de uma finalidade específica (BIZERRA, 2017). Neste processo, ao longo do tempo, o homem foi adquirindo conhecimentos e foi se aperfeiçoando, à vista de melhor atender suas diversas

demandas. É fato que, da relação estabelecida entre o homem e a natureza criou-se à necessidade e às condições para se melhorar as próprias formas de se executar o trabalho, o que, via de consequência, acabou permitindo a mudança de seus arranjos e o aperfeiçoamento de suas técnicas instrumentais (ALVES, 2005). Tem-se que, na medida em que o homem foi se relacionando com a natureza, foi a transformando e transformando a si mesmo, com o intuito de produzir produtos dotados de valor de uso; isto é, objetos que atendessem às suas necessidades. Nesse sentido, tem-se o seguinte ensino marxista:

[...] antes de tudo, o trabalho é um processo em que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo em que modifica sua própria natureza (MARX, 1988, p. 142).

A partir de tais ponderações, o que se tem é que o homem, ao concluir um processo de trabalho, já não é mais o mesmo que o iniciou, pois ele transformou o meio em que vive (a natureza), e também se transformou, de modo que nem a sua corporalidade e nem tampouco a sua consciência a respeito do mundo são mais os mesmos.

Com este metabolismo, o homem vai se reafirmando enquanto um ser social, que cria a sua própria história – individual e coletivamente – sendo o trabalho, de acordo com Marx (1988), também compreendido como um instrumento de humanização, bem como uma forma em que o homem constrói a sociabilidade. Lukács (1990) corrobora nesse sentido ao afirmar que o intercâmbio homem e natureza, que é consciente e projetado para um fim, é também produtor da vida social, da cooperação e da sociabilidade. Assim, o trabalho, uma vez que imbuído de valores e significados que tangenciam a subjetividade do homem e a sua relação com o meio, possibilita a identificação dos sujeitos e a criação da ideia de pertencimento, o que faz emergir a noção de coletividade.

Frisa-se que o trabalho não é tão somente uma atividade específica dos seres humanos vivendo em sociedade; mas, é o fundamento primordial do processo histórico no qual o ser humano surge como ser social (PETO, 2018). Assim, conforme Peto (2018), o ser social, precedido pela categoria do trabalho, se reconhece por meio daquilo que produz e, via de consequência, acaba se emancipando, pois compreende-se que não vive sem o trabalho e que é por meio dele que consegue-se produzir diferentes significados para a própria vida.

Por certo, a forma com que o indivíduo se relaciona com o meio, faz com que o trabalho possua diferentes sentidos e significados, de modo que analisar o trabalho demanda a



especificação de determinado grupo social (SILVA; BRAGA, 2014). É o que pelo menos demonstra a história pois, ao longo dos anos, o intercâmbio homem e natureza se transformou e, em paralelo, o trabalho foi sofrendo metamorfoses. Fato é que o desenvolvimento e o aprimoramento dos processos de produção necessariamente criaram, e ainda criam, a divisão social do trabalho, sendo as formas com que o homem estabelece relações de produção as mais diversas.

Em linhas gerais e conforme o conhecimento desenvolvido no ocidente, as relações de produção, que se expressam por meio de formações econômico-sociais, já experimentadas pela sociedade são quatro: comunista primitiva, escravista, feudal, e, atualmente, a capitalista (NETTO; BRAZ, 2010). Cada uma dessas formações foram se constituindo tendo por base uma forma particular de trabalho, o que, na prática, lhes confere características bem específicas e distintas.

No comunismo primitivo, por exemplo e como já mencionado, pensava-se na sobrevivência da comunidade, haja vista o caráter coletivo e arcaico do trabalho da época. Assim, as comunidades nômades, por vezes, tinham suas ações baseadas nas obviedades naturais. Na medida em que o ser social foi se tornando mais complexo, passou a domesticar os animais e a se dedicar ao plantio, sendo que tais feitos representaram grandes avanços e permitiram a invenção de novos instrumentos para o trabalho, com mais capacidade para controlar a natureza (SOUZA; MENDONÇA, 2017).

Segundo Albornoz (2008), do estágio que sucedeu ao das economias isoladas, o homem, por meio do empenho de novas técnicas para sobrevivência, superou o nomadismo e passou a desenvolver a agricultura. Ainda segundo a autora, o aprimoramento do plantio e a desnecessidade do homem de ter que estar em constante deslocamento em busca de alimento e abrigo fizeram com que surgisse a noção de propriedade, o que mudou de forma significativa o modo de vida do ser humano.

Fato marcante para este ponto da história é que, junto da ideia de propriedade e do implemento da agricultura, surge a acepção de excedente, que é a diferença entre o que aqueles que realizam o trabalho produzem e o que é realmente preciso para satisfazer as necessidades imediatas daquela comunidade (NETTO; BRAZ, 2010). Indagou-se, então, sobre o que fazer com essa sobra, ora excedente; assim, o que se verificou na sequência foi, primeiro, um acúmulo na produção de determinados bens e, em segundo ponto, a possibilidade de se explorar o trabalho de outrem.

Explicam Souza e Mendonça (2017) que, à época, não se pensava em desperdício, o que viabilizou a acumulação de produtos do trabalho, constituindo-se, assim, nas primeiras formas

de comércio, pois uma comunidade poderia trocar o seu excedente com outra. Verifica-se que, em paralelo, emergiu a possibilidade de se explorar o trabalho humano, o que se tornou mais recorrente por meio das guerras. Com as guerras, era possível se apropriar do excedente do outro e, ainda, lhe tomar sua propriedade. Os derrotados, desta forma, passavam a produzir bens para o consumo da comunidade vencedora, que se apropriava do excedente da comunidade vencida.

No mesmo sentido, também pontua Albornoz (2008), que pela guerra, povos foram sendo capturados, dominados e tornados escravos. Os escravizados, por sua vez, vieram a construir a base da força de trabalho, sendo submetidos a uma categoria mais baixa na hierarquia social que foi se estabelecendo. Nota-se que em paralelo à evolução da propriedade surgiu a prática de guerra, pois os povos, na medida que fossem sendo conquistados, passavam a ser subordinados aos grupos vencedores. Tal subordinação foi desenhando hierarquias sociais, que futuramente passaram a ser representadas por meio de classes.

Registra-se que o conceito de classe<sup>2</sup>, para este trabalho, se apoia nas relações de produção, onde há donos dos meios de produção e os explorados, sendo a classe permeada pelo poder político que determina o poder de opressão de uma classe sobre a outra (MARX; ENGELS, 1998).

A ideia de classe também se faz presente quando, ao final do Império Romano, a Europa se vê fragmentada em pequenos reinos, pois em decorrência das inúmeras invasões bárbaras, as populações deixaram as cidades e se refugiaram nos campos, mais especificamente nos feudos. Com a chegada desses sujeitos aos campos, suas forças de trabalho foram absorvidas, porém não na condição de trabalho escravo, mas sim servil. Neste sentido, existia uma espécie de pacto no qual o senhor prometia proteger os sujeitos que estavam se refugiando e, em contrapartida, eles se comprometiam a trabalhar para garantir o sustento do feudo (SOUZA; MENDONÇA, 2017). Admite-se que esse processo permitiu a produção de excedentes que, então, passaram a ser comercializados.

Aos poucos, o trabalho feito com a terra foi originando riquezas para o desenvolvimento do comércio. Assim, explica Albornoz (2008) que o comércio das manufaturas proporcionou uma fonte de riqueza que não dependia mais diretamente da propriedade da terra, passando a ser mediado por moedas, sendo em meio a este cenário que surge a burguesia, composta por

---

<sup>2</sup> Para a presente dissertação classe é compreendida por meio do conceito marxista, isto é, dentro da sociedade capitalista, assim sendo, apoia-se nas relações de produção, em que há aqueles que são considerados donos do meio de produção, detentores do capital, e aqueles que são explorados, não detentores dos meios de produção, também denominados como proletários (MARX; ENGELS, 1998).

antigos servos dos senhores feudais e por artesãos enriquecidos. Destarte, ainda hoje é a burguesia que figura como a classe dominante dentro da sociedade capitalista. A burguesia, ao conjugar seus conhecimentos acerca da natureza com os seus saberes sobre os fenômenos físicos, conquistou o aumento da produção material, apoiando-se na Ciência. Tais conjunturas, considerando os processos de colonização, fizeram com que a Europa alcançasse riquezas consideráveis, o que abriu margem para a expansão capitalista e para a própria Revolução Industrial.

Da transição do feudalismo para o capitalismo, nota-se que a ascensão deste último é marcada, no âmbito político, pela Revolução Francesa, que acaba pondo fim aos ditames do sistema feudal, mas se firma mesmo apenas com o advento da primeira Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra, no século XIX. Com a primeira Revolução Industrial, ocorreu uma ruptura entre a unidade de produção privada, também denominada doméstica, e a unidade pública de produção; ou seja, de mercado, sendo que a separação do público e do privado foi se tornando cada vez mais nítida com a contínua industrialização, verificada no século XX (SOUZA; MENDONÇA, 2017).

Diante da separação do público e do privado, houve a ruptura entre o que se denomina como sendo doméstico e o que é considerado trabalho. Trabalho, a essa altura, passa a designar as atividades que são exercidas na unidade pública de produção, dotadas de valor de uso<sup>3</sup>, sendo produtivas por permitirem a acumulação do capital, tornando-se, inclusive, remuneradas. Por outro lado, conforme pontuado por Souza e Mendonça (2017), as atividades domésticas, ocorridas dentro do lar, denominadas de atividades de reprodução, ficaram marcadas pela gratuidade e não foram reconhecidas socialmente como trabalho.

Ainda sobre o valor de uso, antes da Era Moderna, era o trabalho na unidade privada que possuía tal valor, sendo que se admitia uma nítida distinção entre o trabalho intelectual, que envolvia as práticas religiosas e que, por assim ser, estava associado ao prazer não sendo considerado trabalho (TARTUCE, 2002), e o que era o trabalho manual, executado por meio da força. Sendo que esse último considerado trabalho, porque refletia a ideia de sofrimento. Neste sentido, vale pontuar que a palavra trabalho se origina do latim *tripalium*, significando um “instrumento de tortura feito de três paus, algumas vezes munidos de pontas de ferro;

---

<sup>3</sup> Para Marx (1988, p. 46), o valor de uso é todo e qualquer produto, fruto do trabalho humano, que detém a capacidade de satisfazer as necessidades dos indivíduos, ou seja, qualquer produto que detenha utilidade. Acrescenta-se que o autor afirma que “os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta”, o que nos leva a compreender que não importa o modo de produção, o homem produzirá riquezas para atender suas necessidades diretas, ligadas à subsistência, e indiretas, ligadas ao próprio meio de produção.

instrumento que os agricultores utilizavam para manejar o trigo” (ALBANOZ, 2008, p. 10) – o que se associa ao sofrimento, padecimento.

Com as Revoluções Industriais e o grande impulso ao desenvolvimento dos meios de produção, a acepção de trabalho se voltou à finalidade de atender a geração de capital. Diante desta lógica, as necessidades de mercado deixaram de ser apenas do mercado em si, expandindo-se e passando a reger a vida social em diversos âmbitos (SOUZA; MENDONÇA, 2017).

[...] nestas condições, a Ciência precisava ser direcionada à manipulação do mundo empírico, com fins de possibilitar a transformação da natureza em capital – e, posteriormente, a transformação de toda vida social para a reprodução capitalista. Por conseguinte, a ascensão da forma de trabalho particular do capitalismo determinou transformações técnico-científicas, políticas, enfim, toda a práxis social, tornando-a a mediação para a produção de valor (SOUZA; MENDONÇA, 2017, p. 6).

No capitalismo, diferentemente do que foi visto até aqui, o intercâmbio orgânico entre homem e natureza se volta para a produção de valor de troca<sup>4</sup>, revelado por meio das mercadorias. Tal mudança faz com que a acentuada mercantilização atinja as relações sociais, e as mercadorias passam a ser a referência para a organização da vida social. Tais conjunturas históricas revelam e exemplificam que os sentidos e significados atribuídos ao trabalho foram se transformando ao longo dos anos, variando de uma sociedade para a outra, bem como a relação do próprio homem dentro da sua realidade de produção (SOUZA; MENDONÇA, 2017).

Mesmo com todos os arranjos aqui pontuados, é de se dizer que o trabalho possui papel central sobre a vida humana, porque é ele que permite ao ser humano se desenvolver em múltiplos aspectos, em capacidade física e mental e, mais, de ser criador da própria história. O trabalho é essencial para a vida dos homens e para a organização da sociedade, ocupando papel central, pois influencia a relação do indivíduo com o meio em que vive, podendo ser visto como um instrumento que emancipa e humaniza os sujeitos, mas também como algo que pode aprisionar, dado seu potencial alienador (ANTUNES, 2008, 2015); sobretudo, quando analisamos a sociedade contemporânea e capitalista.

Pois, se antes os homens eram reconhecidos pelo trabalho que executavam, hoje há também um estranhamento com o trabalho. Os homens se reconhecem como sujeitos de mercado, compradores e vendedores, num processo evoluído de alienação. No capitalismo,

---

<sup>4</sup> Para Marx (1988, p. 46), valor de troca representa “a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie”. Todo produto dotado de valor de uso, também terá valor de troca; este valor, por sua vez, é definido pela quantidade de um produto que se faz necessária para trocar por outra certa quantidade de outro produto, sendo a medida desse valor auferida por meio da quantidade de trabalho empregado para a produção do produto.

aquele que trabalha nem sempre é o proprietário dos meios de produção, de modo que para que seja possível sobreviver, o trabalhador vende sua única mercadoria, qual seja, a sua força de trabalho, em troca de um salário que, por sua vez, não lhe paga o valor da riqueza por ele produzida. Pontua-se, portanto, que para que se tenha uma troca entre trabalho e dinheiro, mostra-se necessário que seja definido um valor para o trabalho, e este valor se baseia na produtividade, que tem como parâmetro o que o indivíduo pode produzir com aquele trabalho (valores materiais) e quais são as forças utilizadas para tal fim (ANTUNES, 2013).

Longe de qualquer caráter humanizado, o trabalho se resume atualmente a um modo pelo qual o homem consegue subsistência, mais especificamente, em dinheiro na sociedade do capital. Sob o modo de produção capitalista, há uma aspiração negativa que recai sobre o trabalho, uma vez que a fragmentação leva à degradação. Com isto, se por um lado o trabalho é integrador, fonte de riqueza e uma atividade que permite a criatividade, por outro, pode ser marcado por características degradantes. O trabalho, sendo assalariado, limita-se apenas a um meio para a satisfação das necessidades e não de si próprio (MARX, 1985; TARTUCE, 2002).

Essas percepções sobre o mundo do trabalho, verificadas sobretudo nos últimos trinta anos, são vistas por alguns autores como o fim da centralidade do trabalho, uma vez que ele supostamente teria perdido a sua dimensão subjetiva (LIMA, 2007). Entre aqueles que defendem tal posicionamento, estão: Méda (1940), Habermas (1985), Offe (1989) e Kurz (2002). Tais autores rejeitam a ideia de que, na atualidade, o trabalho ocupa papel central na vida dos indivíduos, e defendem que as alterações da sociedade fizeram com que o trabalho se esvaziasse de sentidos e que o homem se mostrasse cada vez mais desnecessário ao processo produtivo.

Entre as alterações, destacam-se o incremento intensivo de tecnologias nos mais diversos contextos produtivos e a inevitável redução dos postos de trabalho. Lima (2007) esclarece que com a introdução maciça das tecnologias, os postos de trabalho foram diminuindo, sendo reduzida a necessidade do operariado industrial. Em contrapartida, de acordo com Organista (2006, p. 10), houve o aumento de trabalhadores informais e de desempregados – assim, o que hoje se vivencia seria uma “sociedade pós-trabalho”.

No entanto, em que pese tais argumentos, referidos autores se equivocam em alguns pontos. É o que afirmam Organista (2006) e Lima (2007), a partir do que já havia preconizado Antunes (1995), na obra ‘Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho’.

Segundo Organista (2006, p. 10), os autores que defendem o fim do trabalho, frequentemente mostram confundir o que é trabalho e o que é emprego, ignorando que emprego

é uma construção histórica e que trabalho é “eliminável da existência humana”. No mesmo sentido, contra o fim da centralidade do trabalho, Lima (2007) acrescenta que os autores que defendem o fim do trabalho também deixam de apresentar evidências empíricas para sustentar as suas teses, buscando sustentar seus ideais apenas por meio do poder argumentativo e, por vezes, persuasivo.

Assim, vê-se que os autores que defendem o fim do trabalho, fecham os olhos ao fato de que a constituição das identidades individuais e coletivas partem do trabalho. Lukács (1990) já previa que o desaparecimento do trabalho implicaria na destruição das estruturas que permitem a sobrevivência do homem. Por isso, aqui, nesta dissertação, acredita-se e defende-se que o trabalho permanece ocupando papel central na vida dos indivíduos.

Ainda que novos arranjos surjam, novas tecnologias sejam implementadas, tempos sem precedentes sejam vivenciados – tal como a pandemia causada pelo Coronavírus – homens e mulheres continuam tendo suas vidas definidas pelo trabalho, ainda que em diferentes condições. De acordo com Maar (2006), o trabalho é visto, portanto, como motor de reprodução e conservação da sociedade, sobretudo da capitalista, sendo essencial à constituição social contemporânea. E, segundo Alves (2005), na sociedade, o que se nega, cada vez mais, é o sentido de humanização do trabalho, mas não a sua centralidade.

Assim, mesmo o implemento das tecnologias, o aumento do número de desempregados, a precarização e as diversas crises que a classe trabalhadora enfrenta no modo de produção capitalista, não implicam no fim da centralidade do trabalho. Entende-se que o valor do trabalho na constituição dos sujeitos e da sociedade, continua visto como condição de existência humana, independente da forma de sociedade, sendo o trabalho um atributo humano, sem o qual o homem não pode sequer existir. Logo, conclui-se que os homens podem buscar “excluir o trabalho da esfera teórica, mas não podem excluí-lo da realidade” (ANTUNES, 2000, p. 130).

Até este ponto, é de se notar que os debates sobre o trabalho foram tratados de forma assexuada, desconsiderando que os sentidos que o mesmo assume para os homens é diferente em relação ao sentido percebido pelas mulheres. Portanto, para o cumprimento dos objetivos da presente dissertação, mostra-se necessário lançar um olhar aprofundado sobre os arranjos da mulher no mundo do trabalho.

## 2.2 INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

Longe de qualquer estranhamento das mulheres com o trabalho, ainda no princípio, enquanto a família existia como unidade de produção, a mulher não ficou alheia ao trabalho e

ocupou papel econômico importante para garantir a subsistência de seus familiares por meio das atividades realizadas no campo, nas manufaturas, no âmbito da própria família, bem como nos afazeres domésticos (SAFFIOTI, 1976). Já a partir do século XIX, com a primeira Revolução Industrial e a implementação do ambiente fabril na sociedade europeia, houve a separação entre a unidade pública de produção e a privada, de modo que foi possível notar os traços da divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista, pois a unidade privada ficou a cargo das mulheres, ao passo que a unidade pública passou a ser frequentada majoritariamente pelos homens.

Tais conjunturas foram mantidas também ao longo do século passado, em que a ideia preponderante era no sentido de que a mulher é a principal responsável pelo cuidado da casa e dos filhos, estando elas na condição de protagonistas do trabalho doméstico; ao homem cabia trabalhar fora de casa para prover o sustento material de si próprio e de sua família. Por certo, algumas mulheres, sobretudo as marginalizadas e as solteiras, se ativaram no ambiente das fábricas, mas com o intuito de garantir o mínimo para a própria subsistência. Esse movimento das mulheres assumindo locais na unidade pública de produção não representou, pelo menos inicialmente, a ascensão feminina junto aos postos de trabalho, mas a necessidade de sobrevivência das mulheres que ocupavam as camadas socialmente mais baixas (SHOO, 2008).

Na medida em que a mecanização e a industrialização foram ganhando maior espaço, o trabalho feminino foi se expandindo na unidade pública de produção, pois verificou-se que ele viabilizava a ociosidade das camadas dominantes, incluindo os homens. O que demonstra que o trabalho da mulher na esfera pública, desde o princípio, esteve atrelado à ideia de lucro pela exploração (SAFFIOTI, 1976). É possível notar que a tradição patriarcal admitiu a marginalização de alguns setores da população, posto que tal marginalização seria um processo visto como natural. As mulheres das classes mais abastadas foram impedidas de se inserirem na unidade pública, pois deveriam se dedicar unicamente às demandas do lar, ao passo que as mulheres desfavorecidas socialmente eram submetidas aos trabalhos degradantes e precários (SAFFIOTI, 1976).

Após as guerras mundiais – a primeira, de 1914 a 1918, e a segunda, de 1939 a 1945 – o trabalho da mulher novamente sofreu significativas alterações, pois os homens foram convocados a assumirem as frentes de batalha, o que causou grande carência de mão de obra. Tal movimento fez com que as mulheres se vissem na condição de assumir os negócios da família ou se ativar nos demais postos de trabalho, uma vez que muitas delas se tornaram viúvas e outras viram seus companheiros retornarem dos conflitos incapazes para o trabalho (FEDERICI, 2019). Inevitavelmente, os períodos pós-guerra alteraram a estrutura social e a

força de trabalho feminino se consolidou na sociedade capitalista, sendo o trabalho na unidade pública de produção algo necessário – não apenas para as mulheres das classes menos favorecidas, mas também para aquelas pertencentes às outras classes.

Assim, as mulheres foram se inserindo no mercado de trabalho por razões diferentes. Algumas, por certo, ainda ocupavam a unidade pública de produção por necessidade, mas outras passaram a manifestar o próprio desejo de poder trabalhar fora do lar e assumir postos de trabalhos, fato que desencadeou inúmeras discussões nos campos político, econômico e social. É importante destacar neste ponto que, desde o princípio, haviam profissões criadas especificamente para as mulheres, como será melhor tratado adiante.

Com o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, as lutas feministas foram ganhando corpo, pois não seria possível aceitar passivamente que o trabalho feminino fosse tratado e visto de forma tão discrepante em relação ao trabalho dos homens (MARQUES, 2016). No Brasil, as significativas mudanças introduzidas ao sistema político nos anos de 1930, trouxeram para o centro do poder novos sujeitos, que propuseram fazer do Estado o mediador dos conflitos entre o capital e o trabalho. Durante uma conjuntura de intenso debate público, grupos de mulheres passaram a reivindicar pela igualdade jurídica com os homens, partindo da pauta do direito de votar, que foi conquistado em 1932. Na sequência, abriu-se margem para que novas demandas fossem colocadas na agenda, como, no caso, a presença das mulheres no mercado de trabalho (GOMES; SILVA, 2013).

Ainda sobre os direitos políticos, foi em 1933 que as mulheres foram às urnas pela primeira vez no Brasil, sendo importante destacar que foram as lideranças feministas que primeiro negociaram o sufrágio; ou seja, o direito ao voto, que passaram a representar as mulheres trabalhadoras perante o Congresso Constituinte, entre 1933 e 1934. Tais lideranças levaram ao Congresso as demandas das mulheres em relação à maternidade – como por exemplo o direito à licença e à garantia de emprego após a gestação –, bem como as demandas relacionadas à igualdade de salários, igualdade de acesso às carreiras públicas por meio de concursos e, ainda, o fim dos impedimentos ao trabalho de mulheres casadas (MARQUES, 2016).

Vale consignar que anos antes, logo após o término da Primeira Guerra Mundial (1918), o país havia sido signatário do Tratado de Versalhes, sendo que em tal documento continham as Convenções 3 e 4 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Tais Convenções já previam a proibição do trabalho após o parto e impediam o trabalho noturno de mulheres em estabelecimentos industriais, sendo estes pontos que ainda não haviam sido regulamentados no âmbito interno. Quando tal fato chegou ao conhecimento público, as tensões se intensificaram,



pois o que se constatou foi que a legislação do país não buscava a proteção das mulheres em si, mas das estruturas familiares (MARQUES, 2016). Logo, é de se entender que os direitos das mulheres, pelo menos até este estágio, estiveram atrelados à maternidade e ao lar, sendo o âmbito doméstico considerado a esfera de atuação por excelência das mulheres e, por outro lado, o mundo do trabalho tido como hostil ao público feminino.

Com esses contornos, na lógica estabelecida, a mulher se insere no mercado de trabalho como uma força secundária, que tende a ocorrer apenas quando o homem, visto como provedor, não pode cumprir de forma plena e satisfatória essa função, seja por conta de estar à margem do desemprego ou recebendo baixos salários. Tal noção constrói a ideia de que a inserção feminina, na esfera pública de produção, ainda esteja marcada pela debilidade, precariedade e eventualidade, pois neste raciocínio, uma vez que a mulher está ao lado de um bom provedor, a mesma perderia, supostamente, sua justificativa de se manter trabalhando na unidade pública de produção (ABRAMO, 2007). Frisa-se que por muito tempo a desigualdade salarial, inclusive, se justificava no pressuposto de que as mulheres não necessitavam receber bons salários para viver, já que eram mantidas pelos seus maridos (QUERINO; DOMINGUES; LUZ, 2013) – sendo que, atualmente, busca-se ainda pela superação de tal diferença, mesmo que por outras razões.

Fato é que a inserção das mulheres no mercado de trabalho é marcada por progressos e retrocessos, pois se de um lado o aumento da participação feminina no mercado de trabalho foi significativo, por outro muitas mulheres permanecem enfrentando as más condições dos serviços que lhes recaem e, até mesmo, o desemprego. No Brasil, conforme apontado pelo Censo realizado em 1970, o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho teve um salto. Pontua-se que antes de 1970, as trabalhadoras eram, em sua maioria, mulheres jovens, solteiras e sem filhos, sendo que ao final deste período eram as mulheres mais velhas, casadas e mães que representavam a maior parte da mão de obra feminina no país (BRUSCHINI, 2007).

Conforme Bruschini (2007), nas últimas décadas do século XX, ocorreram transformações importantes relacionadas às questões demográficas, culturais e sociais do país, que impactaram diretamente no aumento das mulheres atuando no setor considerado produtivo. São exemplos dessas transformações a queda da taxa de fecundidade, com a conseqüente redução do tamanho das famílias, e o aumento da expectativa de vida das mulheres<sup>5</sup>. Já em

---

<sup>5</sup> Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a taxa de fecundidade no país começou a cair a partir de 1970. A taxa de fecundidade em 1960, que era de 6,3 filhos por mulher, caiu para 5,8 filhos em 1970, 4,4 em 1980 e 2,9 em 1990. Em 2000, o número de filhos passou a ser de 2,3, com redução para 2 filhos em 2006, sendo que, mais recentemente, em 2021, o número é de 1,76 filhos por mulher. Por sua vez, no que se refere à expectativa de vida das mulheres, tem-se que em 1960 era de 55,5 anos, em 1970 passou a ser de 60,8

relação às transformações culturais, têm-se o aumento do ingresso das pessoas nas universidades e a expansão dos níveis de escolaridade. Nos anos oitenta, por sua vez, o Brasil atravessou uma forte crise econômica, marcada pela elevação das taxas de inflação, aumento do desemprego e a redução da qualidade de vida dos trabalhadores, o que deixou o país à beira da recessão.

Nesta conjuntura, parte da população economicamente ativa se deslocou dos setores primário e secundário para o setor terciário, onde situam-se o comércio e a prestação de serviços. Tal fator contribuiu para a inserção das mulheres no mercado, no entanto, logicamente, o fator econômico não foi o único que viabilizou essa inserção, pois haviam também as pressões dos movimentos feministas que, há anos, lutavam pela emancipação e conquistas de direitos das mulheres (SANCHES, 2003), por meio do acesso ao mercado.

Outro ponto que contribuiu para o movimento de inserção das mulheres nos setores tidos como produtivos, foi a urbanização crescente do país. A urbanização criou novas oportunidades de emprego, tanto para homens quanto para mulheres, sendo que de 1985 a 1990. De acordo com Bruschini (1998), o trabalho feminino representou maior expressividade do que o masculino, em relação aos índices da população economicamente ativa.

O aumento expressivo no trabalho feminino decorreu também de um fato curioso, qual seja, a ampliação do conceito de trabalho pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O referido instituto passou a considerar como trabalho as atividades exercidas para o próprio consumo, bem como para a produção da subsistência familiar, entre outras atividades que antes também não eram consideradas (BRUSCHINI, 1998).

O novo conceito de trabalho inclui: (a) ocupações remuneradas em dinheiro, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.), na produção de bens ou serviços; (b) ocupações remuneradas em dinheiro ou benefícios no serviço doméstico; (c) ocupações sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvidas durante pelo menos uma hora na semana; em ajuda a membro da unidade domiciliar, conta-própria ou empregador; em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; como aprendiz ou estagiário; (d) ocupações desenvolvidas pelo menos uma hora por semana na produção de bens e na construção de edificações e benfeitorias para o uso próprio ou de pelo menos um membro da unidade domiciliar (BRUSCHINI, 1998, p. 2-3).

Os novos critérios utilizados pelo IBGE impactaram na percepção dos dados do trabalho no Brasil, uma vez que as atividades que passaram a ser incluídas como trabalho eram desempenhadas na maior parte das vezes pelo público feminino domiciliar. Entretanto, em que

---

anos, em 1980 subiu para 65,7, sendo de 70,9 anos em 1990. No início dos anos 2000, passou para 73,9 anos e em 2020, 80,3 anos (IBGE, 2022).

pese a nova metodologia adotada, as atividades domésticas, realizadas pelas donas de casa, não passaram a serem consideradas como atividade econômica, permanecendo tais trabalhadoras vistas como pertencentes à classe economicamente inativa. Sobre tal alerta, é fato que as mulheres foram se inserindo no mercado não apenas por necessidades financeiras, mas também por conta das estruturas sociais que estavam em processo de transformação e alteraram as estruturas das famílias no país (BRUSCHINI, 1998). A redução do número de filhos e o aumento da escolaridade possibilitaram novas oportunidades para o trabalho feminino (BRUSCHINI, 1989, 1994, 1995, 1998). Assim, as inúmeras modificações ocorridas na sociedade à época explicam o aumento da atividade feminina e as suas variações, no que tange às características dessa mão de obra (QUERINO; DOMINGUES; LUZ, 2013).

Deste modo, mesmo considerando as conjunturas que propiciaram o ingresso das mulheres da unidade pública de produção, é sempre necessário ter em mente que, na sociedade patriarcal, cabe às mulheres as responsabilidades decorrentes do ambiente doméstico e que tal fato condiciona a participação feminina no mercado de trabalho, de modo que os fatores determinantes de sua inserção no mercado não estão atrelados apenas à qualificação e à oferta de empregos. Acrescenta-se que as características pessoais – estado civil, o fato de ser mãe ou não, a idade e o nível de escolaridade – são exemplos de fatores que interferem na relação da mulher com o trabalho externo, mas que, todavia, não afetam a participação masculina no mundo do trabalho (BRUSCHINI, 1998).

Diante da análise dos arranjos expostos, constata-se que compreender a mão de obra feminina é algo complexo, pois não se mostra suficiente simplesmente entender os movimentos de mercado e suas conjunturas. Para além disso, compreender a mão de obra das mulheres requer atenção para as mudanças no processo e na organização do trabalho.

Retomando à linha do tempo e chegando ao século XXI, mais especificamente em seus primeiros vinte anos, o que se nota é que há um movimento crescente de empoderamento feminino que lança luz sobre a vida e as trajetórias das mulheres, dentro e fora do lar, visando manter viva a constante luta pela reestruturação da sociedade e pela igualdade de direitos e condições (MENEZES, 2022).

Repisa-se que a sociedade patriarcal colocou, ao longo dos anos, a mulher como uma figura que compõe o ambiente doméstico; contudo, a realidade vem se alterando, pois por muito tempo as mulheres estão lutando pela criação de estruturas legais que apoiem as mudanças das suas condições de vida, para que possam atingir a vida pública em igualdade com os homens, não sendo vítimas dos trabalhos precários e dos baixos salários. Neste ponto é interessante destacar alguns marcos legais do país que permitiram melhorias nas condições de vida e no

trabalho das mulheres. Entre eles, destaca-se que, em 1962, foi editado o Estatuto da Mulher Casada (Lei nº 4.212/1962), que permitiu que mulheres casadas não precisassem mais da autorização do marido para trabalhar. Ainda no mesmo ano, as mulheres passaram a ter o direito à herança e de poder pleitear pela guarda dos filhos em caso de separação. Em 1977, com o advento da Lei nº 6.515/1977, o divórcio se tornou legal no país. Em 1988, com a promulgação da Constituição Cidadã, mulheres e homens passaram a ser considerados iguais em direitos e obrigações perante à lei (artigo 5º, *caput* e inciso I, da Constituição Federal de 1988). Em 1999, a Lei 9.799, de 26 de maio de 1999 inseriu na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho (MENEZES, 2022).

Tais dificuldades cotidianas acabam sendo somadas aos desafios particulares de cada profissão. Com isso, para se aproximar no universo das entrevistadas da presente dissertação, passa-se a se analisar como essas barreiras são enfrentadas pelas mulheres docentes do nível superior, que se propõem em fazer Ciência e ensinar em um país que, pelo menos ao tempo da referida pesquisa, vivencia grandes cortes de recursos na Educação e na Ciência.

### 2.3 TRABALHO DOCENTE

No país, o ensino superior só passou a ser frequentado por mulheres no final do século XIX, mais especificamente a partir de 1879, quando Dom Pedro II autorizou o ingresso das mulheres no curso médico, que seria o nível superior de ensino. Tal fato ficou conhecido como ‘Reforma Leôncio de Carvalho’. A mesma abriu o sistema de ensino para a iniciativa privada, prometendo mudar o espírito da formação superior, bem como conferiu prioridade para a contratação de professoras para ministrar aulas mistas, uma vez que as mulheres eram consideradas ‘educadoras naturais’ (BACKES; THOMAS; SILVA, 2016). Nesse sentido, tem-se que o atributo da maternidade foi e, ainda é utilizado como justificativa para conferir empregos às mulheres.

A figura feminina esteve sempre atrelada à ideia da maternidade, não sendo novidade que referido atributo estivesse presente em várias civilizações, nas mais diferentes épocas e culturas (ALMEIDA; SOARES, 2012). Mencionada associação também é feita modernamente e reforçada pela sociedade patriarcal, com isso, quando tal relação (mulher, maternidade) recai sobre o mundo do trabalho, reflete naquilo que será considerado ‘trabalho de mulher’, ‘trabalhado para mulher’. Da análise, o magistério para crianças e jovens merece destaque como trabalho feminino, dada sua natureza associada ao cuidado.

Nos tempos modernos e contemporâneos, quando essas relações se estabeleceram no mundo do trabalho após a inserção feminina neste espaço, por sua vez, produziram mecanismos sutis e explícitos de dominação inseridos nos espaços hierárquicos de poder. Esses, muitas vezes, são fragmentados quando se deslocam para profissões feminizadas e parece haver uma concordância implícita sobre quais trabalhos são "para mulheres". Dentre estes, o magistério de crianças e jovens se destaca como trabalho feminino por natureza e dessa maneira, é social e culturalmente aceito (ALMEIDA; SOARES, 2012, p. 558).

A profissão de educador, antes destinada exclusivamente aos homens, começou a adquirir configurações femininas, pois, considerando que o casamento e a maternidade se constituíram como competências das mulheres, qualquer atividade profissional que converge com tais atribuições seria aceita socialmente de maneira mais fácil. “Em seu processo de feminização, o magistério precisava, pois, tomar de empréstimo atributos que são tradicionalmente associados às mulheres, como o amor, a sensibilidade, o cuidado, etc.” (LOURO, 1997, p. 96). Assim, para compreender melhor como a relação entre a mulher e a educação foi se estabelecendo, é necessário pensar sobre as motivações que facilitaram o ingresso da mesma no ambiente educacional brasileiro (BACKES; THOMAS; SILVA, 2016).

Sabe-se que o magistério no país se transformou, pois, aos poucos, as professoras passaram a ser vistas como mães, ou extensão delas, para cada aluno, em uma relação que se mantém pelo caráter da doação (LOURO, 1997). Porém, não se pode dizer o mesmo quando se trata da relação das docentes no ensino superior, pois esse imaginário se torna conflituoso e não se aplica – ou, ao menos, não deveria ser aplicado.

É de se registrar que na medida em que houve a intensificação feminina no mercado de trabalho, as mulheres passaram a buscar pela qualificação profissional, tal fato fez com que elas iniciassem seus estudos dentro das universidades, sendo que esse processo de alcançar a educação superior se fortaleceu ao longo dos anos. É o que demonstram os dados obtidos junto ao Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (INEP, 2022), por meio do Resumo Técnico do Censo da Educação Superior de 2020, que apontou as medidas estatísticas dos últimos dez anos. Segundo o documento, mais recentemente, em 2020, tem-se que o número de ingressos por processo seletivo, de matrículas e de concluintes em cursos de graduação presencial, por sexo, apontam que dos 1.507.148 ingressantes, 838.152 foram mulheres, isto é 55,62%, contra 668.996 homens, que em percentual representam 44,38%. Já entre os 878.229 concluintes, 518.339 foram mulheres e 359.890 homens, ou seja, 59,02% contra 40,98%.

Tais dados sugerem que as mulheres buscam pela qualificação profissional mais do que os homens; no entanto, em que pese referido acesso à educação, não se pode afirmar que as mulheres vivenciam o mesmo currículo que os homens. Segundo levantamento do INEP,

realizado ainda em 2017, as mulheres são a maioria nos cursos que voltam para o cuidado, para a saúde e para as áreas de humanas, sendo que na seara das tecnologias e nas exatas, a participação é inferior e vai se reduzindo ainda mais na medida em que se aumenta o nível de qualificação (UNESCO, 2018).

É de se observar que os homens já eram doutores, sujeitos formados e capacitados para o mundo do trabalho, quando as mulheres mal tinham a oportunidade para aprender ler e escrever, estando submergidas nas funções domésticas e maternas. Ocorre que, atualmente, mesmo as mulheres sendo altamente intelectualizadas, detentoras de amplo conhecimento acadêmico, ainda acabam sendo vítimas das relações de poder advindas do meio familiar e do trabalho, sendo que, para a presente pesquisa, o meio de trabalho foi o das docentes no ensino superior, conforme pontuado na introdução.

Sobre o trabalho no ensino superior, suas características são distintas à da docência nos outros níveis de formação, pois se situa no campo da formação profissional, que demanda dos docentes saberes específicos e técnicos, incluindo habilidades didáticas e pedagógicas que ultrapassam os conhecimentos apenas teóricos. Queiros e Aroeira (2020, p. 21), mencionam que a docência dedicada ao ensino superior “perfaz um conjunto de ações práticas voltada para a construção de um saber-fazer”; isto é, busca conjugar a teoria e prática para tornar os estudantes aptos ao mundo do trabalho e, também, para incentivar a pesquisa e a construção de novos conhecimentos. No mesmo sentido, Masetto (2002) afirma que, para a docência no ensino superior, o profissional precisa possuir, além de competências pedagógicas, competências específicas em determinada área do saber, tendo consciência da dimensão e da importância do conteúdo que por ele é ensinado e suas repercussões para a sociedade.

Em que pese os desafios do trabalho docente acima apontados, destaca-se que recaem de comum modo para homens e mulheres, revelando o número de mulheres que ingressam e concluem os cursos de graduação e pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*), em contraponto com o número de mulheres que ocupam a docência nesse nível da educação.

Tem-se que, se por um lado, a possibilidade de acessar o ensino nas instituições de nível superior no país é equivalente para ambos os sexos, pelo menos no plano formal, não se pode dizer o mesmo quando a análise se desdobra em verificar quem são os educadores do ensino superior. Assim, a presença feminina é maior em número de estudantes nas universidades brasileiras, mas não como docentes nas Instituições de Ensino Superior (IES), tido como o território de maior prestígio na educação – justamente por ser o espaço em que os profissionais recebem as melhores contraprestações e por ser um espaço ainda muito distante da realidade de muitas pessoas no país –, diferentemente do que se verifica na educação básica, sobretudo para

crianças e jovens, onde a presença das professoras se sobressai a dos professores (BACKES; SILVA, 2016). A saber, segundo o Censo Escolar realizado em 2020, no país, 81% dos docentes de escolas regulares, técnicas e Educação de Jovens e Adultos (EJA) são mulheres; no entanto, essa predominância diminui na medida em que as etapas do ensino são avançadas.

Assim, muito além de números, o que se verifica é que a participação da mulher na condição de docente do ensino superior tangencia problemas relacionados ao imaginário social construído ao longo dos anos que, dentro da sociedade patriarcal, espelham experiências diversas para homens e mulheres no âmbito profissional, como no caso das universidades. Diante dessa análise, também é possível verificar como as mulheres se fazem mais presentes em determinados cursos, estando presentes mais em determinadas áreas do saber do que em outras (UNESCO, 2018).

Destas reflexões, considerando que as mulheres do ensino superior são também pesquisadoras, mostra-se importante pensar na ciência em si, pois mesmo com todas as transformações que a sociedade vem passando, especificamente a brasileira, em que nos últimos anos muitas ações se voltaram para o empoderamento feminino, as mulheres permanecem enfrentando obstáculos para se inserir no mundo científico (GROSSI *et al.*, 2016).

A ciência é uma invenção humana construída historicamente e que, na atualidade, manifesta-se na sociedade com uma forma específica de produzir conhecimento e dominação através de procedimentos, métodos e saberes em espaços institucionais de formação voltados para o Ensino Superior e Pesquisa, entre outros. Esta forma específica de produzir conhecimentos pode ser dita como produção científica (ARAÚJO, 2006) e, neste sentido, pontua-se que a produção científica é de tal relevância que reflete diretamente no desenvolvimento social e econômico dos países pelo mundo, “o que torna a política científica e de formação de recursos humanos de nível superior problemas de importância crucial” (TABAK, 2002, p. 27).

No entanto, produzir Ciência também demanda a reflexão contínua sobre esse processo e suas implicações éticas e políticas na vida dos sujeitos e na sociedade, pois, como adverte Japiassu (1977, p. 35) “o conhecimento científico é sempre tributário de um pano de fundo ideológico ou filosófico. Também é tributário da religião, da economia, da política e de outros fatores extra científicos”. Assim, tem-se que a ciência não é neutra, isenta ou imparcial e não pode ser pensada separada do mundo social. Sendo resultado de um fazer histórico que é atravessado pela forma com que as relações sociais são constituídas, também reflete as diferenças entre os homens e mulheres, etnias, classe social, nacionalidade, entre outros fatores presentes no cotidiano (RIBEIRO; SILVA, 2014).

De acordo com Leta (2003), no período entre os séculos XV a XVII, a ciência era compreendida como uma atividade exclusiva dos homens e poucas mulheres aristocráticas podiam se aproximar ou participar desse tipo de produção. Até no século XVIII, as mulheres não tinham acesso às sociedades e às academias científicas presentes no continente europeu e que, pontua-se, posteriormente, constituíram-se como referência para a comunidade científica mundial.

A mudança nesse quadro inicia-se somente após a segunda metade do século XX, quando a necessidade crescente de recursos humanos para atividades estratégicas, com a Ciência, o movimento de liberação feminina e a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres permitiram a elas o acesso, cada vez maior, à educação científica e as carreiras, tradicionalmente ocupada por homens (LETA, 2003, p. 271).

Segundo Ribeiro e Silva (2014), apesar desta mudança positiva e considerando o número atual de mulheres que participam da produção científica na academia ou em instituições de pesquisa, observa-se que elas permanecem encontrando significativas dificuldades no processo, devido a uma lógica estabelecida na ciência em que há a prevalência da figura masculina – mais especificamente do homem branco, ocidental, elitista e colonial –, considerado como legítimo representante do fazer científico.

Entre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres nas ciências, Ribeiro e Silva (2014) também elencam: a participação limitada a espaços acadêmicos considerados femininos, como por exemplo na Psicologia, Linguística, Serviço Social, Enfermagem, entre outros; a impossibilidade de avanço nas carreiras na mesma proporção que os homens; a falta de acesso aos níveis de maior hierarquia e prestígio nas instituições de ciência e ou pesquisa; a predominância de um modelo que valoriza características consideradas masculinas e dificultam a participação das mulheres; os preconceitos, situações de violência e assédio sofrido pelas mulheres.

Além dos obstáculos elencados, pondera-se que algumas mulheres cientistas e pesquisadoras também exercem concomitantemente as funções sociais relacionadas ao cuidado do lar, aos familiares e aos filhos, que lhe demandam tanto quanto ou mais investimento de tempo e energia sem que ocorra qualquer tipo de remuneração ou até mesmo de reconhecimento (RIBEIRO; SILVA, 2014). O trabalho invisível e não remunerado, atribuído às mulheres, é resultado da forma em que se dá a reprodução social e a divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista atual (ANTÔNIO; AYUB; TEREBELI, 2021), que evidencia a desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho e no trabalho doméstico. Não deixando de destacar a separação entre o que se entende como trabalho feminino e masculino e uma hierarquização



em que o trabalho masculino é de maior valor que o trabalho feminino (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Esses arranjos são evidenciados pelo fato de que as mulheres estão constantemente buscando conciliar o exercício da docência, ciência e pesquisa com os cuidados do lar e da família, bem como ainda se deparam com o dilema de optar ou não pela maternidade, pois, desde o século XVIII, “reforçou-se o pressuposto de que a mulher que tem um filho deve arcar com a responsabilidade do cuidado e amor com a criança” (RIBEIRO; SILVA, 2014, p. 461). Presume-se que a responsabilidade pela maternidade permanece sendo considerada como própria da natureza feminina e, tanto a opção por não a exercer, quanto a tarefa extenuante de tentar conciliá-la com a carreira, trouxeram às mulheres o sentimento de culpa e de desqualificação, além de exaustão e persistência.

Como na ciência, uma das moedas para o reconhecimento profissional é a publicação de artigos (RIBEIRO; SILVA, 2014), isso faz com que o meio acadêmico seja repleto de exigências que visam o aumento da produtividade dos pesquisadores. Assim, tais cobranças, quando somadas às demandas do lar, acabam por refletir obstáculos para a carreira, de modo que a redução da jornada de trabalho ou, até mesmo, a interrupção da vida profissional passam a ser opções consideradas (ANDRADE, 2018; ARAÚJO; MANZANO, 2020), sendo estes alguns dos fatores que fazem com que o número de mulheres nas condições de docentes no nível superior se mostre menor em relação ao número de professores homens.

Trazer todos estes debates para a conjuntura atual, principalmente em tempo de pandemia, permite identificar que as mulheres que se dedicam à docência no ensino superior enfrentam acirrados desafios. Tais desafios partem não apenas dos arranjos do trabalho em si, mas das marcas da sociedade patriarcal, o que reflete as memórias da reprodução social, tema que será tratado no capítulo a seguir.

### 3 REPRODUÇÃO SOCIAL

#### 3.1 INICIANDO O DEBATE

Reprodução social é um termo que designa inúmeras realidades; no entanto, para que seu conceito seja melhor compreendido e atenda aos fins deste trabalho, faz-se necessário apresentar uma breve construção do que podemos denominar como Teoria da Reprodução Social (TRP), além de pontuar as suas contribuições para o debate contemporâneo acerca do trabalho feminino.

Pois bem, com a ‘segunda onda’ do movimento feminista, em meados de 1960-1970, a luta pela igualdade entre homens e mulheres se tornou o centro dos debates, onde tem-se que as feministas americanas da época denunciavam a opressão masculina e reivindicavam pela igualdade, ao passo que as feministas francesas pregavam pela valorização das diferenças entre os homens e mulheres, com o fim de dar visibilidade para as especificidades das mulheres (NARVAZ; KOLLER, 2006). Se antes, na denominada ‘primeira onda’ o que se buscou foi a inserção da mulher no processo político e decisório, marcado pela luta do direito ao voto e à propriedade, na ‘segunda onda’ surgiram diversos grupos de conscientização de mulheres que viabilizaram a troca de experiências entre as mulheres (SIQUEIRA; BUSSINGUER, 2020) – o que, ao longo do tempo, permitiu a evolução das análises acerca dos direitos reprodutivos e sobre a sexualidade, além de possibilitar a inserção de novas pautas para a luta feminista.

Assim, na década de 1970, os debates acerca do trabalho doméstico ganharam ênfase, sobretudo nos Estados Unidos da América em que, à luz da teoria marxista, dois pontos centrais passaram a ser questionados, no caso, se o trabalho doméstico seria capaz de produzir mais-valia<sup>6</sup>; ou seja, se ele seria produtivo ou improdutivo; e, por outro lado, o que também se indagava era se o trabalho doméstico pertenceria, de algum modo, ao modelo de produção capitalista (FONSECA, 2019), pois assim, ao se teorizar o trabalho doméstico e sua ligação com a produção capitalista, seria possível compreender a subordinação das mulheres neste sistema.

---

<sup>6</sup> A mais-valia é um conceito chave do marxismo, no qual há uma diferença entre o valor que o trabalhador produz e a remuneração que ele recebe, sendo a mais-valia o termo que designa essa diferença. Ela pode ser entendida pelas horas trabalhadas pelo trabalhador, mas por ele não recebida, pois esse valor é apropriado pelo capitalista. A mais-valia é a forma de exploração característica do capitalismo, consistindo na diferença entre o valor do produto e o valor do capital despendido no processo de produção. Pontua-se que o fim absoluto do capital é a acumulação de mais-valia, que conforme os escritos de Marx (1980, p. 394), “o resultado do processo de acumulação capitalista não é mero produto (valor de uso) nem mercadoria, isto é, valor de uso que tem determinado valor de troca. Seu resultado, seu produto, é criação de mais-valia para o capital”.

Para Marx (1980), o trabalho produtivo é aquele que tem o fim de fornecer mais-valia; ou seja, o trabalho que permite o lucro para o capitalista, sendo que essa percepção era difícil de assimilar, pelo menos em primeiro momento, quando se pensava no trabalho doméstico, uma vez que estava marcado pela gratuidade. Dessa forma, o trabalho produtivo, dentro da sociedade capitalista, se refere àquele que é executado em troca de alguma contraprestação, mais especificamente, dinheiro, sendo “o que, para o trabalhador, apenas reproduz o valor previamente determinado de sua força de trabalho, mas, como atividade geradora de valor, acresce o valor do capital” (MARX, 1980, p. 391). Compreende-se que o trabalho produtivo não é também aquele que simplesmente produz mercadorias, só sendo considerado produtivo quando na produção de mercadorias se extrai a mais-valia, o que torna este conceito muito restrito.

As questões em torno da conceituação de trabalho produtivo criaram inúmeros entraves no âmbito teórico, pois ainda na tradição marxista, predominava a ideia de que ‘o proletariado’ se restringia ao grupo de trabalhadores assalariados que desempenhavam trabalho produtivo, em uma concepção restrita de classe trabalhadora. Assim, na década de 1970, com os novos debates incluídos pelas feministas, excluir o trabalho doméstico realizado pelas mulheres da esfera do trabalho produtivo significava, na prática, excluí-las da condição de proletárias (FONSECA, 2019), o que não se admitia.

Deste entrave, o que se nota é que havia uma grande dificuldade em articular a teoria marxista e o feminismo. Assim, ao longo dos anos reafirmaram-se os adeptos a noção de que o trabalho doméstico não seria produtivo, porque seria capaz apenas de gerar valores de uso que seriam rapidamente consumidos pelos destinatários diretos daquele serviço; mas que, todavia, o trabalho doméstico, compreendido também nessa lógica, auxiliaria na manutenção da força de trabalho, porque seria ele que iria permitir que os sujeitos pudessem continuar trabalhando na unidade pública de produção capitalista (FONSECA, 2019). Em outras palavras, seria o trabalho doméstico, desempenhado preponderantemente por mulheres, que criaria o aparato e as condições necessárias para que os sujeitos pudessem vender a sua força de trabalho para o capital. Anota-se que é dessa percepção que surgiu a perspectiva unitária da reprodução social, como será adiante demonstrado.

Lado outro, surgiram adeptos à defesa no sentido de que o trabalho doméstico seria sim um trabalho produtivo – argumento sustentado pela justificativa de que ele produziria a força de trabalho que, uma vez entendida como mercadoria, faria com que o trabalho doméstico fosse produtor de mais-valia. Pontua-se que o trabalhador, na sociedade capitalista, não detém os meios de produção, e, por isso, vende a sua força de trabalho para o capital, sendo o valor dessa

força de trabalho determinado como o de qualquer outra mercadoria; isto é, pelo tempo necessário à sua produção e, por consequência, à sua reprodução (MARX, 2011). Para os adeptos de que o trabalho doméstico seria produtivo, a defesa era no sentido de que as pessoas que o desempenhavam eram exploradas e, por isso, deveriam se organizar contra a sua exploração (FONSECA, 2019). Ademais, alguns conceitos como salário, classe, composição de classe, passaram também a serem questionados sob o viés dessa perspectiva, por meio dos grupos feministas, e aqui merece destaque a campanha, que se difundiu em diversos países do norte global, que ficou conhecida como Salário para o Trabalho Doméstico, no início de 1970<sup>7</sup>.

Fato é que no decorrer dos anos, o trabalho doméstico passou a ser compreendido de forma ampla, não sendo restrito ao trabalho gratuito, não remunerado, oriundo do empenho das tarefas do lar, passando a ser compreendido pelas tarefas de cuidado como um todo, por exemplo, a gestação, amamentação, criação das crianças, cuidados com os idosos e enfermos, isso tudo, dentro e fora do lar, sendo remunerado ou não. Todavia, tais conjunturas e divergências no plano teórico distanciaram o debate dos movimentos de mulheres, pois conforme observado por Vogel (1981, p. 204), à época, a maioria das ativistas feministas começaram a considerar o debate acerca do trabalho doméstico como “um obscuro exercício do pedantismo marxista”, que assim sendo, se mostrava irrelevante para a organização e luta política feminista.

Em meados dos anos de 1980, em que pese a tentativa de se desconstruir a noção de que o trabalho das mulheres estava marcado pelo trabalho de cuidado, com o fito de dissolver a dicotomia travada entre o público e o privado (BORIS, 2014), o debate sobre o trabalho doméstico permaneceu indefinido, marcado por uma série de lacunas. Conforme pontua Fonseca (2019), até então as discussões sobre o trabalho doméstico ignoravam as realidades concretas das mulheres que não fossem brancas e inseridas nos Estados de bem-estar social situados nos Estados Unidos da América e na Europa. Assim, as pautas tidas como universais,

---

<sup>7</sup>A campanha Salário para o Trabalho Doméstico tomou forma no início dos anos 1970, como resultado de uma série de encontros internacionais envolvendo mulheres de diversas origens sociais, geográficas e de múltiplas experiências políticas e afiliações. Esse também foi um período de profundas transformações sociais. A luta de mulheres dentro e fora da família produziu uma mudança profunda nos modos de pensar, nos hábitos e nos costumes. Mulheres dentro e fora da família produziram uma mudança profunda nos modos de pensar, nos hábitos e nos costumes. Dentre as pautas para discussão que Dalla Costa propôs em Pádua, em junho de 1971, estavam: o valor produtivo e a remuneração do trabalho doméstico; mulheres como subjugadas ao trabalho doméstico; a família como lugar de produção e reprodução da força de trabalho. Essa discussão levou à publicação de *The Power of Women*. Exatamente um ano depois, em junho de 1972, Dalla Costa, James, Silvia Federici, em Nova York, Brigitte Galtier, em Paris, e outras companheiras do Luta Feminista, fundaram o Coletivo Feminista Internacional, o qual criou a campanha internacional Salário para o Trabalho Doméstico (CUSCIO, 2020, p. 2-3).

em verdade, não abrangiam mulheres negras, mulheres pobres e mulheres situadas nos países do Hemisfério Sul, mormente subdesenvolvidos.

Já em segundo ponto, a outra lacuna é que até então não se havia articulado de fato a investigação da natureza do trabalho doméstico e a sua relação com o modo de produção capitalista, de forma que não muito raramente o trabalho doméstico era visto como um modo de produção próprio, desarticulado ao modelo capitalista (VOGEL, 2013).

Nessa toada, Hartmann (1979) com o artigo intitulado como ‘*The unhappy marriage of marxism and feminism*’, buscou atrelar a análise de produção do modelo capitalista e o patriarcado, o que representou uma análise sobre o marxismo e o feminismo, sinalizando os primeiros caminhos da denominada perspectiva dualista. A autora entendia que para a teoria marxista o sexo era indiferente, assim ficaria à cargo do marxismo explicar, compreender e teorizar o capitalismo, ao passo para o feminismo caberia compreender o patriarcado como uma estrutura independente (FONSECA, 2019). Segundo Vogel (2013, p. 135), ao comentar sobre a perspectiva dualista, haveriam “dois motores que impulsionariam o desenvolvimento da história: a luta de classes, a ser revelada a partir da análise do capitalismo, e a luta entre os sexos, a ser revelada através de uma investigação sobre o patriarcado”.

Registra-se que o termo patriarcado é utilizado de maneira quase habitual para pontuar como a opressão e a desigualdade de gênero atravessam toda a sociedade, não podendo ser explicados a nível individual. Todavia, esse breve conceito se torna complexo quando passa a ser relacionado com o capitalismo, pois daí surgem novas questões, sendo a primeira, se o patriarcado seria um sistema autônomo e, a segunda, se o patriarcado designaria a opressão e a desigualdade de gênero (ARRUZA, 2015).

Na perspectiva dualista, considerar o capitalismo e o patriarcado como independentes, é o mesmo que dizer que o patriarcado se fez presente nas sociedades pré-capitalistas e que, também, seria possível superá-lo dentro do próprio sistema capitalista. Já no que tange a opressão e a desigualdade de gênero, ambas, por serem vistas como sistemas autônomos, são compreendidas na medida que “se combinam ao capitalismo e remodelam as relações de classe, enquanto são, ao mesmo tempo, modificadas pelo capitalismo em um processo de interação recíproca” (ARRUZA, 2015, p. 36).

Vale pontuar que a perspectiva dualista se tornou hegemônica na teorização feminista-socialista a partir do final da década de 1970, ganhando espaço sobretudo nas teorizações do materialismo francês e do feminismo radical (ARRUZZA, 2019). Ao longo do tempo, foram surgindo novas aspirações para a perspectiva dualista, sendo que se difundiu o ideal de que a crítica marxista sobre o capitalismo, estava restrita à análise das leis econômicas dentro desse

sistema, ou seja, distante das dimensões culturais, sociais e políticas, âmbitos em que se situava, por sua vez, a análise sobre o patriarcado (RUAS, 2021). Ademais, dentro da perspectiva dualista era possível que o marxismo se atentasse à questão das mulheres dentro da análise das relações de classe, pois seria nessa perspectiva que opressão feminina poderia ser investigada, ou seja, como um aditivo dos estudos de classe, de modo que a teoria acerca das relações de produção não seria afetada com o acréscimo de tal discussão (YOUNG, 1981).

No entanto, é de se dizer que a teoria dualista, ao longo dos anos, foi se mostrando falha, pois não era capaz de teorizar de forma adequada a existência de apenas duas esferas distintas – capitalismo e patriarcado –, e também não conseguia explicar a sua relação. Conforme defende Arruza (2015, p. 52), era inadequado compreender um fenômeno tão complexo como o capitalismo e as relações de poder que nele se estabeleciam, apenas sob o prisma da economia, “daí o porquê das abordagens epistemológicas serem consideradas mais capazes de observar as causas que se encontram fora do domínio da economia, sendo as mais adequadas para o entendimento da especificidade e natureza irreduzível destas relações sociais”.

Outra crítica que se faz à perspectiva dualista é que considerar o capitalismo e o patriarcado como sistemas autônomos, fortalece a noção de que não existiriam hierarquias entre eles, todavia, neste ponto há uma o que Young (1981, p. 49) chama de evasão metodológica, pois se “a base do patriarcado é justamente o controle sobre o trabalho das mulheres, tais conjunturas estão inseridas nas relações de produção, de modo que as relações patriarcais são internamente relacionadas às relações de produção como um todo”.

É buscando superar tais vícios metodológicos que a teoria unitária visa se construir. A teoria unitária discorda da ideia que sugere que o patriarcado é um sistema autônomo, dotado de regras e mecanismos que se reproduzem de maneira independente e, de igual modo, discorda que o capitalismo é regido apenas por parâmetros e leis econômicas, como se estivesse desarticulado da ordem social (FONSECA, 2019). Compreende-se que a teoria unitária lança sobre as relações sociais de produção a perspectiva das relações de gênero e a situação das mulheres como um eixo central, removendo a concepção dualista sobre o patriarcado.

[...] para corresponder a essas intuições precisamos de uma teoria das relações de produção e das relações sociais que derivem e reforcem as análises que tomam as relações de gênero e a situação das mulheres como elementos centrais. Em vez de se casar com o marxismo, o feminismo deve assumir o marxismo e transformá-lo em tal teoria. Devemos desenvolver uma estrutura analítica que considere as relações sociais materiais de uma formação social histórica particular como um sistema no qual a diferenciação de gênero é um atributo central (YOUNG, 1981, p. 49-50).

Com a mesma perspectiva, logo em 1983, Vogel (2013) buscou resgatar os conceitos centrais do marxismo para propor um balanço da abordagem socialista clássica sobre a ‘questão da mulher’, partindo da investigação sobre a produção e reprodução diária e geracional da força de trabalho. Questionou-se, então, como a mercadoria denominada força de trabalho era produzida e reproduzida na sociedade capitalista. Logo, para responder a tal questionamento foi necessário se desdobrar à análise existente entre a produção capitalista e os processos cotidianos de produção da vida humana, realizados, preponderantemente, por meio do trabalho não-remunerado, no âmbito do lar e por mulheres, o que abriu os caminhos para a perspectiva da reprodução social (FERGUSON; MCNALLY, 2017).

Com isso, Vogel (2013) ao direcionar seus estudos sobre a produção da força de trabalho, acaba percebendo que o trabalho reprodutivo, que é representado por diversas tarefas que, ao longo da história foram sendo socialmente naturalizadas – tarefas essas, debatidas ainda na década de 1970, quando da teorização do trabalho doméstico, sendo a figura essencial para que a reprodução da força de trabalho pudesse ocorrer. Assim, sendo a força de trabalho o alicerce do funcionamento do modo de produção capitalista, o trabalho reprodutivo se mostra como essencial não apenas para vida humana, mas também para o sistema, compreensão que será melhor desenvolvida pelas teóricas feministas-marxistas.

### 3.2 REPRODUÇÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA DAS FEMINISTAS-MARXISTAS

Em meados de 1980, em um cenário de desigualdades sociais latentes, de grande fragmentação política e teórica da classe trabalhadora, de ascensão do conservadorismo e do autoritarismo ao redor do mundo, de expansão das aspirações do neoliberalismo de Margaret Thatcher e Ronald Reagan (1979 e 1980), somados ao recuo dos movimentos socialistas, de trabalhadores e de mulheres, os pensamentos de Young e de Vogel não foram muito difundidos (FERGUSON; MCNALLY, 2017). As feministas de esquerda pareciam sem muita importância diante das mulheres que lutavam pela conquista dos seus locais de trabalho, dentro do mercado, e daquelas que reivindicavam por direitos e liberdades feministas.

Conforme Ferguson e McNally (2017), diante do afastamento do marxismo, as ativistas passaram a testemunhar a ascensão de novas pautas, incluindo as políticas identitárias, que também ganharam força à época. Todavia, por certo, ainda existiam os estudos que se envolviam com a política econômica de Marx, sendo neste meio que a perspectiva da reprodução social se situava. Mas com novos debates, não mais tão concentrados no trabalho doméstico como anteriormente, “a corrente especificamente feminista marxista, dentro do

feminismo socialista, tendeu cada vez mais em direção a um modelo da reprodução social, em vez de se focar no trabalho doméstico per se” (McNALLY (2017, p. 32). Pontua-se que o feminismo da reprodução social retoma as passagens de Young e, assim, defende a perspectiva unitária – todavia, diferentemente de Young que colocava o gênero como base da divisão do trabalho, as novas perspectivas sugerem que o ponto de partida está em analisar a produção, a reprodução e a capacidade geracional da força de trabalho ao longo do tempo.

Entre as marxistas – das quais se destacam Lise Vogel, Martha Gimenez, Johanna Brenner e, mais modernamente, Tithi Bhattacharya, Susan Ferguson e David McNally –, é possível notar que elas se valem da incompleta percepção de Marx acerca do questionamento de como a força de trabalho é produzida e, a partir deste ponto, desenvolvem as suas teorias. Neste sentido, merece destaque a concepção de Bhattacharya (2019), que esclarece o motivo pelo qual o feminismo deve assumir o marxismo e ir além para o desenvolvimento de sua teoria.

[...] há uma tremenda e pouco desenvolvida percepção no cerne da análise de Marx sobre o capitalismo. No *Capital*, Livro 1, Marx identifica a “força de trabalho” ou nossa capacidade de trabalho, como a “mercadoria especial” que o capitalista necessita para pôr o sistema em funcionamento e mantê-lo assim. Nossa força de trabalho, Marx nos diz, tem a “peculiar propriedade de ser uma fonte de valor” porque, com essa força de trabalho, criamos mercadorias e valor para o capitalismo. A apropriação de nosso trabalho excedente pelos capitalistas é a fonte da sua dominação. Sem a nossa força de trabalho, então, o sistema entraria em colapso. Mas Marx é frustrantemente silencioso sobre o resto da história. Se a força de trabalho produz valor, como a força de trabalho é, ela mesma, produzida? Certamente os trabalhadores não brotam do chão e chegam ao mercado frescos e prontos para vender sua força de trabalho para o capitalista (BHATTACHARYA, 2019, p. 102).

A partir de tal posicionamento, a força de trabalho passou a ser compreendida como o alicerce do sistema capitalista, mas que, todavia, é produzida e reproduzida fora da unidade pública de produção do capital, no espaço compreendido pela família. Vogel (1981, p. 151) retoma a teoria marxista no ponto que toca às aspirações acerca da força de trabalho, compreendida como uma ‘mercadoria especial’, e questiona como ela é produzida e reproduzida. Como resposta, o que se constata é que “a força de trabalho [...] não é produzida capitalistamente”, ela é produzida e reproduzida em um “local baseado nas relações de parentesco”, isto é, na “família da classe trabalhadora” (VOGEL, 1981, p. 170).

Para compreender melhor como se fez possível chegar a tal constatação, mostra-se necessário articular os pensamentos das feministas marxistas à teoria de Engels, exposta na obra ‘A origem da família, da propriedade privada e do Estado’, cuja primeira edição é datada de 1884. Engels (2019) demonstra que com o advento da propriedade privada, o fim do



nomadismo, a domesticação dos animais e a formação dos grupamentos humanos, surge a família e, com ela, o patriarcado.

O patriarcado emerge, pois na medida em que homens se encarregaram pelo trabalho no campo, com as plantações e com os rebanhos, e começaram a produzir o excedente, o intercâmbio material com outros grupos se tornou possível e, assim, conforme novas propriedades foram sendo conquistadas, os homens incorporavam não só a terra, mas também os outros povos, na condição de escravizados. Em paralelo, nas suas relações com seu grupamento sanguíneo, a monogamia passou a se estabelecer, fazendo emergir o domínio paterno (ONUMA; OLIVEIRA, 2021).

Dessas passagens de Engels (2019), o que se extrai é que a relação existente entre o senhor e o escravizado, fora do âmbito da família, é basicamente a mesma que irá se estabelecer entre o homem e a sua prole, dentro das relações domésticas, de modo que se pode dizer que a família é percebida como um conjunto de escravos pertencentes a um homem, dotado do pátrio poder que, então, deverá explorar a sua família e decidir seu destino, tal qual faz com o seus escravos. O autor aponta que “a família moderna individual se funda na escravidão doméstica, aberta ou dissimulada, da mulher” (ENGELS, 2019, p. 104); e que a mulher, na medida que “cumpre suas tarefas servindo privadamente a sua família, segue excluída da produção social e não se credencia a ser remunerada” (ENGELS, 2019, p. 106).

Referidas percepções alteraram de maneira intrínseca às relações domésticas, fazendo se estabelecer a divisão do trabalho no interior das famílias, local em que as mulheres ficaram encarregadas pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com os familiares, e os homens empenhados com a terra e a sua produção, focados para a formulação do excedente, o que era visto como importante. Essa divisão de tarefas culminou no apagamento do trabalho das mulheres, que se tornou desvalorizado quando comparado com o trabalho realizado pelos homens (ONUMA; OLIVEIRA, 2021).

Nestes termos, revisitar as passagens de Engels no que concerne a origem da família, permite compreender como a família moderna está estruturada e como isso impacta diretamente nos estudos acerca da reprodução social, visto que as desigualdades de direitos e acessos entre homens e mulheres, que se verifica no correr da história e modernamente, têm sua origem na forma de produção da vida material das sociedades, sendo o núcleo produtivo compreendido pela família (SAFFIOTI, 1976).

Entretanto, tem-se algumas divergências com os pensamentos de Engels (2019), que defendia que a emancipação das mulheres seria possível apenas com a ocupação das mulheres junto aos postos de trabalho, “a primeira condição para a liberação da mulher é trazer todo o

contingente feminino de volta à atividade econômica pública” (ENGELS, 2019, p. 106) – o que significava que as mulheres teriam que sair para trabalhar, com vistas a se incorporar à luta social, ponto que a sua teoria diverge do pensamentos das feministas marxistas da reprodução social, pois essa não seria a única forma. Federici (2021) afirma que, para o feminismo marxista, o trabalho reprodutivo é o responsável pela reprodução e manutenção da força de trabalho necessária enquanto mercadoria capitalista essencial.

Com isso, na defesa de que é o trabalho doméstico, produzido pelas mulheres, que permite a manutenção do sistema como um todo, dentro e fora do lar, é que a teoria da reprodução social irá se apoiar e se desenvolver, verificando a importância social que o trabalho doméstico terá para o capital e atentando aos processos de como a família se mostra como uma instituição fundamental para a opressão das mulheres dentro da sociedade capitalista (FERGUSON; MCNALLY, 2017).

Neste ponto, vale fazer um adendo para destacar como a família pode ser vista como um Aparelho Ideológico do Estado<sup>8</sup> (ALTHUSSER, 1985), tal qual a religião, educação, a imprensa, os meios culturais, etc.

O conceito de Aparelho Ideológico do Estado (AIE) é tratado por Althusser (1985) e perpassa pela compreensão do que é ideologia – sendo esta uma representação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência. Então, segundo Dore (2006), desta forma, o Estado, por meio de seus aparelhos ideológicos, realiza as ideologias através das práticas e rituais, visando a manutenção e reprodução das relações de produção dentro do modelo capitalista. Althusser (1985) situa a família como um importante AIE, pois ela atua justamente na disseminação dos valores que são aceitos socialmente, valores estes que decorrem da luta de classes, na qual prevalecem os anseios e direitos da burguesia em detrimento da classe trabalhadora.

Com essas análises, a unidade doméstica passa a ser teorizada em relação à reprodução do capital, uma vez que os trabalhos de reprodução social passam a ser compreendidos como os mantenedores da força de trabalho e os garantidores das futuras forças de trabalho. Essa assertiva se torna mais clara com Vogel (1983, p. 129) que explica que a “reposição geracional

---

<sup>8</sup> Os Aparelhos Ideológicos do Estado são entendidos como um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. Propomos uma lista empírica, que deverá necessariamente ser examinada em detalhe, posta à prova, retificada e remanejada. Com todas as reservas que esta exigência acarreta podemos, pelo momento, considerar como aparelhos ideológicos do Estado as seguintes instituições (a ordem de enumeração não tem nenhum significado especial): AIE religioso (o sistema das diferentes igrejas); AIE escolar (o sistema das diferentes “escolas” públicas e privadas); AIE familiar; AIE jurídico; AIE político (o sistema político, os diferentes Partidos); AIE sindical; AIE de informação (a imprensa, o rádio, a televisão, etc...); AIE cultural (Letras, Belas Artes, esporte, etc...) (ALTHUSSER, 1985, p. 68).

fornece a maioria dos novos trabalhadores necessários para reabastecer essa classe e a capacidade das mulheres de gerar filhos desempenha um papel crucial na sociedade de classes”.

Segundo Bhattacharya (2019), a Teoria da Reprodução Social visa demonstrar como a produção de mercadorias e a produção da vida fazem parte de um processo integrado, onde tal teoria se propõe a analisar a relação entre o trabalho feito para produzir produtos e o trabalho feito para produzir pessoas, dentro do sistema capitalista. E, segundo Federici (2019), a reprodução social é a base do patriarcado que, por sua vez, sustenta a ordem do capital.

Machado e Verbicaro (2021) identificam três os elementos reprodutivos: o biológico, o social e o ideológico, cuja combinação não se desenvolve exclusivamente no lar, mas também em outros espaços de contato social que vão sendo, gradativamente, mercantilizados e padronizados a um modelo de viver e de agir. Neste mesmo sentido, Federici (2017) afirma que o trabalho de reprodução social é promovido pela geração de cuidados, pela reprodução da ordem social e pela manutenção da classe trabalhadora.

Então, o trabalho de reprodução garante a sobrevivência das novas gerações de trabalhadores; ou seja, de crianças que nascem já sendo condicionadas e preparadas para o trabalho que, por sua vez, serão educadas nas instituições e ensinadas a observarem normas e regras que garantam a ordem social. Adiante, estes mesmos sujeitos irão ocupar postos de trabalho e, dessa maneira, compor a classe de trabalhadores que, ao fim e ao cabo, continuará se beneficiando do trabalho reprodutivo para que possam continuar sendo explorada pelo trabalho dito produtivo (ONUMA; OLIVEIRA, 2021).

Campos e Correa (2017) destacam que o trabalho de reprodução social exige múltiplas competências, incluindo o empenho de atributos físicos e mentais, de modo que nenhuma mulher, dentro do capitalismo, consegue fugir dele. Pode ser feito para si mesmo ou para os outros, e se apresenta através do trabalho preponderantemente remunerado, no ambiente público, externo ao lar, ou de forma gratuita, no âmbito doméstico e privado. Bradley (2020, p. 96) cita que a reprodução social pode ser considerada como “os processos que transformam as pessoas aptas para o trabalho” e, por assim ser, atinge todas as mulheres.

Acerca do exposto até este ponto, as mulheres se mostram como peças essenciais para a manutenção do curso das relações sociais como um todo, dada a sua capacidade de reprodução (BRADLEY, 2020). Compreender que é o trabalho em casa que possui papel central para o desenvolvimento da sociedade é parte importante para este referencial, uma vez que é este trabalho que possui papel central na vida das pessoas, garantindo a manutenção da sociedade do capital e a produção da mão-de-obra dentro e fora da esfera do lar.

Neste sentido, é importante resgatar a noção de totalidade que foi trabalhada por Marx, no qual a realidade deve ser compreendida a partir de sua totalidade concreta, pois, como destacam Silva e Quintella (2014, p. 249), parte-se do princípio de que “tudo está em conexão com tudo, e que o todo é mais do que as partes”.

[...] se determinado fato é um todo composto de partes, leis e relações conectadas entre si e em movimento, resulta que a desarticulação e a fragmentação desse todo operam uma amputação do mesmo e elimina a possibilidade de conhecê-lo como tal. O conhecimento de uma região do todo não é ainda conhecimento do todo, porque o conhecimento de partes isoladas do conjunto não é conhecimento nem das partes e nem do conjunto (CARVALHO, 2007, p. 180-181).

Com isso, admitindo-se a totalidade, tem-se que o conhecimento sobre situações concretas presume a reciprocidade das partes e de um todo. A totalidade, permite pensar os fenômenos sociais de forma ampla, expressando a realidade (TELES, 2018), razão pela qual é uma noção que deve ser resgatada no presente trabalho.

Diante de todo o exposto, entende-se que a reprodução social designa a forma pela qual o trabalho físico e mental é socialmente organizado para a manutenção da vida, podendo tal trabalho ocorrer com diferentes roupagens, dentro do lar ou fora dele, bem como de maneira onerosa ou gratuita, por meio da família ou das instituições compreendidas pelas redes de apoio. Por fim, o que se pode concluir, até aqui, é que a reprodução social no marxismo é o processo de reprodução de uma sociedade em sua totalidade, ao passo que no marxismo feminista é a manutenção e reprodução da própria vida em nível diário e geracional – por isso, diante de tais percepções se mostra necessário compreender como a reprodução social tem sido observada nos dias atuais.

### 3.3 REPRODUÇÃO SOCIAL NO DEBATE CONTEMPORÂNEO

Mais modernamente, o que se conhece por reprodução social representa uma retomada dos debates iniciados nos anos de 1970; mas, que agora assumem perspectivas mais amplas. Além de se considerar o conceito de reprodução social já não como restrito ao espaço doméstico, leva-se em conta as múltiplas relações que se estabelecem entre as esferas pública e privada e, mais que isso, abre espaço para que debates interseccionais<sup>9</sup> sejam inseridos quando das análises acerca do trabalho reprodutivo.

---

<sup>9</sup>A teoria da interseccionalidade [...] considera a incidência de múltiplos sistemas de opressão/dominação sobre um determinado indivíduo ou grupo social. A própria ontologia do conceito – interseccionar – não só permite a

Conforme apontam Ferguson e McNally (2017), é de se dizer que os estudos sobre a reprodução social, por muitos anos, ficaram aquém de elaborar uma análise integrativa das constituições de classe, raça e gênero, silenciando sobretudo a relação ao racismo, entre os anos de 1980 e 1990. Destarte, ainda em meados da década de 1980, Hooks (1984) já denunciava a existência de um ‘feminismo branco’, que não era capaz de abarcar as experiências vividas por mulheres negras, trabalhadoras, lésbicas, entre outras –, sendo que atualmente as teóricas da reprodução social buscam superar essa percepção.

Mais recentemente, e de forma satisfatória, vê-se que há uma linha de investigação dentro da perspectiva feminista da reprodução social que se mostra promissora e reconhece suas categorias analíticas, tais quais o trabalho, a economia, o público e o privado, como processos. Frente a nova perspectiva, de acordo com Ferguson e McNally (2017, p. 51), emerge a possibilidade de uma releitura sobre as “relações sociais de poder, o que traz para a perspectiva como as condições de raça, gênero, sexualidade e classe são reproduzidas, transformadas e, potencialmente, revolucionadas”.

[...] em vez de apresentar estruturas em que os sujeitos meramente encenam a lógica sistêmica de seus locais sociais, seus trabalhos concebem o social como um conjunto de práticas passadas e presentes que compõem um sistema de relações estruturadas que as pessoas experimentam, reproduzem e transformam ao longo do tempo. Essa atividade transformadora é compreendida como trabalho em sentido amplo (FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 51).

Assim, a partir de um sentido ampliado para a noção de trabalho, a produção e reprodução dessa força motriz, diga-se a força de trabalho, é expressa por meio de um processo que se constrói de diferentes formas ao longo da história, e que na sociedade capitalista é conduzido a atender os interesses do capital, sendo que os meios para se atender tais interesses recairão de maneira distinta sobre as mulheres, variando conforme a posição social, a raça e o gênero.

Conforme Ferguson (2017), a teoria da reprodução social deve levar em conta, para além da classe, os corpos que trabalham, corpos estes que são atravessados por gênero e raça. Ademais, todos os sujeitos “nascem e trabalham para o reproduzir o mundo em locais sócio históricos e geográficos específicos [...] que são alcançados de maneira desigual, dada a dinâmica do capitalismo”. Com isso é de se afirmar que “o trabalho e a vida das pessoas são valorados de maneira diferente” (FERGUSON, 2018, p. 28-29). Para Biroli (2016), todas essas

---

compreensão de que cada forma de opressão constitui um sistema distinto, como deixa em aberto a compreensão da existência de um sistema único (RUAS, 2021, p. 403).

percepções se mostram necessárias ao debate atual acerca da reprodução social, pois, ao se tratar das relações de trabalho da mulher é necessário ter em mente que, em virtude da distinção de classe e de raça, o trabalho feminino não deve ser compreendido como algo minimamente homogêneo. Ademais, é de se registrar que os estudos acerca da reprodução social lançam, contemporaneamente, o olhar crítico sobre o modelo neoliberal<sup>10</sup>.

A esse respeito, o capitalismo neoliberal revela que o problema da invisibilidade feminina “é estrutural, teórico e político, causado por fatores que levam à insuficiência material, como consequência do caminho de marginalização imposto às mulheres” (MACHADO; VERBICARO, 2021, p. 65). Tal modelo, marcado pela mitigação de direitos sociais e esvaziamento das obrigações do Estado, recai de maneira severa sobre as mulheres, que são cada vez mais exploradas pela mão de obra barata, assumindo postos de trabalho marcados pela precarização e pelas baixas remunerações. O sistema empurra as mulheres para tais condições, diante da necessidade que elas possuem de prover o sustento, também material, de si e de sua família. Por outro lado, o Estado, embora impulse este fluxo, não fornece ferramentas mínimas para que este processo ocorra de maneira digna.

Nesses caminhos, o “neoliberalismo constrói não apenas um regime de acumulação excludente, mas um conjunto de regras e formulações que utiliza mecanismos de dominação e exercícios de poder para cultivar um novo modelo de sociedade que é machista e racista” (MACHADO; VERBICARO, 2021, p. 66). É de se dizer também que no modelo neoliberal, como há um esvaziamento dos compromissos do Estado, sobretudo no que tange às pautas sociais, as responsabilidades acerca da reprodução recaem tão somente sobre os próprios indivíduos. Nesta toada, o trabalho feminino ligado às funções de cuidado e de socialização precisa a todo momento ser equilibrado com o trabalho executado na unidade pública, tido como trabalho produtivo, o que acaba por revelar as múltiplas jornadas que as mulheres assumem.

Assim, é notória a inserção acentuada das mulheres no mercado de trabalho, sendo que tal movimento decorre das inúmeras transformações sociais, econômicas e culturais ocorridas nas últimas décadas, ao ponto que se vale dizer que, cada vez mais, são as mulheres as responsáveis por prover financeiramente seus lares (OLIVEIRA, 2008). Ocorre que, mesmo

---

<sup>10</sup> O neoliberalismo é o núcleo da matriz ideológica da política de globalização que vem marcando a atual fase do capitalismo à escala mundial (NUNES, 2003). Entretanto, o neoliberalismo diferente da suposição do liberalismo clássico, que apresentava o mercado como um dado natural, como uma instituição autônoma e soberana, por meio da política do *laissez-faire*, apresenta-se como mutação do capitalismo, em que o mercado tornou-se o eixo orientador de todas as ações humanas (CASARA, 2017) que, como tal, recomenda a intervenção vigilante, máxima e permanente pelo Estado em seu favor.

diante da crescente exploração do trabalho feminino da unidade pública, ainda são elas que recebem os salários menores, que não assumem tantos cargos de liderança, que são as maiores vítimas do desemprego e que continuam ocupando, de forma expressiva, postos de trabalhos que são marcados pela precarização (TENOURY; MADALOZZO; MARTINS, 2021). A essa altura, adverte-se que não é difícil se constatar que em tempos de crise social e econômica, aquelas pessoas consideradas marginalizadas e vulneráveis, notadamente as crianças e mulheres, sobretudo as mulheres pobres, sejam as mais atingidas (MACHADO; VERBICARO, 2021). Isso ocorre, porque as mulheres compõem a classe operária como exército de reserva<sup>11</sup>, sendo admitidas aos postos de trabalho remunerados em momentos de necessidade produtiva e dispensadas em momentos de crise.

Este processo revela como o Estado, dentro do modelo neoliberal, incorpora o trabalho feminino e o explora de maneira significativa. Primeiro, se beneficiando das atividades voltadas para o cuidado, que deixa de oferecer, e concentra tão somente nas mãos das mulheres e; segundo, porque demanda da força de trabalho das mulheres na unidade pública, para ocupar os postos de trabalho, mormente, marcados pelos baixos salários e precarização.

O capitalismo neoliberal, longe de libertar o proletariado, notadamente o constituído pelas mulheres, estabeleceu uma relação interdependente de equilíbrio entre a apropriação e a exploração, a desvalorização da divisão sexual do trabalho, a absorção das atividades de cuidado não remuneradas com as remuneradas, de forma aviltante e discriminatória, de modo a manter em funcionamento o sistema de políticas neoliberais. A prática patriarcal de relegar às mulheres as atividades de desvelo e reprodução no âmbito familiar, retira do Estado a responsabilidade e reforça a opressão e superexploração das mulheres, notadamente no quesito tempo que, inevitavelmente, faz com que trabalho produtivo das mulheres seja absorvido pelo trabalho reprodutivo (ALVES; STANKEVECZ, 2020, p. 242-243).

Nota-se que o sistema estabelecido explora sobremaneira as mulheres, mas como já mencionado, em momentos de crise, essa exploração tende a se intensificar, por isso, faz-se necessário pensar como está o trabalho da mulher contemporaneamente, atravessado pelo contexto de pandemia do Coronavírus, uma vez que a doença mudou a dinâmica da vida, tirou dos indivíduos a possibilidade de circular livremente pelas ruas e fez com que as pessoas ficassem dentro de casa por uma questão de cuidados sanitários e com a saúde (OLIVEIRA, 2020). Além disso, o espaço do lar se tornou o espaço das múltiplas relações, tornando-se

---

<sup>11</sup>Os movimentos gerais dos salários são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que correspondem à mudança periódica do ciclo industrial. Não são, portanto, determinados pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo acréscimo ou pelo decréscimo da dimensão relativa da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada (MARX, 1988, p. 195).

simultaneamente o local do trabalho público e privado, considerando aqui as pessoas que puderam trabalhar em casa, de maneira remota, se valendo do apoio das tecnologias da informação, informática e telemática, por exemplo.

Diante deste movimento, no que concerne às mulheres com filhos, pontua-se que as crianças deixaram de frequentar as creches e as escolas, fazendo com que os sistemas de apoio e as práticas de cuidado ficassem centralizados unicamente na unidade familiar. Com isso, a função de cuidado exercida predominantemente pelas mães, passou a exigir mais horas de dedicação, o que contribuiu para que as demais tarefas desempenhadas por elas assumissem papel secundário na lista de prioridades (OLIVEIRA, 2020). A conjuntura descrita sugere que as mulheres trabalhadoras foram as mais impactadas pela crise sanitária decorrente do Covid-19, pois quem assumiu o papel de desempenhar as funções de cuidar, ensinar e acompanhar, tendeu a sofrer mais com os tempos de confinamento, em virtude da acumulação de tarefas e da consequente sobrecarga de atribuições (PIMENTEL; SILVA, 2021).

É fato que a sociedade patriarcal atribuiu às mulheres múltiplas funções, tendo a mulher, ainda que solteira e sem filhos, que se dedicar ao trabalho reprodutivo, necessário para a reprodução da vida humana e social e, ainda, atender outros anseios socialmente objetivados pela reprodução social e, também, desempenhar o trabalho dentro do mercado e buscar pela qualificação pessoal e profissional (CAMPOS; CORREA, 2017).

Tal perspectiva não é recente, restrita ao contexto pandêmico, mas o seu agravo se dá neste cenário de crise, no qual a sobrecarga se intensifica porque coloca os sujeitos diante de um contexto cujo futuro é incerto e as preocupações e tensões se modificam a cada momento, incluindo o medo com o adoecimento, o sentimento de solidão e a falta de socialização, que causa um abalo profundo, além de uma sobrecarga e um sofrimento (PIMENTEL; SILVA, 2021). Ademais, na prática, com a pandemia, o movimento de tornar o espaço da casa um (novo) espaço de trabalho, promoveu a noção de simultaneidade ou de acumulação de funções não divididas pela reprodução social, compartilhando espaço e tempo para tarefas domésticas e profissionais, resultando em uma sobrecarga de jornada, no fomento da exploração da classe trabalhadora, sobretudo das mulheres.

Verifica-se que a vida e o trabalho se redesenharam. Com os novos arranjos, dado ao trabalho e às diversas formas de prestação de serviços, houve uma redefinição do tempo e do espaço. Nesta perspectiva, o retorno ao lar representou uma grande dificuldade de desconexão das tarefas do trabalho produtivo, uma vez que este invadiu o lar do trabalhador e, deste modo, todo tempo se tornou tempo de trabalho, e o descanso, cada vez mais raro.



No entanto, não se pode imputar à pandemia todas as transformações do mundo do trabalho e, no caso do trabalho feminino, isso seria negar fatores determinantes que já estavam estabelecidos na sociedade, como já visto exaustivamente até este ponto. Tão logo, a pandemia pode ser considerada como um catalisador para diversas crises em curso, sobretudo em relação ao mundo do trabalho e suas formas de precarização e em relação à proteção dos direitos sociais (VASCONCELOS, 2021). Com isso, é certo que o confinamento intensificou a sobrecarga de atribuições que recaem sobre as mulheres, mas, também, descortinou o processo de exploração do contingente feminino que já estava estabelecido na sociedade do capital, mas que agora se tornou mais evidente, sendo a pandemia, então, nada mais que a “gota que transbordou o copo” (HAN, 2020, p. 09).

Trazer todas estas reflexões se fazem importantes para a presente dissertação, sobretudo, porque a partir da definição de trabalho doméstico ou reprodutivo como trabalho físico, mental e sexual, fica claro que nenhuma mulher, uma vez inserida na ordem social capitalista, escapa de prestar serviços de reprodução social, ainda que mulheres brancas, de alta escolaridade, que contam com rede de apoio e que podem terceirizar o trabalho doméstico (ONUMA; OLIVEIRA, 2021). Assim, ao se assumir tal perspectiva, e admitir que tais atribuições recaem somente sobre as mulheres, pelo simples fato de serem mulheres, traz à tona os debates sobre gênero, conforme exposto no capítulo a seguir.

## 4 GÊNERO

### 4.1 O PONTO DE PARTIDA

Para se pensar no trabalho feminino, na contemporaneidade, mostra-se necessário problematizar as relações sociais que são caracterizadas por serem mutáveis, conflituosas, não dotadas de neutralidade. As relações sociais refletem, por vezes, relações de poder, sendo o gênero uma de suas dimensões. Por meio do gênero é possível apontar como o prestígio e o poder recaem de formas diferentes sobre os homens e mulheres (SEGATO, 2016) e, por isso, as análises que envolvem trabalho e reprodução social, sobretudo levando em conta as conjunturas atuais da sociedade, perpassam necessariamente nos estudos sobre gênero.

Admite-se que para algumas autoras, incluindo Saffioti (2015), a discussão sobre gênero deveria vir em primeiro momento, antes das discussões sobre a reprodução social, uma vez que a partir da compreensão sobre gênero e, também, sobre patriarcado, se mostraria mais fácil debater sobre a reprodução social, sobretudo o seu conceito. Todavia, para a presente dissertação, optou-se por trazer as acepções sobre gênero neste ponto, pois, ainda que de forma não tão específica, os debates sobre gênero não ficaram alheios às discussões anteriores e seu conceito se tornará mais claro a essa altura deste referencial teórico.

Pois bem, é de se dizer que o conceito de gênero foi por muito tempo sendo rejeitado na literatura – isso porque na França o termo de referência e também comumente utilizado era relações sociais de sexo. Trazer tal apontamento se mostra relevante, pois a forma em que a língua francesa foi construída, permite diferenciar o sentido das palavras ‘*rapport*’ e ‘*relation*’. ‘*Rapport*’ traz consigo a ideia de tensão entre grupos de interesses opostos; já a palavra ‘*relation*’, embora também signifique relação, está associada a algum tipo de relação concreta – ou seja, está ligada a noção de vínculo social. Com isso, quando o conceito de relações sociais de sexo era utilizado, o mesmo se referia à noção de ‘*rapport*’, entendida como uma relação de antagonismos entre homens e mulheres (ALVARENGA, 2008).

Tal sentido, todavia, utilizado de maneira desassociada do sentido atribuído à ‘*relation*’, não se mostra suficiente para tratar a temática gênero, pois tal tema emana ampla complexidade e deve abranger para além do antagonismo, as subjetividades cunhadas a essa questão. Para isso, pensar sobre gênero é refletir também sobre o momento histórico vivenciado, as conjunturas culturais e políticas de determinado local, em determinado espaço de tempo. Desta forma, os debates sobre gênero convidam a pensar no antagonismo entre homens e mulheres e também a pensar nos aspectos que permeiam essa construção antagônica.

Levando em conta o primeiro aspecto, as relações entre grupos, no decorrer da história, são marcadas por antagonismos que se expressam, por sua vez, por meio de relações de poder, dominação e hierarquia. Tão logo, sendo a relação entre homens e mulheres vista sob essa perspectiva, isso não significa que tal antagonismo decorra de fatores biológicos, mas sim de construções sociais. Nessa toada, se mostra possível historicizar as relações, padrões e os modelos que se constituem de maneira diferente entre os sexos, bem como avaliar o papel das mudanças sociais neste processo que, ao longo dos anos, foi e vai definindo o que vem a ser as práticas de homem e as práticas de mulher (KERGOAT, 2003; SCOTT, 1995), dentro da sociedade.

Tais assertivas representam a busca por compreender o que vem sendo considerado como ‘trabalho de mulher’ e, principalmente, os arranjos e consequências de tal construção, de modo que uma abordagem meramente descritiva acerca das desigualdades sobre homens e mulheres não se mostra suficiente para o presente debate, devendo haver a reflexão sobre os processos de hierarquização social e das atribuições que recaem de maneira distinta sobre homens e mulheres, conforme já sinalizado por Kergoat (2003).

Assim, admite-se que gênero é uma construção social, uma invenção (BUTLER, 2003; NOGUEIRA, 2001). Compreender as diferenças entre homens e mulheres, como sendo construções sociais, permite descortinar como as instituições, leis, regras, representações e normas sociais são estabelecidas ao longo dos anos e como elas reforçam e condicionam tais desigualdades. Adiante, é de se dizer que o termo gênero hoje em dia está bastante difundido. Tal termo foi originado nos movimentos feministas principalmente dos Estados Unidos e da Inglaterra, representando a luta contra dominação e poder masculino. No Brasil, por sua vez, o conceito de gênero foi por muito tempo utilizado como uma categoria de análise, sendo referência para o desenvolvimento de inúmeras pesquisas e estudos feministas, sobretudo na área da educação (ALVARENGA, 2008).

No entanto, para fins deste trabalho, gênero será compreendido conforme as percepções da historiadora e feminista Joan Scott (1995), pois, a presente pesquisa se apoia em teorias marxistas, de modo que os pensamentos da autora em questão corroboram com a base teórica construída, além de que, viabilizam a aplicação da Análise Crítica do Discurso<sup>12</sup>, perspectiva teórico-metodológica aqui adotada. De acordo com a autora, acredita-se que a definição de gênero pode ser formulada a partir de duas proposições; primeiro, como “um elemento constitutivo baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 86), e,

---

<sup>12</sup> Abordagem teórico-metodológica escolhida para a presente pesquisa, conforme descreve o Capítulo 5 – especificamente, no subcapítulo 5.3.

segundo, como “um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p. 88).

Desta forma, em primeira análise, gênero se liga com símbolos que evocam representações; conceitos normativos; concepções políticas; identidades subjetivas; instituições e organizações sociais compreendidas, por exemplo, por meio das relações familiares, relações de trabalho, educação e afins; em segundo, gênero confere significado às próprias relações de poder. Logo, segundo Alvarenga (2008), compreender o seu conceito revela como as relações de gênero desenham as relações sociais, sendo que, nessa toada, a dita oposição entre homens e mulheres passa a ser problematizada e contextualmente definida, sendo construída e reconstruída de tempos em tempos.

Com essas percepções, se extrai que a oposição entre homem e mulher não pode ser considerada como natural, pois o gênero é percebido como uma construção das estruturas políticas e das inúmeras relações sociais, dotadas de propositividade. Nesse sentido, é o que se verifica, por exemplo, quando se pensa no século XX, no processo de industrialização e na propagação do poder colonial e mormente patriarcal, que não ao bel prazer, estabeleceu a hierarquia entre homens e mulheres, a partir da separação entre a vida privada e a vida pública, nas quais se determinaram novas formas de organização da vida social.

A análise das relações de gênero permite compreender como as relações hierárquicas de poder se estabeleceram e se estabelecem entre homens e mulheres, denunciando as desigualdades e discriminações que afetarão diretamente no trabalho feminino (NEVES, 2013). Toda essa compreensão, leva em conta o intuito proposital dessa separação e que, conseqüentemente, intensifica a discriminação entre os gêneros. Nota-se que a hierarquia e o poder se tornam visíveis a essa altura, pois, a quem caberia o espaço de reconhecimento, prestígio, racionalidade, contraprestação que não aos homens; ao passo que, de outro lado, em contrapartida, se situam as mulheres que se dedicam aos cuidados com os filhos, cônjuges, companheiros, idosos, sem que todo esse dispêndio de força e energia seja considerado um trabalho socialmente valorizado.

Portanto, é fato que homens e mulheres constituem dois grupos sociais distintos que se relacionam em uma mesma base material (NOGUEIRA, 2001), sendo que o resultado desse relacionamento afeta a distribuição de seus trabalhos. Interessante notar, também, que ao se admitir que gênero é uma construção social dotada de intencionalidades, pois o fato de ser mulher pode ser considerado como uma categoria histórica múltipla. E, conforme explica Butler (2003, p. 213) “mulheres é um falso e unívoco substantivo que disfarça e restringe uma experiência de gênero variada e contraditória”, complementando a autora que “a unidade da

categoria ‘mulheres’ não é nem pressuposta nem desejada, uma vez que fixa e restringe os próprios sujeitos que liberta e espera representar”.

Assim, o que é ‘ser mulher’, o que vem a ser ‘coisa de mulher’ e ‘trabalho de mulher’ é fruto de categorias históricas que se constroem para atender interesses dominantes específicos e que, por assim ser, conseguem se manter mesmo em momentos ainda não experimentados pela sociedade, como é o caso da pandemia do Coronavírus, por exemplo.

#### 4.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Como visto anteriormente, longe de qualquer teoria que busque explicar gênero através das diferenças biológicas existentes entre mulheres e homens, o presente trabalho busca expor a intersecção entre gênero e trabalho. Dessa forma, o referencial teórico construído até este ponto, revelou os diversos sentidos e significados do trabalho, desde sua perspectiva ontológica, até se chegar a uma percepção mais ampliada, que admite como trabalho, para além daquele empenhado na unidade pública de produção, o desenvolvido no âmbito doméstico, não remunerado e informal.

Diante da perspectiva apresentada, para se pensar no trabalho feminino, sobretudo no trabalho das mulheres que foram colocadas para trabalhar em casa com a pandemia, mostra-se relevante observar que o mundo do trabalho incorporou diversas transformações, sendo que mais modernamente houve um grande destaque para o incremento de novas tecnologias laborativas, oriundas dos diversos avanços tecnológicos. Todavia, segundo Hirata (2002), não se pode dizer que essas mudanças tecnológicas e as inovações foram percebidas de igual maneira entre trabalhadoras e trabalhadores, ainda que nas searas da mão de obra mais qualificada, o que gera a reflexão sobre a divisão sexual do trabalho.

Antes de abordar a divisão sexual do trabalho propriamente dita, frisa-se que, conforme já mencionado, a sociedade é organizada por meio de grupos que, por vezes, se mostram como antagônicos. Esse modelo de organizar a sociedade é percebido também por meio do trabalho, mais especificamente, por meio da divisão social do trabalho, que é compreendida como uma maneira de organizar o conjunto de atividades produtivas em uma dada sociedade. Assim, como uma ramificação, um desdobramento, desses estratos sociais, é que se situa a divisão sexual do trabalho, que pode ser compreendida como uma “disposição acerca das atribuições e competências destinadas ao gênero feminino e ao gênero masculino, que visa organizar o trabalho de mulheres e homens na estrutura social” (ALVES; STANKEVECZ, 2020, p. 244).

Essa característica tem como finalidade destinar aquilo que será prioritariamente executado por homens, junto à esfera produtiva e junto das funções que possuem valor social agregado, como funções políticas, militares, religiosas, e, por outro lado, o que será empenhado pelas mulheres, principalmente junto à esfera reprodutiva (KERGOAT, 2003). Essa divisão de tarefas e atribuições revela como que, junto à divisão do trabalho, estão imbricadas as relações de poder, poder este que pertence aos homens e faz com que as mulheres sejam duplamente – triplamente ou até mais – exploradas, isto é, pelo trabalho reprodutivo e pelo trabalho produtivo, que se mostra na maioria das vezes por meio do trabalho precário e mal remunerado.

A criação desse ideal de antagonismos entre homem e mulher, trabalho produtivo e reprodutivo, unidade pública e unidade privada, são compreendidos por Saffioti (1992) como uma forma de intensificar a opressão das mulheres, que visa hierarquizar o contingente feminino em todos os âmbitos de suas relações sociais, políticas, trabalhistas, educacionais, entre outras, dentro do modelo capitalista.

Segundo Arruza (2015), na sociedade do capital, a opressão das mulheres e as relações de poder são vistas como necessárias ao sistema, possuindo uma lógica de dependência. Esta dependência não significa que a opressão de gênero tenha nascido com o capitalismo, mas sim que essa opressão vai assumindo novas formas ao longo do tempo e se amoldando para atender as características e anseios de cada sistema. Por isso, compreender o que vem a ser reprodução social, antes de abordar a divisão sexual do trabalho mostra-se interessante, porque compreender a sociedade atual pela lente da reprodução possibilita identificar a lógica organizacional que o sistema visa estabelecer, não ignorando o papel que o gênero vem assumindo para fundamentar as relações de poder e atender aos fins do capital.

As relações múltiplas de poder de dominação, portanto, aparecem como expressões concretas de uma unidade contraditória e articulada que é a sociedade capitalista. Esse processo não deve ser entendido de forma automática ou mecanicista. [...] não devemos esquecer a dimensão da práxis humana: o capitalismo não é uma máquina ou um autômato, mas uma relação social, e como tal, é sujeita a contingências, acidentes e conflitos. No entanto, contingências e conflitos não excluem a existência de uma lógica – nominalmente, a acumulação capitalista – que impõe limites objetivos não apenas à nossa práxis ou experiência vivida, mas também à nossa habilidade de produzir e articular relações com outros, nosso lugar no mundo, e nossas relações com nossas condições de existência (ARRUZA, 2015, p. 56-57).

Por esses contornos, tudo o que foi visto até agora – como por exemplo, o trabalho assalariado, o trabalho doméstico, a reprodução e produção, classe, gênero – devem ser compreendidos como categorias indissociáveis, conectadas e que se comunicam a todo tempo. Assim, ao se tratar sobre a divisão sexual do trabalho, essa pode ser vista como parte das

relações sociais, por isso, compreendê-la demanda a percepção de quais processos permitiram e ainda permitem que ao longo da história o trabalho da mulher seja sustentado como fruto da exploração patriarcal e disponível para atender aos fins econômicos do capital. Para Souza-Lobo (1991), a divisão sexual do trabalho se constrói como uma prática social, mantida por meio da tradição que cria o que será tarefa de homem e o que será tarefa de mulher, sendo que essa discussão deve tangenciar, necessariamente, a esfera reprodutiva.

Verifica-se que, ao longo dos anos, houve uma tentativa de formular um conceito estrutural para o que vem a ser a divisão sexual do trabalho e a sua reformulação como uma relação social, em que tal divisão seria um desdobramento da divisão da sociedade. Há também uma segunda vertente que entende que tal divisão não cria a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho; mas, recria essa subordinação existente das outras esferas sociais (SOUZA-LOBO, 1991).

Admitir a divisão sexual do trabalho como sendo uma relação social é o mesmo que admitir que tal divisão seja dotada de caráter mutável – logo, uma tarefa em determinada sociedade pode ser considerada tipicamente feminina, ao passo que em outra sociedade pode ser vista como uma atividade de homens (KERGOAT, 2003), e que inúmeros fatores terão o papel de criar, recriar e reforçar a divisão sexual do trabalho, sendo que esses fatores, muitas vezes, se apoiarão nos atributos físicos das mulheres, na feminilidade e na maternidade, para reforçar essa divisão no mundo do trabalho, sendo isto o que se constata ao longo dos tempos.

No decorrer da história, o que se verifica é que as mulheres não foram alheias ao trabalho, mas que a sociedade patriarcal atribui menor importância aos trabalhos realizados por elas (SAFFIOTI, 1976). A partir da Revolução Industrial, o trabalho da mulher na unidade pública de produção passou a se estabelecer; porém, associado à uma mão de obra de baixas contraprestações. No entanto, em que pese o salário das mulheres ser menor que o dos homens, esse fator não excluía a força de trabalho feminina do sistema desde este início, pois os ganhos das trabalhadoras com o trabalho fora do lar serviria para contribuir com o orçamento doméstico, servindo como um aporte para os rendimentos da família, um complemento ao salário que seria recebido pelo homem da família (SCOTT, 1994), tal qual se verifica atualmente.

Além da noção da complementação do salário familiar, outra característica que fundamenta a divisão sexual do trabalho, é a destinação de mulheres para realizar as tarefas tidas como ‘inatas’, por exemplo, aquelas que demandam delicadeza e paciência. Nota-se que essa “segregação do mercado de trabalho foi tomada pelos empregadores como uma já existente

e natural diferença, base para justificar a desigualdade entre os sexos no mundo do trabalho” (ALVARENGA, 2008, p. 27).

Pontua-se que muitas legislações continham previsões que apoiavam a divisão sexual do trabalho, ao disporem, por exemplo, que as mulheres não deveriam ter as mesmas jornadas que os homens, não poderiam trabalhar no período da noite, tampouco executar atividades consideradas perigosas ou insalubres. No Brasil, a título exemplificativo, apenas com a Lei 4.121 de 1962 é que a mulher casada pôde começar a trabalhar na unidade pública de produção sem precisar de autorização do marido. E foi em 1984, com a Lei 7.184, que o trabalho noturno da mulher maior de dezoito anos passou a ser permitido – ou seja, alterações tão significativas e historicamente tão recentes que denunciam que a divisão sexual do trabalho se faz presente em nossa sociedade de maneira tão enraizada.

Dando um salto para o século XXI, apesar das inúmeras alterações positivas com relação ao trabalho feminino, em que se pode citar a possibilidade de qualificação, o ingresso e estabelecimento das mulheres no mercado de trabalho, o fato de ter mulheres ocupando os mais diversos postos de trabalho, ocupando cargos públicos, por outro lado, a divisão sexual do trabalho permanece sem grandes transformações.

Esta ausência de transformação se deve ao fato que, em que pese que a maioria das mulheres tenham atingido a esfera produtiva e estejam desempenhando papel de grande importância para a sobrevivência de si, com o desenvolvimento da própria autonomia, e de sua família, a sobreposição das tarefas tipicamente domésticas ainda lhes acarreta inúmera sobrecarga (BRUSCHINI, 2000). Tal fato indica que o tempo livre das mulheres é menor que o dos homens, sendo essa questão comprovada por meio de dados recentemente levantados pelo IBGE (2022), que revelaram que as mulheres, ainda que trabalhando fora do lar, destinam cerca de 21,4 horas semanais aos afazeres domésticos, ao passo que os homens despendem apenas 11 horas para tais tarefas, sendo latente a divisão sexual do trabalho nesse sentido.

Com isso, vale citar Nogueira (2010, p. 59), que explica que “a divisão sexual do trabalho é, portanto, um fenômeno histórico, pois se metamorfoseia”, sendo que analisá-la dentro das sociedades capitalistas revela que “ainda nos dias de hoje, o trabalho doméstico permanece predominantemente sob a responsabilidade das mulheres, estejam elas inseridas no espaço produtivo ou não”. Assim, para modificar essa realidade e combater essa exploração, é de se pensar em modelos nos quais homens e mulheres dividirão, como iguais, a criação dos filhos e outras tarefas domésticas e, conforme Okin (2018, p. 327-328) “que o pensamento político hegemônico presumiu explicitamente por meio de seu silêncio sobre as questões de gênero e sobre a família, serem naturalmente pertencentes à mulher”.



Ademais, pensar no combate à desigual divisão sexual do trabalho é o mesmo que lutar contra o próprio modelo capitalista, posto que, conforme Mészáros (2002, p. 272), para que o sistema do capital funcione é necessário que exista a desigualdade entre homens e mulheres, logo, “a premissa da verdadeira igualdade é inaceitável, de modo que uma divisão sexual do trabalho menos desigual não integra à lógica dominante”. Por isso, a luta contra a divisão sexual do trabalho envolve a necessidade dos homens admitirem o serviço doméstico na mesma proporção que as mulheres se ativaram junto ao trabalho na unidade pública de produção, bem como uma luta contra o próprio sistema.

É latente a necessidade de trazer referidas reflexões ao debate contemporâneo, posto que o contexto de pandemia trouxe novas realidades para o desempenho do trabalho, por meio do trabalho remoto, por exemplo, sendo que esse retorno ao lar sugere uma forma de intensificar a divisão sexual do trabalho, porque deixa as mulheres dentro do lar tendo que conviver simultaneamente com o trabalho reprodutivo e produtivo e distancia os homens da ideia de colaboração das tarefas domésticas – pontos que serão avaliados adiante, a partir da perspectiva do trabalho docente.

#### 4.3 ARRANJOS DO TRABALHO E A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

No dia 11 de março de 2020, foi declarada a pandemia do *Corona Virus Disease* pela OMS, popularmente conhecida como pandemia do Covid-19, pois seus primeiros casos surgidos e divulgados foram no ano de 2019, caracterizando-se como uma combinação de crises – social, econômica e sanitária – sem precedentes ao longo da história (GRANATO, 2020). A Presidência da República Federativa do Brasil, representada pelo MS, decretou emergência na saúde pública, nos termos da Lei 13.979 (BRASIL, 2020). O vírus possui um enorme potencial de contágio e sobrecarregou o sistema de saúde, impondo medidas restritivas, dentre elas a quarentena e o isolamento social. Tais medidas drásticas, de caráter sanitário, foram as únicas alternativas iniciais para se conter a propagação em massa do vírus (GRANATO, 2020).

Dutra (2020) afirma que crises sempre afloram questões latentes da sociedade e, em meio a uma pandemia, ou seja, uma crise, acredita-se que o trabalho, a divisão sexual do trabalho e a desigualdade de gênero sejam exemplos acerca de tais questões. Como já bem pontuado, o trabalho doméstico e de cuidado – conhecido como trabalho não produtivo, marcado pela gratuidade – é desempenhado, preponderantemente, por mulheres e, com a pandemia se intensificou significativamente, pois, tem-se que as tarefas domésticas, o trabalho formal e o processo de formação pessoal e profissional se incorporaram em um único ambiente,

sobrecarregando mais as mulheres, principalmente aquelas que são mães, que precisaram se organizar para as tarefas do lar e atender às demandas específicas das crianças. Ou seja, como pondera Mendes (2020), atender às necessidades básicas, dar atenção aos estudos com a imposição do ensino remoto para formação e, em muitos casos, desempenhar tarefas como cozinhar, limpar, lavar e passar, considerando o isolamento de suas colaboradoras domésticas ou diaristas.

Assim, esse processo de permanência no lar descortinou traços da divisão sexual do trabalho, da reprodução social e a expressiva exploração do contingente feminino, escancarando desafios diversos, inclusive, para as mulheres docentes (sujeitas deste trabalho), que são mulheres que nesse contexto tornaram-se trabalhadoras remotas. Pontua-se que milhões de trabalhadores e trabalhadoras tiveram suas atividades laborais impactadas e precisaram adaptar uma nova forma de trabalhar e de exercer suas funções profissionais fora do local de trabalho, enquadrando-se em alguma modalidade de trabalho à distância ou home-office; nessa toada, a crise sanitária causada pelo Covid-19, fez com que o trabalho remoto<sup>13</sup> fosse posto como uma alternativa para a continuidade dos serviços, em um cenário de isolamento social.

Segundo Harvey (2020), a pandemia gerou inúmeros impactos no trabalho das pessoas, o que vem sendo revelado por meio de situações de vulnerabilidade dos trabalhadores que vivenciam instabilidades no emprego, flexibilização de jornadas e salários, relativização da proteção social, desemprego, crescente informalidade e a implementação de novas formas de trabalhar que, por vezes, se mostram precárias e incertas. Pontua-se que essas transformações recaíram, inclusive, sobre setores tradicionalmente organizados, como é o caso das instituições de ensino, que foram significativamente afetadas.

No Brasil, por determinação do Ministério da Educação (MEC), as aulas presenciais ficaram suspensas por tempo indeterminado em todo o território nacional. Desse modo, as instituições de ensino ficaram autorizadas a realizar “atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais” (SOUZA, 2021, p. 3), também vulgarmente denominadas ‘ensino remoto’.

---

<sup>13</sup>Embora a legislação trabalhista do país e, de modo geral, a literatura, faça referência a essa modalidade de trabalho como ‘teletrabalho’, entende-se o conceito de ‘trabalho remoto’, referenciado no Brasil também como ‘*home office*’. Tal trabalho transferido para o ambiente doméstico se distingue de outras modalidades de trabalho realizadas distantes do espaço da empresa ou da instituição, caso do *coworking*, trabalhadores de rua (por aplicativos) ou ‘em domicílio’. O trabalho remoto (em *home-office*) não se confunde com as modalidades de trabalho fabris realizados ‘em domicílio’, oficinas domésticas e de trabalhadores subcontratados por grandes corporações, resultantes da reestruturação produtiva do último quartel do século XX. Nesse caso, no contexto da pandemia, tratam-se de trabalhos realizados e possibilitados pelas tecnologias da informação (TI). Trabalhos que passaram a ser realizados em casa (à distância) mediados por computadores, *notebooks*, *tablets* e *smartphones* com conexão pela *Internet* (BRIDI, 2020, p. 3-4).

O que se constatou foi que as professoras e professores passaram a trabalhar quase que em tempo integral dentro de suas próprias casas, expostas às condições de trabalho cansativas e improvisadas (SOUZA, 2021), pois em um curto período de tempo e adaptação, para o melhor desempenho das aulas, fez-se necessário investir em aparelhos de informática, sobretudo bons computadores e câmeras, além de ter que readequar a dinâmica familiar para que se fosse possível trabalhar em um mesmo espaço que os demais membros da família também se encontravam e, ainda, buscar por condições ergonômicas ainda que mínimas, o que nitidamente não foi possível ocorrer para todos os trabalhadores colocados para trabalhar em casa.

Não se pode ignorar que para o caso dos docentes, os mesmos tiveram que aprender a lidar com as novas plataformas das instituições, o que demandou uma readaptação para fazer as avaliações dos alunos, realizar o lançamento de notas, disponibilizar os materiais, entre outras demandas típicas da profissão. Conforme aponta Souza (2021, p. 3), essas exigências fizeram com que os profissionais da educação tivessem que se “adaptar ao novo formato de ensino e ao ambiente virtual de trabalho, tendo que improvisar o próprio espaço doméstico e dividir a sua atenção entre as atividades profissionais e familiares”. Não se pode ignorar ainda, neste ponto, que muitos profissionais não tinham proximidade com os aparatos tecnológicos, sendo para estes os desafios foram ainda maiores, pois além de se dedicarem ao trabalho propriamente dito – isto é, às funções típicas de ensinar, tiveram que despender tempo significativo para aprender a lidar com as tecnologias, sem que isso fosse necessariamente computado como tempo de trabalho.

Inevitavelmente, o que se verificou foi uma grande reestruturação do trabalho docente, tendo a pandemia evidenciado a precarização das condições de trabalho de professores e professoras e, ainda, quando se trata do cenário especificamente das mulheres, a exploração tende a ser ainda maior, justamente, por conta da sobreposição do trabalho reprodutivo. De acordo com Vieira, Garcia e Maciel (2020), em tempos de isolamento social o trabalho doméstico se intensificou, porque as pessoas, membros da família ficaram em casa ou, ao menos, passaram a ficar mais tempo dentro do lar sem que isso implicasse no compartilhamento de tarefas, mas sim, na sobrecarga das mulheres.

[...] a desigual divisão de tarefas domésticas, que sobrecarrega especialmente as mulheres casadas e com filhos, comprova como o ambiente do lar é mais uma esfera do exercício do poder masculino. Na maioria das vezes, a presença dos homens em casa não significa cooperação ou distribuição mais harmônica das tarefas entre toda a família, mas sim o aumento do trabalho. Durante o isolamento social, seja em regime de home office, seja na busca pela manutenção de uma fonte de renda no trabalho informal, o trabalho doméstico não dá folga. Pelo contrário, aumenta à medida que há

mais pessoas passando mais tempo em casa (VIEIRA; GARCIA; MACIEL, 2020, p. 3).

Nota-se que essa questão da ausência de divisão de tarefas não se mostra algo novo, que emergiu com a pandemia, mas certamente se tornou mais evidente neste momento. O movimento de tornar o espaço da casa em um ‘novo’ espaço de trabalho, veio promover a noção de simultaneidade ou de acumulação de funções, dividindo espaço e tempo para tarefas domésticas e profissionais, resultando em uma sobrecarga de jornada e no fomento da exploração da classe trabalhadora, sobretudo das mulheres (ÁVILA, 2020), cuja jornada de trabalho se expandiu, e no caso das professoras, a sala de aula virou a sala de casa, a mesa de trabalho, a mesa da cozinha, entre outros arranjos que marcaram este tempo.

Não obstante, é de se reafirmar que a sociedade patriarcal delegou para o contingente feminino múltiplas funções, dentre elas o cuidar do lar e da família e, afrontada pelas conquistas ao longo dos anos, passou a exigir das mulheres o exercício do remunerado dentro das mais diversas profissões, contando com seus salários para o orçamento familiar (CAMPOS; CORREA, 2017). Com isso, a dupla jornada de trabalho, que já era imposta pela cultura e reprodução social, com o advento pandêmico afirmou-se como tripla.

[...] antes da pandemia, as mulheres que ocupavam a pirâmide na escala econômica já tinham jornada dupla, mesmo contando com alguma rede de apoio, como a escola e a empregada doméstica. Agora, a mulher assumiu as tarefas escolares como pôde, dando conta de auxiliar em deveres, trabalho, recortes, provas e testes e, ao mesmo tempo, trabalha em casa, participa de reuniões e precisa cuidar da aparência (RODRIGUES, 2020, p. 45-46).

A conjuntura descrita sugere que as mulheres trabalhadoras são as mais impactadas pela crise sanitária decorrente do Covid-19, uma que vez que passaram a enfrentar, para além dos desafios de conciliar o trabalho reprodutivo com o trabalho profissional, as inseguranças e angústias da lida com o medo do adoecimento, do desemprego e da morte.

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Considerando que o objetivo maior do presente trabalho é investigar, a partir da perspectiva de mulheres docentes no ensino superior, as transformações causadas nos trabalhos reprodutivo e produtivo das mulheres que foram colocadas para trabalhar em casa, em virtude da pandemia do Coronavírus, não há melhor maneira de conhecer os detalhes da vida de cada uma dessas docentes, a não ser por meio de uma pesquisa de caráter qualitativo.

A pesquisa qualitativa é caracterizada pelo “processo de geração de dados por meio de percepções, crenças e valores dos sujeitos pesquisados” (CEDRO, 2011, p. 129), sendo os seus dados extraídos por meio de informações expressas em palavras orais e escritas, pinturas, objetos, filmes, entre outras fontes (ZANELLA, 2011). Os estudos qualitativos possuem como preocupação básica o mundo empírico em seu ambiente natural, tendo o pesquisador papel fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, sobretudo no que concerne à coleta de dados. Dentro das pesquisas qualitativas, o papel do pesquisador não pode ser delegado ou substituído por outra técnica, pois será ele quem irá observar, selecionar, registrar e interpretar as informações obtidas do ambiente natural posto em análise (TRIVIÑOS, 1987).

Quanto à análise de dados, tal pesquisa tem como base a cientificidade de conhecimentos teórico-empíricos, não estando atrelada a um instrumental estatístico para referida análise (ZANELLA, 2011). Assim, a pesquisa qualitativa busca obter seus resultados sem se preocupar em representá-los numericamente, pois o que se mostra relevante para tal abordagem é o aprofundamento da compreensão acerca de determinado grupo social (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Tal forma de se pesquisar nega a visão positivista para compreender a vida social, uma vez que as vivências são dinâmicas e complexas, o que faz com que o desenvolvimento da pesquisa qualitativa seja, por vezes, imprevisível.

Com isso, tem-se que “a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32). Em virtude dessas características, as pesquisas qualitativas são alvo de críticas, sobretudo por conta de seu caráter empírico, bem como por serem dotadas de alto grau de subjetividade e por demandarem significativo envolvimento emocional no pesquisador (MINAYO, 2001) que, como já mencionado, são essenciais ao seu desenvolvimento.

No entanto, em que pese tais apontamentos, para o presente trabalho é a pesquisa qualitativa que permitiu a melhor compreensão acerca de como alguns conceitos e relações foram sendo construídos e sendo percebidos pelos sujeitos pesquisados, levando em conta a complexidade de suas vidas, as relações que compõem suas identidades e as relações de poder que atravessam sua construção.

Conforme Duarte (2004) e Godoy (2005) apontam, em pesquisas qualitativas é importante apresentar quais os critérios utilizados para a seleção dos sujeitos pesquisados, ora futuros entrevistados, sendo também relevante descrever como se deu seu contato com os mesmos. Assim, se esclarece que, partindo do pressuposto de que a pandemia alterou a dinâmica da vida em diversos aspectos e que, em virtude das medidas de contenção à propagação do vírus, o trabalho remoto foi colocado como uma alternativa para algumas trabalhadoras, optou-se por analisar as mudanças no trabalho reprodutivo e produtivo das mulheres a partir da percepção das docentes do ensino superior, por serem elas exemplo de mulheres que foram colocadas para trabalhar em casa, em tempos de confinamento.

Levantadas tais percepções, para o cumprimento dos objetivos propostos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as docentes do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade (PPGPS), do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) e do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE), todos da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), campus Varginha, MG, considerando que a instituição é um dos pontos que une a pesquisadora com as docentes, bem como o fato destes Programas serem os ofertados pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) a nível de Pós-graduação, estando a pesquisadora vinculada ao Instituto.

Pontua-se que, segundo informações obtidas no site institucional, no primeiro semestre de 2022 o PPGPS contava com quinze docentes, sendo sete mulheres. O PROFIAP, no mesmo período, possuía quatorze docentes, sendo que destes, quatro também faziam parte do corpo docente do PPGPS.

Especificamente sobre as mulheres, o PROFIAP contava com duas docentes, sendo que uma compunha o corpo docente do PPGPS também. Por fim, o PPGE, no primeiro semestre de 2022, contava com vinte e um professores, sendo que um deles também integrava o PPGPS. Dessa forma, ao fim, do número total de docentes, seis são mulheres. Como forma de sintetizar o exposto, a Tabela 1 (que segue) categoriza os trabalhadores docentes dos três Programas, ignorando que alguns deles estão vinculados a mais de um curso ao mesmo tempo.

Tabela 1 – Categorização dos trabalhadores docentes do PPGPS, PROFIAP e do PPGE, primeiro semestre de 2022, de acordo com o sexo

<b>Curso</b>	<b>Nº de homens</b>	<b>Nº de mulheres</b>	<b>Total</b>
PPGPS	08	07	15
PROFIAP	12	02	14
PPGE	15	06	21
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>15</b>	<b>50</b>

Fonte: Autora (2023).

Em análise, o que se verifica é que as mulheres se encontram em maior número no PPGPS que, a saber, é um programa multidisciplinar que congrega profissionais com conhecimentos nas áreas de administração pública, economia, psicologia, sociologia, ciências políticas e direito. No entanto, em nenhum dos cursos o corpo docente é composto majoritariamente por mulheres, havendo um equilíbrio em apenas um dos programas. Realizar este levantamento inicial teve como finalidade mensurar o número de docentes que poderiam contribuir para o presente trabalho a partir da realização de entrevistas.

Com isso, acreditou-se que a partir de um universo maior, isto é, ao se contemplar os três cursos, seriam possíveis alcançar melhores resultados à pesquisa, pois, a partir desses primeiros levantamentos constatou-se quatorze docentes, para fazer contato. Pontua-se que neste número já se considerou apenas como uma vez a docente que está vinculada a mais de um Programa.

Diante do exposto, está caracterizada a pesquisa que foi realizada para se atingir os objetivos do presente trabalho, cabendo descrever os processos aplicados para a coleta de dados.

## 5.2 COLETA DE DADOS

A coleta de dados se deu a partir de entrevistas, que permitiram o aprofundamento na compreensão do grupo específico selecionado, assim, a fase da realização das entrevistas marcou o caráter empírico da presente dissertação. Seguindo os princípios da pesquisa qualitativa, o que se buscou extrair das entrevistadas foram os seus valores, crenças, (CEDRO, 2011) percepções de mundo e demais aspirações dotadas de subjetividade. A pesquisa teve como direcionamento os desafios do cotidiano e a busca por entender e interpretar os fenômenos que ocorrem dentro do contexto em que as participantes estão inseridas, enquanto atores sociais (CRESWELL, 2010).

Conforme Raupp e Beuren (2006), a entrevista é um instrumento estratégico para coleta de dados de pesquisas de cunho qualitativo, nela tem-se como sentido o estabelecimento de uma comunicação verbal entre as partes para coletar informações pertinentes a determinado conteúdo científico. Assim, o diálogo promovido entre as partes envolvidas com a pesquisa teve como finalidade realizar o levantamento de dados sobre determinado objetivo. Marconi e Lakatos (2017) concebem a entrevista como sendo um instrumento que funciona como diagnósticos propostos de certos problemas sociais e, por isso, se mostrou como a ferramenta mais adequada para o presente trabalho.

É de se registrar, também, que essa pesquisa se apoiou em entrevistas do tipo semiestruturadas individuais, uma vez que tal modelo refere-se a um tipo de entrevista que se guia por um roteiro de perguntas que se presta a orientar o pesquisador, ora entrevistador, para abordar, junto ao entrevistado, profundamente determinado tema (MINAYO, 2009). A utilização de entrevistas semiestruturadas é interessante para que o pesquisador não deixe de contemplar algum ponto que seja relevante ao seu trabalho e, ao mesmo tempo, permite que as opiniões dos entrevistados sejam melhor exploradas. Pontua-se que o fato da entrevista ter sido no modelo semiestruturado possibilitou que a entrevistada, inclusive, acrescentasse perguntas que contribuíram com diferentes aspectos da pesquisa, não ficando restrita a entrevista apenas ao roteiro inicialmente proposto.

Assim, o roteiro semiestruturado (APÊNDICE A) se mostrou essencial, pois norteou a todo tempo a entrevista, e permitiu, também, que a pesquisadora tivesse a liberdade de incluir outras perguntas sempre que oportuno para a continuidade da coleta das informações.

As entrevistas semiestruturadas são eficazes pois possibilitam a obtenção das informações que se almeja (BONI; QUARESMA, 2005), e permitem que tópicos mais sensíveis sejam explorados (GILL, 2008), o que, então, conferiu uma melhor percepção e maior abrangência sobre os fenômenos sociais analisados.

Em que pese a maior liberdade que a entrevista semiestruturada confere às partes, pesquisadora e pesquisada, é importante que sejam respeitadas algumas premissas metodológicas para que de fato os dados obtidos sejam confiáveis (MANZINI, 1991) e, posteriormente, possam ser tratados com rigor científico, a fim de que o pesquisador não conduza a pesquisa aos resultados que supõe ou que deseja atingir (BONI; QUARESMA, 2005).

Por isso, pontua-se que o processo da escuta das falas das entrevistadas também foi um fator importante para a coleta de dados, pois a escuta permitiu que sempre que necessário o tema da pesquisa fosse retomado para o melhor desenvolvimento do trabalho proposto. Neste



sentido, foi feito um primeiro contato com uma das docentes com o intuito de realizar uma entrevista piloto. No presente trabalho, utilizar a entrevista piloto como um recurso para a coleta de dados se mostrou essencial, pois, por meio dela, foi possível identificar as peculiaridades do objeto em análise e planejar as demais entrevistas, garantindo uma melhor execução na coleta de dados que foi realizada.

Ainda, sobre o planejamento das demais entrevistas, é de se dizer que referido planejamento contribuiu para diminuir as chances de deixar de formular as perguntas essenciais para a compreensão do objeto investigado (SILVA; OLIVEIRA, 2015); ou seja, formular adequadamente as perguntas para conseguir extrair das entrevistadas falas indispensáveis para o alcance dos objetivos da pesquisa e, ainda, para criar um padrão no procedimento da entrevistas, o que auxiliou para que não houvesse interferências na coleta dos dados.

Assim, após a realização da entrevista piloto, passou-se a se realizar o primeiro contato com as entrevistadas. Com auxílio do *site* institucional e da busca junto à plataforma do *Currículo Lattes*, foi possível obter o *e-mail* de cada uma das possíveis entrevistadas, a partir disso foram enviados os e-mails com uma breve apresentação da docente e sua pesquisa e o convite para contribuir voluntariamente com o presente trabalho.

Na medida que foram sendo aceitos os convites, foram enviados os *links* para participar de uma reunião *online*, com dia e horário pré-definidos. No mesmo *e-mail* foi enviado para as participantes o Termo de Sigilo e Confidencialidade, bem como o Termo de Consentimento para Participação em Pesquisa Acadêmica, ambos para assinatura.

Todas as entrevistadas, muito embora tenham autorizado a gravação da reunião *online*, gravação tanto de vídeo, quanto de áudio, tiveram resguardada a sua imagem e nome – razão pela qual as docentes entrevistadas estão identificadas no presente trabalho por letras do alfabeto romano, tudo para observar o sigilo das partes.

Após o acompanhamento do processo de escuta, as falas das entrevistadas foram transcritas, a fim de viabilizar a melhor interpretação de seus pontos principais, sendo que se buscou preservar a literalidade das falas, para se evitar interpretações equivocadas, pois as pesquisas qualitativas são também descritivas, uma vez que se propõem em descrever os fenômenos identificados por meio de transcrições (ZANELLA, 2011).

Na medida em que foram sendo feitas, as entrevistas foram organizadas, a princípio por datas, e transcritas. Após, os conteúdos extraídos foram submetidos à Análise Crítica do Discurso (ACD), abordagem teórico-metodológica apresentada na sequência.

### 5.3 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Como forma de analisar, compreender e interpretar o material qualitativo, mostra-se necessário superar a tendência de que a interpretação dos dados ocorre de forma espontânea pelo pesquisador, pois assim como os sujeitos pesquisados, o pesquisador também é dotado de suas próprias convicções, crenças e subjetividades. Por isso, para que fosse possível penetrar nos significados que os atores sociais, ora entrevistadas, compartilham na sua vivência e na sua realidade (GERHARDT; SILVEIRA, 2009), é preciso aplicar ao tratamento dos dados possibilidades teóricas e práticas para a análise do material qualitativo, sendo a Análise Crítica do Discurso uma dessas possibilidades teóricas.

Antes de adentrar em referida abordagem teórico-metodológica, é importante mencionar que há uma série de equívocos que recaem sobre os significados atribuídos para a palavra discurso, assim, ao se utilizar de qualquer abordagem que venha a se valer do discurso e suas análises, é importante ter em mente que existem diversas concepções do que seja o discurso nos estudos linguísticos. A exemplo, primeiramente, para uma perspectiva estruturalista, discurso é “um conglomerado de palavras ou sentenças” (MELO, 2009, p. 3), sendo o sujeito do discurso aquele que reproduz um sistema linguístico.

Em segunda análise, o discurso também pode ser visto como uma maneira de materialização ideológica, em que o sujeito é o detentor de ideologias e a língua um processo que atravessa diversas esferas da sociedade (PÊCHEUX, 1990). Em terceiro, o discurso é visto como uma prática social, que possui a capacidade de reproduzir e transformar a realidade da sociedade (FAIRCLOUGH, 2001). Aqui há uma visão psicossocial, em que as práticas discursivas revelam pretensões ideológicas e linguísticas, de modo que “a língua é uma atividade dialética que molda a sociedade e é moldada por ela” (MELO, 2009, p. 3).

Por fim, outra visão sobre o discurso é a de Maingueneau (2015), que o compreende como uma dispersão de textos, que não se opera sobre a realidade das coisas, mas sobre outros discursos já enunciados. Esta visão é explicada por Melo (2009, p. 3) de modo que “o sujeito é um espaço cindido por discursos e a língua um processo semântico e histórico”.

Percebe-se, a partir de referidos exemplos, que existem inúmeras percepções do que vem a ser discurso; todavia, o que se pode notar como algo em comum é que o discurso, enquanto objeto de estudo de qualquer que seja a análise, não será tratado apenas como algo que se relaciona à língua, mas às relações que se estabelecem por meio dela, refletindo as relações de poder, a institucionalização de identidades sociais e os processos ideológicos, de

modo que, ao fim e ao cabo, o discurso acaba por revelar uma série de manifestações humanas de linguagem (MELO, 2009).

Seguindo adiante, como o presente trabalho busca se apoiar na ACD, mostra-se relevante traçar algumas suas diferenças em relação à Análise do Discurso (AD), abordagem também bastante difundida nos estudos qualitativos. Pois bem, a AD emerge a partir das transformações geradas nos campos da filosofia e da linguagem, que ficaram conhecidos como virada linguística. Tais ideais surgiram a partir dos trabalhos de Wittgenstein e Winch, sendo que nessa época, como explica Brandão (2004), o foco se deslocou da questão sobre como os elementos sociais funcionam para o que eles significam.

[...] a Análise do Discurso tem sido considerada uma fonte robusta de elementos metodológicos para respaldar análises qualitativas que busquem evidenciar processos de construção de sentido em dados contextos sociais e organizacionais. O uso da AD direciona o pesquisador para um viés interpretativo e construtivista, pois se parte do pressuposto de que o mundo social é historicamente construído a partir de práticas discursivas que conferem significado simbólico aos elementos das interações humanas. Essas práticas são respaldadas por relações de poder e reprodutoras delas (SOUZA, 2014, p. 14).

A AD visa propor uma reflexão sobre o significado de textos produzidos em diferentes campos como o político, religioso, filosófico e jurídico. Seu pressuposto é que o sentido de uma palavra ou expressão não existe por si só, pois reflete posições ideológicas que, por sua vez, são fruto de um processo histórico sociológico que se produz por meio das relações sociais (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Com isso, o pesquisador que pretende utilizá-la deverá explorar as formas pelas quais as ideias e objetos que integram o mundo social foram construídos, de modo que “a análise recairá sobre como a linguagem constrói os fenômenos sociais, e não como ela os revela” (SOUZA, 2014, p. 17).

A Análise do Discurso toma os textos como objeto. Os discursos se tornam concretos e manifestos por meio de uma variedade de textos, que são, portanto, seus elementos constitutivos e também seu material de manifestação e podem ser analisados em vários formatos, como escritos, falas, imagens, símbolos, artefatos, etc. A análise vai além dos significados de seu conteúdo, expandindo-se para suas inter-relações com outros textos e com outros discursos e para a forma como estes são disseminados, produzidos, recepcionados e consumidos (SOUZA, 2014, p. 17).

Pontua-se que a diferenciação das análises do discurso pode se dar pela importância conferida às relações de poder e é nessa toada que os estudos que fazem uso da AD passam a adotar uma abordagem crítica, que evidencia as estruturas de poder e ideologias, demonstrando

a forma como uma realidade social específica foi sendo discursivamente construída (SOUZA, 2014) – e, é neste caminho que se situa a ACD.

A denominada ACD, assim é chamada porque busca revestir-se de uma prática social transformadora da sociedade, dando aos analistas um relevante papel de interventor social, que será feito através de seu trabalho de análise (MELO, 2009). É bastante difundida entre militantes sociais e intelectuais que buscam formular propostas para ações contra situações de opressão. Assim “[...] os analistas críticos do discurso pretendem mostrar o modo como as práticas linguístico-discursivas estão imbricadas com as estruturas sociopolíticas mais abrangentes de poder e dominação” (KRESS, 1990, p. 85).

De acordo com Melo (2009), a ACD tem como pressuposto que o discurso é construído e também constrói as práticas sociais, sendo que essas práticas possuem a capacidade de revelar os processos pelos quais o poder se mantém. Dessa maneira, ao se apoiar na ACD, o pesquisador deve admitir a relevância da linguagem na produção, manutenção e transformação das relações sociais de poder, uma vez que para tal abordagem teórico-metodológica “a linguagem contribui para a dominação de uma pessoa sobre a outra, tendo em vista tal consciência como o primeiro passo para a emancipação” (MELO, 2009, p. 9).

Pretende-se utilizar a ACD para o presente trabalho pois, conforme aponta Magalhães (2005), tal abordagem tem mostrado relevância para o debate acerca das questões ligadas à manipulação institucional, à violência, à identidade de gênero, ao racismo e à discriminação baseada no sexo. E também, segundo Fairclough (2001), porque busca desenvolver o estudo da linguagem como prática social, com vistas à investigação de transformações na vida social contemporânea.

A ACD é reconhecida ao redor do mundo pelo destaque que alguns estudiosos detêm, entre alguns nomes estão Fairclough, Wodak, Chouliaraki, Van Dijk, Leeuwen, entre outros. No Brasil, as vertentes da ACD do inglês Norman Fairclough e do holandês Teun Van Dijk são as mais difundidas (GUIMARÃES, 2012). Fairclough estabeleceu a base sócio teórica da ACD e se dedicou em investigar os discursos das mídias de massa como um espaço para a manutenção do poder (WODAK, 2004). Assim, o objetivo do autor é desenvolver uma análise que seja capaz de investigar as mudanças na linguagem como método de estudo das mudanças culturais e sociais (GALVÃO, 2001).

Fairclough admite a noção de contexto como sendo de origem sistêmico-funcional, de modo que os níveis constitutivos da linguagem, são dependentes de um contexto mais imediato, ligados a uma situação ou a um contexto cultural. Nesse sentido, Fowler (2004) alerta que os estudos críticos do discurso deveriam ter como pilar tal teoria sistêmico-funcional, assim como

admite Fairclough. Se do contrário, segundo Guimarães (2012, p. 440), “qualquer trabalho analítico sobre linguagem e ideologia poderia ser intitulado de análise crítica”.

No entanto, a principal crítica feita à abordagem de Fairclough foi realizada por Van Dijk, considerado o precursor da Análise Cognitiva do Discurso. Para o autor, Fairclough falha por não considerar que a cognição é um mediador entre o discurso e a sociedade, o que ocasiona uma visão equivocada sobre o contexto. Com isso, a intenção de Van Dijk é realizar análises críticas considerando a triangulação entre o discurso, a cognição e a sociedade, uma vez que para ele há uma ligação direta entre esses três elementos, sendo que propor essa interface cognitiva é a marca de seu diferencial.

Van Dijk (2008) dirá que estão equivocadas as abordagens que tomam a relação entre texto e contexto de maneira padrão, sem considerar a mediação cognitiva.

[...] uma falha teórica séria porque relaciona dois tipos de entidades que não podem simplesmente ser relacionadas de forma direta, a saber, estruturas de uma situação social (participantes, cenários, ações) e estruturas do discurso. Além do mais, se fosse o caso, todas as pessoas numa determinada situação social fariam da mesma maneira (VAN DIJK, 2008, p. 209).

Para Van Dijk (2008), é a interface cognitiva que será capaz de esclarecer os motivos pelos quais pessoas produzem diferentes textos, mesmo em situações ‘iguais’. Neste ponto, Guimarães (2012, p. 443) explica que Fairclough trabalha o contexto como sendo uma determinante, “sempre que há um contexto de situação específico, há um mesmo tipo de texto”, ao passo que para Van Dijk, tal assertiva não se sustenta, tal determinismo é inexistente.

Assim, neste contexto, para Van Dijk (2008), é justamente a estrutura mentalmente representada das propriedades da situação social, de modo os modelos mentais subjetivos, criados a partir da cognição social, é que irão definir uma visão de mundo que influenciará os discursos dos grupos e dos indivíduos. O autor também admite ser necessário que a ACD possua um caráter multidisciplinar, orientada para a solução de problemas, devendo, dessa forma, o discurso ser compreendido de forma ampla. Desta forma, segundo Van Dijk, Medeiros e Andrade (2013, p. 355), o discurso precisa ser visto como um “evento comunicativo, em que se incluem não apenas as falas, mas a interação conversacional, a modalidade escrita da língua, bem como a expressão corporal, fática, diagramação do texto, imagens e qualquer outra semiose”.

Mencionada a característica trazida para ACD, pela perspectiva de Van Dijk, Guimarães (2012) afirma que, uma vez escolhida essa abordagem, será necessário no processo de

realização das entrevistas, atentar-se à análise das ações e expressões dos sujeitos entrevistados e não apenas o conteúdo de suas falas – o que confere um caráter único para este trabalho.

Diante desses pressupostos, o que se verifica é que uma boa análise do discurso demanda, simultaneamente, uma análise cognitiva e social, sendo que apenas por meio da integração dessas duas dimensões é que os problemas sociais poderão vir a ser descritos, explicados e criticados (VAN DIJK; MEDEIROS; ANDRADE, 2013). Entende-se que na ACD, sobretudo na perspectiva de Van Dijk, o foco está em questionar as diversas formas de dominação social que são institucionalizadas e reproduzidas na sociedade, refletindo relações de poder. A ACD compreende que o poder se manifesta por meio de falas que expressam diversos conteúdos capacitistas, racistas, sexistas, por exemplo, mas que nem sempre são facilmente identificadas pelo discurso, razão pela qual perceber o teor dessas falas demanda uma análise aprofundada das manifestações comunicativas.

Na prática, existem algumas ferramentas para se utilizar da ACD, a fim de que seja possível identificar, em todo o ‘evento comunicativo’, quais serão as estruturas passíveis de análise.

Há níveis ou estruturas paraverbais, visuais, fonológicas, sintáticas, semânticas, estilísticas, retóricas, pragmáticas ou interacionais. Isso significa que, na prática, não se faz uma análise ‘completa’ do discurso. Uma análise exaustiva de um pequeno trecho pode demorar meses e vir a preencher centenas de páginas. Uma análise completa de um grande corpus de texto ou de conversação está, portanto, completamente fora de questão (VAN DIJK; MEDEIROS; ANDRADE, 2013, p. 356).

Assim, Van Dijk (2001) irá dizer que os discursos são formados por microestruturas e macroestruturas. De acordo com Van Dijk, Medeiros e Andrade (2013, p. 359), essas últimas se relacionam com o conhecimento que parte da condição do indivíduo pertencente a um determinado grupo social, “por razões discursivas, cognitivas e sociais, os tópicos do discurso, desempenham um papel fundamental na comunicação e interação”. Ainda, Van Dijk (1980) salienta que os tópicos, compreendidos como macroestruturas semânticas, representam o que o discurso ‘quer dizer’ em termos globais, uma vez que incorporam as informações mais relevantes de um discurso e explicam toda a coerência do texto e da conversação.

Por sua vez, as microestruturas são as manifestações individuais, que indicam as experiências particulares que não estão necessariamente ligadas ao nível social, sendo derivadas dos significados locais. Registra-se que para Van Dijk (1980), em resumo, os contextos globais referem-se ao conhecimento cultural, histórico e político compartilhados que exercem influência sobre a construção do discurso, e, por outro lado, o significado local, é fruto de um

processo de seleção em que o indivíduo demonstra, por meio do discurso, quais são as crenças ou eventos mais relevantes para si.

Os significados locais são o resultado da seleção feita pelos usuários nos seus modelos de eventos ou em suas crenças mais gerais, ou seja, as que são socialmente compartilhadas. Ao mesmo tempo, representam o tipo de informação que, sob o controle dos tópicos globais, influenciam mais diretamente os modelos mentais, e, assim, as opiniões e atitudes dos receptores. Com os tópicos, os significados locais são os mais lembrados e facilmente reproduzidos pelos receptores, e, por isso, com consequências sociais (VAN DIJK; MEDEIROS; ANDRADE, 2013, p. 361).

Compreender como essas estruturas estão dispostas possibilita atingir os fins da ACD, uma vez que tal abordagem teórico-metodológica está frequentemente interessada em estudar os discursos ideologicamente enviesados, bem como as formas com que o discurso polariza as representações dos grupos. Por isso, para a presente pesquisa, essas percepções mostram-se relevantes, porque auxiliarão no entendimento de como as estruturas sociais mantêm as desigualdades entre homens e mulheres, mesmo em contextos até então não experimentados, como é o caso da pandemia.

Por esses contornos, é que a ACD se apresenta como uma abordagem que viabiliza a compreensão acerca da exploração do trabalho feminino na contemporaneidade, revelada a partir da análise dos arranjos dos trabalhos produtivo e reprodutivo das mulheres docentes que foram colocadas para trabalhar em casa, em virtude do Coronavírus. Ademais, a abordagem pretendida, por possuir um viés de combater as desigualdades e opressões, possibilitará o fortalecimento da luta feminina em busca do compartilhamento melhor de tarefas dentro e fora do lar.

## 6 MULHERES DOCENTES NA PANDEMIA: O COTIDIANO REVELADO ATRAVÉS DO DISCURSO

### 6.1 CARACTERIZAÇÃO DAS DOCENTES DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DA UNIFAL- MG, *CAMPUS* VARGINHA, MG

Antes de caracterizar as docentes dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* UNIFAL *campus* Varginha, MG, é de se dizer que referida Instituição de Ensino, segundo informações obtidas no site institucional, foi fundada ainda no ano de 1914, como Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas, reconhecida pela Lei Estadual 657, de 11 de setembro de 1915, tendo a sua federalização ocorrido anos depois, em 1960.

No ano de 2001, a instituição passou a ofertar novos cursos, tendo passado a ser denominada como Centro Universitário Federal. Pouco tempo depois, em 2005, por meio da Lei Federal 11.154, de 29 de julho de 2005, o Centro Universitário foi finalmente transformado na Universidade Federal de Alfenas, passando a adotar a sigla UNIFAL-MG. Ao tempo do presente trabalho, a instituição conta com quatro unidades distribuídas entre as cidades mineiras de Alfenas, Poços de Caldas e Varginha.

O *campus* de Varginha, especificamente, foi autorizado por meio da Resolução 36/2008 do Conselho Superior da UNIFAL-MG, sendo que através da Resolução 005/2010, criaram-se Unidades Acadêmicas, entre elas o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), cujas atividades iniciaram em março de 2009, em virtude da Implantação do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia.

A nível de graduação, o *campus* de Varginha conta com os cursos de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia, Administração Pública, Ciências Atuariais, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas com ênfase em Controladoria. Já na pós-graduação *stricto sensu* o *campus* oferece o Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE), Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade e o Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP), além de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

É este o ambiente de trabalho em que as sujeitas participantes desta pesquisa encontram-se inseridas, haja vista que para o presente trabalho foram entrevistadas as docentes dos três cursos de pós-graduação *stricto sensu* que a UNIFAL-MG no referido *campus*, sendo que o perfil dessas mulheres reflete a importância que elas assumem perante a instituição, a sociedade, bem como dentro de seus contextos familiares.



Em um total de quinze docentes, nove foram entrevistadas; porém, submeteram-se à presente análise, o conteúdo de oito entrevistas, já que uma entrevista ocorreu em caráter piloto, como forma de testar a aplicação do roteiro semiestruturado a ser utilizado nas entrevistas. Assim, no total de oito entrevistadas, duas docentes estavam vinculadas apenas ao PPGPS e, em igual número, duas docentes estavam vinculadas apenas ao PROFIAP, sendo que uma docente estava ao mesmo tempo vinculada aos dois cursos – totalizando, deste modo, cinco entrevistadas e, por fim, as demais três entrevistadas estavam vinculadas ao PPGE. Registra-se, ainda, que a orientadora deste trabalho não foi entrevistada, haja vista assumir o lugar de coautora do mesmo.

As entrevistadas possuíam em média 43 anos de idade, contando todas elas com 38 anos ou mais. Referido dado indica que o trabalho docente a nível de Pós-Graduação conta com mulheres de faixa etária variada, porém próxima aos quarenta anos ou mais, o que pode sugerir que, em virtude dos longos anos de estudos e de qualificação, essas mulheres tendem a se estabelecerem em referidos cargos após os trinta anos.

Nesse sentido, é relevante apontar que as entrevistadas possuem alto nível de escolaridade, pois todas elas contam com especializações, mestrado e doutorado. Concomitante a referido dado, foi possível verificar, que oito, das nove entrevistadas, concluíram o doutorado em instituições públicas de ensino e, ainda, em instituições localizadas no Estado de Minas Gerais, com exceção de uma entrevistada que concluiu o doutorado em instituição particular – mas estabelecida na região Sudeste do país.

Acerca das IESs do estado de Minas Gerais, é de se trazer os dados do último Anuário Brasileiro da Educação Básica no Brasil, emitido em 2021, que aponta que no ano de 2019, dos 13.142 estudantes que foram intitulados doutores, 2.551 pertenciam ao estado de Minas Gerais, o que representa em percentual, que 19,41% dos doutores do país, em referido ano, foram intitulados em instituições estabelecidas neste estado (BRASIL, 2021). Estes dados registram a concentração da docência dedicada às ciências no estado, especificamente à dedicação para a qualificação da mão de obra da docência, haja vista que muitos destes intitulados doutores encontram-se em progressão de carreira docente em IESs.

Nota-se que o corpo docente dos cursos de Pós-graduação da UNIFAL-MG, sobretudo do *campus* de Varginha, é formado por profissionais capacitadas, que possuem nível de escolaridade elevado e que atingiram a titulação em período que os índices nacionais acerca da formação de mestres e doutores mostravam-se instáveis. Corrobora com essa assertiva os indicadores da Coleta CAPES 1996-2012 e da Plataforma Sucupira 2013-2017, tratados pelo Serviço de Informações de RH para CT&I (c2019-2021), que sugerem que no ano de 2010 o

país sofreu uma grande queda no número de títulos de mestres e doutores, em referido período os títulos de doutorado apresentaram, inclusive, um registro negativo de - 0,7% de crescimento. Em 2011, houve um aumento de tais índices, mas entre 2014 e 2017 as taxas de crescimento voltaram a decair de forma sistemática (SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DE RH PARA CT&I, c2019-2021).

Ainda, em se tratando do perfil das docentes dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* da UNIFAL-MG em Varginha, tem-se que do total de entrevistadas, cinco delas ingressaram na Instituição por meio dos concursos que ocorreram entre os anos de 2012 e 2013. A saber, em referidos anos foram aprovados editais para Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor do Magistério Superior, sendo que o ingresso das docentes ocorreu primeiramente no nível da graduação e só depois, com a abertura dos Programas de Pós-graduação é que elas foram sendo inseridas ao corpo docentes de referidos cursos.

Adiante, a presente pesquisa buscou caracterizar essas mulheres não apenas no aspecto profissional, mas também particular e familiar, nesse sentido verificou-se que três entrevistadas são casadas, três divorciadas, uma viúva e uma solteira. Sobre o número de filhos, quatro afirmaram não possuir, ao passo que entre as outras entrevistadas, quatro delas possuem um único filho ou filha e apenas uma entrevistada é mãe de dois filhos. Ademais, sete entrevistadas se autodeclararam mulheres brancas e uma se autodeclarou parda. Nota-se que nenhuma das entrevistadas se autodeclarou mulher negra.

A esse respeito é importante pontuar que segundo dados analisados pelo Serviço de Informações de RH para CT&I (c2019-2021), as mulheres são as maiorias entre os titulados nos programas de mestrado desde 1997 e desde o ano de 2003 nos programas de doutorado, apesar de alguns períodos de inflexão em 2002 e estabilização de 2015 a 2017. No entanto, em que pese relevante dado – isto é, de que a maioria dos titulados do país são mulheres, é de se questionar quem são essas mulheres.

Na história recente do país – isto é, desde o início do século XXI –, se sobressaíram inúmeros avanços em termos econômicos, ampliação da escolaridade dos brasileiros e redução da pobreza, tudo isso fruto de políticas sociais de cunho redistributivo. Contudo, conforme explica Menicucci (2013), no ‘Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil’, esse aumento de oportunidades não foi suficiente para reduzir a desigualdade racial.

No Brasil, persiste de forma significativa as desigualdades no próprio ingresso e permanência no ensino superior, sendo que essa desigualdade educacional acaba por refletir no número de mulheres e homens negros docentes no país. Neste ponto, é interessante traçar um

pequeno paralelo com os estudos de Bourdieu e Champagne (1998), que na obra ‘Os excluídos do interior’ analisaram o caso francês em meados da década de 1960, e destacaram que há uma hierarquização do ensino superior que faz com que mesmo com a modificação estrutural no sistema educacional, a ‘democratização’ do ensino ainda reproduz mecanismos de diferenciação entre as pessoas.

[...] a diversificação oficial (em ramos de ensino) ou oficiosa (em estabelecimentos ou classes escolares sutilmente hierarquizadas, em especial através das línguas vivas) tem também como efeito contribuir para recriar um princípio particularmente dissimulado, de diferenciação: os alunos ‘bem-nascidos’, que receberam da família um senso perspicaz de investimento, assim como os exemplos ou conselhos capazes de ampará-lo em caso de incerteza, estão em condições de aplicar seus investimentos no bom momento e no lugar certo; [...] ao contrário, aqueles que são precedentes de famílias desprovidas [...] são obrigados a se submeter a injunções da instituição escolar ou ao acaso [...] e são votados a investir na hora errada e no lugar errado, um capital cultural, no final das contas, extremamente reduzido (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 1998, p. 223).

Por esses contornos, é necessária a defesa de ações que promovam de maneira crítica a democratização do ensino superior, visando diminuir a hierarquia existente no acesso e permanência de mulheres e homens negros nos cursos superiores no Brasil, a fim de que no futuro esses sujeitos ocupem o espaço da docência com maior representatividade.

Retomando aos fins do presente subcapítulo, a Tabela 2 tem por objetivo demonstrar o perfil das entrevistadas do presente trabalho.

Tabela 2 – Caracterização das entrevistadas

Entrevistada	Idade	Programa	Raça	Estado Civil	Filhos	Escolaridade	Ingresso na Instituição
A	43	PPGPS/PROFIAAP	Branca	Solteira	1	Doutorado	2016
B	45	PPGPS	Branca	Divorciada	0	Doutorado	2012
C	42	PPGPS	Branca	Casada	1	Doutorado	2012
D	-	PROFIAP	Branca	Viúva	1	Doutorado	2009
E	47	PROFIAP	Parda	Divorciada	0	Doutorado	2020
F	48	PPGE	Branca	Casada	2	Doutorado	2012
G	38	PPGE	Branca	Casada	1	Doutorado	2012
H	38	PPGE	Branca	Divorciada	0	Doutorado	2013

Fonte: Autora (2023).

Da caracterização feita, é de se notar que as entrevistadas estão identificadas por letras do alfabeto latino, de ‘A’ a ‘H’, em que é possível identificar sua respectiva idade, qual programa a docente está vinculada ao tempo da entrevista, sua autodeclaração, estado civil, número de filhos, nível de escolaridade e o ano de ingresso na UNIFAL-MG.

## 6.2 O DISCURSO DAS DOCENTES DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DA UNIFAL- MG, *CAMPUS* VARGINHA, MG

A partir da realização das entrevistas, foi possível analisar os discursos das docentes dos cursos de pós-graduação, para identificar seus pontos de semelhança e diferenciação. Levando em conta os objetivos do presente trabalho, os discursos foram divididos de acordo com o seu conteúdo, conforme se expõe a seguir.

### 6.2.1 O perfil profissional das docentes

Para que fosse possível identificar o perfil das docentes entrevistadas, em princípio foi realizada uma breve categorização em que se questionou o nome, idade, formação, raça, se possui filhos e o estado civil da docente entrevistada, conforme visto no tópico anterior. Na sequência, começaram a ser aplicadas as perguntas previamente elaboradas no roteiro de entrevista, oportunidade em que a entrevistada respondeu como começou a trabalhar na UNIFAL-MG e a qual curso está vinculada.

Como resultado, verificou-se que as entrevistadas, em sua maioria, ingressaram na instituição ainda em meados de 2012, estando, portanto, há pouco mais de dez anos vinculadas à universidade – conforme, é possível observar na Tabela 2, anteriormente apresentada e, ainda, dos seguintes trechos:

Eu entrei em 2012, foi no fim de 2011 que fui aprovada, teve vários concursos nesses anos todos, depois de 2010 (Entrevistada B).

Eu fui aprovada em um concurso para docente de ensino superior no ano de 2012, eu ingressei em 2012, eu não lembro se o concurso foi em 2011, eu assumi em março de 2012, então estou fazendo 11 anos de UNIFAL (Entrevistada C).

Eu entrei na UNIFAL em 2009, quando ela veio para Varginha (Entrevistada D).

Eu vim por meio de concurso em 2012, é porque foi a época da reforma universitária, então estava tendo bastante vaga naquele momento (Entrevistada G).

Realizar referido questionamento trouxe para as entrevistadas um resgate de suas memórias pessoais, o que, apoiando-se na ACD de Van Dijk (2012), representou a elucidação de um contexto formado a partir da memória episódica das participantes, posto que a essa altura se evidenciou que o ingresso na UNIFAL-MG marcou o início de uma fase da carreira profissional das docentes. Verificou-se que as entrevistadas fizeram questão de apontar que o ingresso na instituição ocorreu por meio da aprovação em concurso público – o que demonstrou, primeiro, que assumir o cargo de docente em uma Instituição Federal precede empenho e estudos para a obtenção da aprovação em exame de seleção e; em segundo ponto, o prestígio social que o *status* de ser concursado carrega.

No país, os concursados, pode-se assim dizer, possuem determinado prestígio social, se diferenciando dos demais trabalhadores formais que, por sua vez, não possuem certos benefícios que os concursados ostentam. A exemplo, os concursados adquirem estabilidade de emprego, após passado o período probatório; recebem, em regra, boas contraprestações, quando se analisa a média das remunerações dos trabalhadores formais do país; usufruem regularmente do direito a férias e; ainda, muitas vezes, acabam tendo um regime próprio de previdência, o que garante o direito de se aposentar mais cedo e com benefícios melhores do que aqueles oferecidos pelo regime geral previdenciário.

Referidos aspectos indiciam que as entrevistadas estão inseridas em um contexto específico, assumido por uma parcela restrita da população, compreendendo que essas especificidades decorrem, entre outros motivos, do fato de serem profissionais que tiveram condições e possibilidades para estudar e que, como fruto de seus estudos, puderam obter a vaga de trabalho almejada, o que ocorreu mediante aprovação em concurso público.

O que se nota do perfil das entrevistadas é que são elas mulheres que tiveram, ao longo da vida, oportunidades de poder acessar o ensino superior e, posteriormente, os cursos de pós-graduação e especialização, ao ponto de escolherem se consolidar na vida acadêmica. Ademais, são as docentes entrevistadas, sujeitas que buscam aprimorar suas competências profissionais, condição que se mantém mesmo após o ingresso na carreira.

Tem-se que as docentes, mesmo já aprovadas em concurso público e estando a pouco mais de dez anos na instituição – como é o caso da maior parte das entrevistadas –, ainda tendem a continuar melhorando os seus currículos, se dedicando à pesquisa acadêmica e à extensão, tarefas que decorrem principalmente do fato de que estão inseridas em instituições públicas de ensino superior.

De acordo com Leda (2006), os docentes no ensino superior, de um modo geral, incorporam uma rotina muito particular, dividida entre ministrar aulas, corrigir trabalhos e

avaliações, realizar pesquisas, escrever artigos, orientar alunos concluintes, participar de projetos de extensão, estar presente e, também ministrar, palestras e cursos, entre outros afazeres que revelam uma lógica quantitativa de produtividade.

A docência no ensino superior muito se distingue da docência nos níveis primários de educação, possuindo suas próprias características. Especificamente, no que tange à docência no ensino superior, o que se tem é que o profissional que está inserido neste contexto é, ao mesmo tempo, professor e pesquisador (GALVÃO; RÔOS; PALMA, 2023), que congrega, na maior parte das vezes, inúmeras atribuições dentro das instituições em que estão inseridos, estando vinculados a mais de um curso e disciplina.

A multiplicidade de tarefas restou evidenciada nas falas das entrevistadas, que, aqui, pontuaram que começaram a trabalhar na instituição e ao longo dos anos foram somando inúmeras atribuições, conforme se destaca a seguir:

Eu exerço atividades tanto na área de docência, ministrando aulas na graduação e na pós. Já exerci e ainda hoje exerço, encargos diferentes, nas atividades administrativas. [...] a gente trabalha em muitas comissões, colegiado, órgãos colegiados. Além disso, tem a pesquisa, a orientação, extensão. Tudo isso faz parte do trabalho docente na universidade (Entrevistada A).

Eu entrei no bacharelado interdisciplinar, mais adiante eu entrei no mestrado e na coordenação (Entrevistada B).

Eu entrei no bacharelado interdisciplinar de ciências e economia, já passei pelo curso de contábeis, de administração pública, na coordenação de cursos e no mestrado. A gente tem várias atribuições docentes e atribuições administrativas que exigem uma constante atualização (Entrevistada D).

A partir da fala das entrevistadas, foi possível notar que as atividades acadêmicas são muito amplas, pois há um empenho de esforços para a execução de múltiplas tarefas, muitas vezes relacionadas à pesquisa, orientação de alunos, e extensão universitária. Considerando os cursos que as docentes estão ministrando suas aulas, há uma atenção relevante com a extensão, uma vez que ela pode ser vista como uma forma de trazer mudanças para a sociedade (FORPROEX, 2001), posto que busca difundir o conhecimento acadêmico para a prática inserida em determinada realidade social.

Nota-se que as docentes, além de estarem a frente de mais de uma disciplina dentro dos cursos de Pós-graduação, assumem automaticamente compromissos nos cursos de graduação que são oferecidos pela UNIFAL-MG no *campus* de Varginha. Ademais, além das disciplinas, parte das entrevistadas também revelaram que atuam ou atuaram na coordenação de alguns cursos, lidando, portanto, com atividades administrativas e burocráticas.

Além das atividades em questão, as docentes no nível superior, sobretudo nas instituições públicas de ensino, tendem a estar engajadas com atividades que ultrapassam os limites das salas de aula. Essas atividades são propostas por meios de projetos de pesquisa e de extensão. Em 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394/96, foi reforçada a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, sendo que, a extensão universitária veio a se fortalecer apenas na última década, a partir das pautas trazidas nas Conferências Nacionais da Educação, ocorridas em 2010 e 2014, que buscaram pela “revalorização da extensão universitária com base em práticas emancipadoras superando o enfoque eminentemente centrado na difusão do conhecimento acadêmico para uma inserção maior na realidade social e política brasileira” (GADOTTI, 2017, p. 3).

No ambiente acadêmico, a docente, para além das tarefas inerentes da sala de aula, é uma profissional que se preocupa em desenvolver outras atividades que, embora muito lhes demande, fazem com que a importância de seus trabalhos possa ser percebida dentro e fora da instituição. Ademais, as docentes percebem a relevância de seus trabalhos, por meio da transformação de seus alunos, das competências que os estudantes adquirem e no potencial que estes assumem de transformar a sociedade e suas próprias realidades. Nesse sentido os seguintes trechos:

A gente trabalha com a formação de pessoas, assim a gente está contribuindo para a formação desse cidadão, desse profissional que vai atuar depois em diversas áreas na sociedade (Entrevistada A).

A importância do trabalho do professor é uma importância que eu considero coletiva, né? Porque a gente tem que trabalhar em equipe, na docência. Fazer o curso andar, então é fundamental que cada um cumpra aí as suas funções de ensino, de pesquisa, de extensão, dentro da instituição pública federal. Para que, como um todo, a gente consiga oferecer aí para a comunidade, estudante e a comunidade em geral, um ensino de qualidade, né? Então é, é muito importante que a gente faça bem o nosso trabalho, né? (Entrevistada B).

Dentro da instituição eu componho um grupo de professores, então meu trabalho é dentro de uma coletividade, não é um trabalho isolado. Eu tenho alguns projetos individuais, como projetos de extensão e de pesquisa, mas que de um modo geral todos estão alinhados dentro dos interesses dessa coletividade e aí vão aumentando as esferas. Dentro desse coletivo que é a universidade pública, eu como servidora pública, contribuo para a educação de um modo geral e para a sociedade, eu vejo que esse compromisso que eu assumo dentro da instituição é um compromisso social, político, técnico e profissional (Entrevistada C).

A gente tem uma responsabilidade muito grande, por sermos uma universidade pública que tem a responsabilidade na formação de jovens e adultos, eu vejo isso com muita preocupação, porque enquanto eu trabalho eu tenho que entregar não só

internamente, mas para a sociedade que é quem nos banca, porque a gente está ali com a fonte de recursos que vem da tributação, acho importante ter essa consciência (Entrevistada D).

Ser professora é trabalho que é muito importante, de muita responsabilidade para a formação dos alunos e vejo que isso se torna, a cada dia, mais importante ainda, considerando o mundo que a gente vive, mais contemporâneo. Então é um trabalho não só de formação dos alunos, mas é também um compromisso com a pesquisa, que eu acho muito importante, a contribuição com a sociedade, por meio das extensões (Entrevistada F).

A gente ensina para os estudantes ingressarem no mercado de trabalho, para ter uma formação crítica com um aspecto relacionado a pensar a sociedade, os problemas sociais e econômicos. A gente busca formar estudantes para o mercado de trabalho, mas para o viés crítico para que eles possam contribuir para a sociedade em geral (Entrevistada H).

A partir dos trechos extraídos das entrevistas, é possível verificar que as docentes reconhecem a importância do trabalho que desempenham considerando que a docência é compreendida como um vetor de transformação social. As entrevistadas, de maneira quase unânime, admitem a importância do trabalho que exercem enfatizando as múltiplas tarefas que elas assumem dentro da instituição – o que revela, por meio do discurso, que a existência da “lógica do mérito e da competência que se alastra pelo universo acadêmico” (LEDA, 2006, p. 7).

Em outras palavras, pode-se dizer que o modelo educacional se baseia em uma métrica quantitativa, que exige sempre a execução de um trabalho extra por parte do docente (LEDA, 2006). A elaboração destas atividades extras acaba criando juízos de valor acerca dos próprios profissionais, que passam a se medir pelo grau de ativismo que assumem dentro da instituição. Este ativismo, por sua vez, será representado pela quantidade de tempo despendido para as tarefas institucionais, e, até mesmo, com a carga afetiva depositada nos projetos que os docentes desenvolvem (LOURAU, 2004).

Assim, as entrevistadas, em suas falas, enfatizam a importância do trabalho que desempenham na instituição, tomando como parâmetro a quantidade de atribuições e competências que elas assumem dentro da universidade, sendo essa multiplicidade de tarefas algo tão institucionalizado e, portanto, naturalizado, que aparece de forma constante nas falas das entrevistadas.

Nota-se, porém, que a multiplicidade de tarefas e sobrecarga de trabalho, não são compreendidas pelas docentes entrevistadas, pelo menos até neste ponto, como uma forma de exploração e precarização das condições de trabalho, quando, em alguns casos, acabam sendo.



Neste sentido, é o que se tem, por exemplo, em relação às tarefas institucionais que (nem sempre) são remuneradas e as que não são. Via de regra, na prática, as horas pagas pelas instituições de ensino são apenas aquelas relativas ao tempo de trabalho em sala de aula – é a remuneração baseada na hora aula –, de modo que todo o tempo despendido com o preparo das aulas e/ou correção das atividades avaliativas não são computados como hora trabalhado para fins de recebimento de salário, situação que elucida uma forma de precarização do trabalho acadêmico. Contudo, a docência entrevistada tem dedicação exclusiva à instituição de ensino superior, perfazendo um total de 40 horas semanais, recebendo ainda adicional pela dedicação exclusiva.

Adiante, outro traço que caracteriza a percepção das docentes com a instituição é a criação da percepção de que o trabalho individual contribui para a coletividade – como embasada por Saviani (2003) –, sendo referida coletividade expressa pela instituição em toda a sua extensão, mas, principalmente na coletividade de alunos e na imagem que a instituição transmite para a sociedade. Referida percepção demonstra como, também no ambiente educacional, à luz do que ocorre no mercado, o trabalhador deve estar envolvido com a ideia de sucesso da empresa. No caso concreto, por meio das declarações das docentes, observou-se que há um reconhecimento de que o fato de ‘vestir a camisa’ da instituição, é que garante os bons resultados acadêmicos.

Ao se pensar em resultados, tem-se que não há como ignorar que no ambiente acadêmico paira o espírito da competição que vem revestido através do que se pode denominar como mérito acadêmico (LEDA, 2006). Mérito que para os professores se demonstra através do acúmulo de tarefas e produtividade acadêmica. Mérito este, que para as docentes, tratam-se em concomitância sobre produtividade, em termos de publicações de produções científicas, haja vista que, para manterem-se nos programas de pós-graduação, tem-se a exigência de publicações periódicas a serem realizadas. Por outro lado, para os alunos, se expressa através das notas que recebem após a realização das atividades avaliativas.

Conforme Leda (2006), a competição existente nas instituições faz com que os docentes busquem de maneira incessante por mais qualificação, para que possam permanecer atendendo às competências ditadas pelo mercado de trabalho, o que engloba, inclusive, a prática de fomentar a competição de seus alunos, para que estes possam passar a reproduzir, também, as pretensões do mercado.

Assim, referidas noções acabam por denunciar que a realização de múltiplas tarefas é algo visto como natural dentro das instituições de ensino superior, sendo que essa multiplicidade é vista com prestígio. Os docentes reconhecem a importância de seus trabalhos

por meio do volume de tarefas que desenvolvem, o que denuncia que a educação do país se importa mais com a quantidade de projetos, pesquisas, trabalhos, avaliações do que propriamente com os resultados de referidas atividades.

Tais conjunturas apontam a vigência de um modelo de educação mercantilista, que por estar baseado em critérios quantitativos acaba, muitas vezes, por romper com a produção de conhecimento crítico, mesmo que ainda haja por parte das docentes entrevistadas um nítido esforço para que a o ensino ofertado seja sempre construtivo.

A partir de tais considerações, tem-se que analisar o trabalho docente pela perspectiva de referidas trabalhadoras certamente gera percepções diferentes, caso estivesse sendo analisado por meio dos alunos e, até mesmo, por pessoas alheias ao universo da instituição de ensino. Com isso, a partir das entrevistas transcritas, é possível perceber que eles se assemelham em diversos pontos – o que, portanto, revela como o fato de o contexto das entrevistadas ser o mesmo (a condição de docente em uma universidade), possibilita que elas compartilhem do mesmo sentimento em relação à importância, relevância do trabalho que empenham, de modo que as percepções individuais estão institucionalizadas em cada uma delas.

A essa altura, o que se notou, em suma, é que as docentes entrevistadas reconhecem os méritos profissionais de seu trabalho enquanto docentes do nível superior, primeiramente, pela importância da educação para a formação de sujeitos, mas também, em segundo, pela ênfase atribuída ao excesso de tarefas que elas desempenham. Adiante, as entrevistadas enfatizaram, por meio de suas falas, a aprovação em concurso público, o que pode ser visto como uma forma de resgatar as memórias individuais, bem como reforçar a conquista pessoal e profissional que deu início à jornada dentro da instituição. Por fim, ao serem questionadas sobre como enxergam a importância de seu trabalho dentro e fora da UNIFAL-MG, as docentes afirmaram que por serem profissionais da educação, seus trabalhos refletem diretamente na sociedade, pois transformam a vida de jovens e adultos.

Especificamente em relação ao primeiro ponto acerca da importância do trabalho remunerado, é de se dizer que as entrevistadas concebem a educação como um vetor para a transformação da sociedade, o que revela que o fato de estarem dentro de uma universidade pública se alinha a propósitos e convicções pessoais e não apenas profissionais. Com isso, as entrevistadas assumem que, dentro das atividades que a docência permite, existe uma forma de se buscar por uma sociedade mais justa, igualitária e próspera.

No entanto, há um contraponto, de como referidos propósitos foram metamorfoseados no decorrer da entrevista, posto que ao se adentrar especificamente no contexto pandêmico, a noção de coletividade mostrou-se mitigada em detrimento do individualismo, da busca pela

segurança material, mental, física e pela sobrevivência de si e dos seus e não, necessariamente, dos outros. Com isso, pensar na importância do trabalho docente, durante o contexto da pandemia, acaba por convergir outros propósitos, posto que os sentidos do trabalho se modificaram, como ficará mais bem evidenciado nos discursos analisados nos capítulos adiante.

Já em relação à ênfase dada ao excesso de atribuições, ao discursarem sobre as obrigações que lhes recai, as entrevistadas acabaram por revelar as especificidades do trabalho docente no nível superior, que exige das profissionais diferentes tarefas, alheias, muitas vezes, ao ato de ensinar. Diversos afazeres estão ligados a funções administrativas e burocráticas que demandam, comumente, mais tempo do que a própria sala de aula.

Fato é que essa multiplicidade de tarefas não é vista como uma superexploração de trabalho docente, posto que o modelo educacional vigente, uma vez inserido da lógica quantitativa, cria muitos afazeres que se tornam rotineiros para as profissionais, que buscam quase que constantemente estarem alinhadas às métricas, anseios e projetos de uma sociedade que acumula informações, conteúdos e que exige produtividade a qualquer custo e em qualquer tempo, inclusive em um período de incertezas e repleto de dificuldades.

Por fim, cumpre destacar que mesmo havendo semelhanças nas falas das entrevistadas, à luz de Van Dijk (2012), não se pode considerar o grupo das sujeitas pesquisadas de maneira generalizada, uma vez que cada participante, ora entrevistada, possui um modo subjetivo de compreender e de construir suas experiências pessoais e sociais. Deste modo, ainda que utilizem de palavras, expressões, recursos linguísticos e não-linguísticos semelhantes, isso reflete o controle que é exercido pelo contexto que se inserem na construção de si mesma.

### **6.2.2 As dificuldades enfrentadas pelas docentes durante o período de isolamento**

O *Coronavirus Disease*, mais conhecido como Covid-19, é transmitido de pessoa para pessoa através de gotículas que se espalham por meio da saliva, tosse, espirros, entre outras formas. Essas gotículas contaminam superfícies e objetos que, em contato com as pessoas, por meio da boca, olhos e nariz propiciam o contágio da doença (PEREIRA, 2020). Neste sentido, pesquisadores, profissionais da área da saúde e governantes, quando do início da pandemia, a partir de março de 2020, passaram a criar estratégias para conter o alastramento do Covid-19, sendo que, uma dessas estratégias, foi o isolamento social.

O isolamento social, tinha como foco evitar as aglomerações e o contato entre as pessoas, por essa razão, houve a proibição de eventos, reuniões, shows, fechamento temporários de inúmeros estabelecimentos, como por exemplo, academias, *shoppings*, escolas e

universidades (FILHO; QUINTO; 2020). As entrevistadas relataram que uma das primeiras medidas relacionadas à contenção do Covid-19, foi justamente a suspensão de suas atividades acadêmicas e administrativas de forma presencial.

As primeiras medidas foram relacionadas à suspensão das atividades presenciais. Tanto acadêmicas quanto administrativas, alguns setores da instituição precisaram continuar funcionando: segurança, limpeza. Mas em termos de servidores, ficou totalmente online, por meio do trabalho remoto (Entrevistada A).

Eu me lembro que a primeira medida foi suspender as aulas presenciais, então nós fomos para a casa com uma ideia de que nós voltaríamos daqui 15 dias ou no máximo 1 mês, a gente não tinha noção do que era aquela pandemia e a Universidade também não (Entrevistada H).

Em razão do fechamento das instituições de ensino, a pandemia fez com que o trabalho docente passasse por inúmeros desafios, sendo que os sentimentos de insegurança, incerteza e medo afloraram nesse período. Nesse sentido, as entrevistadas afirmaram que:

No começo foi uma incerteza muito grande, porque a gente estava questionando vai ter aula presencial, não vai? Algumas instituições escolas foram parando, então teve essa relação inicial, de bastante choque. O que vai acontecer? Como vai ser, né? A gente vai dar conta, não vai? Vai parar tudo e depois? (Entrevistada A).

Então, primeiro, a gente ficou muito assim, com um sentimento de bastante inquietação, porque nosso contato com as pessoas, ele é cotidiano, né? (Entrevistada B).

Foi um momento muito tenso, né. Eu particularmente dei aula na segunda-feira e a noite veio a notícia que na quarta-feira a gente iria suspender as atividades, então foi muito assustador, uma sensação de insegurança para todo mundo (Entrevistada C).

O sentimento foi de impotência, porque a gente nunca tinha tido uma experiência tão impactante (Entrevistada D).

Os trechos acima transcritos revelam que uma dificuldade enfrentada pelas entrevistadas, mas não restrita a elas, foi o fato de vivenciar um momento inédito e desconhecido, que forçou mudanças em seus cotidianos e em suas rotinas. Assim, pode-se dizer que a pandemia criou, no psiquismo das pessoas, o medo do desconhecido e o sentimento de fraqueza perante o adoecimento, impondo à sociedade que se prontificasse ao enfrentamento de certas angústias relacionadas à instabilidade e rearranjos na família, trabalho e nas relações sociais (PIMENTEL; SILVA, 2021).

Nota-se que o confinamento provocado pelo Covid-19 fez com que o medo estivesse atrelado à angústia. Para a psicanálise, o medo apresenta um objeto definido – isto é, quem tem

medo, tem medo de algo, por sua vez, a angústia não possui um objeto definido, ela se apresenta como “uma sensação corporal indefinida e impossível de ser nomeada” (JORGE; MELLO; NUNES, 2020, p. 586). Com a pandemia, o medo passou a ter inúmeros objetos definidos como a morte, o isolamento, o medo de ser contaminado pelo vírus; por sua vez, o agente causador desses medos, que é o vírus, era algo, pelo menos em primeiro momento, enigmático, estranho e desconhecido, o que causou nas pessoas as sensações características da angústia (JORGE; MELLO; NUNES, 2020). Por essa razão, ao se analisar o discurso das docentes, é possível verificar que para elas houve uma similitude entre o medo e a angústia diante a pandemia, o que caracteriza a complexidade do fenômeno vivenciado.

Fato é que a pandemia foi perdurando e o isolamento também, assim, viu-se que uma das principais características humanas – que é a de ser um ser social – poderia ser letal naquele momento; porém, viu-se, também, que seria necessário pensar em maneiras gradativas de retomada das atividades que estavam suspensas, como forma de minimizar os efeitos da pandemia em diversas áreas como, no caso, a educação. Deste modo, para o trabalho docente, começou a ser estruturado o modelo de trabalho remoto, cujo processo de implantação foi orientado por Portarias do MEC, entre elas a Portaria 343, de 17 de março de 2020 (BRASIL, 2020). O referido ministério, em caráter excepcional, autorizou a substituição das disciplinas presenciais, por aulas que utilizassem tecnologias de informação e comunicação.

Esses arranjos, de lecionar longe da sala de aula, fizeram com que outras dificuldades passassem a ser percebidas durante o período de confinamento, tanto no trabalho produtivo, quanto no trabalho reprodutivo das docentes entrevistadas. Primeiramente, em relação ao trabalho produtivo, que para as entrevistadas era desempenhado dentro da instituição de ensino, tem-se que as docentes foram desafiadas a lidar com as tecnologias da informação e comunicação, tiveram que adaptar suas aulas presenciais ao modelo remoto, tiveram que passar por inúmeros cursos de capacitação para aprender a utilizar as ferramentas digitais de ensino e, ainda, se depararam com a falta de estrutura adequada para poder ministrar as aulas no formato remoto.

A gente recebeu cursos de capacitação, de como usar as plataformas e de como trabalhar de forma remota com os alunos [...] porque você tinha uma aula totalmente preparada, um material, uma programação para ser ministrada presencialmente. Então, por exemplo: você podia dar atividades em grupo que você juntava ali a turma, você estava ali dando aula, é oralmente. E aí, durante 2 horas no online isso é impossível. Você não vai conseguir ficar 2 horas dando aula, falando na cabeça de aluno (Entrevistada A).

Tive que repensar todas as propostas de atividades, isso levou um tempo, então num primeiro momento o sentimento foi mais assim, de estar abandonada, sozinha nessa e

de ter que me virar, mas isso não quer dizer que a universidade não fez nada, mas não que aquilo que foi feito foi suficiente dentro das condições que a gente tinha (Entrevistada C).

Não tinha preparo nenhum! O desenvolver as aulas remotas foi uma surpresa, uma loucura, por exemplo, as minhas aulas eu nunca utilizei recursos tecnológicos, era sempre no quadro, com pincel, com caneta, tudo lá e meus papéis não são digitalizados, então eu tive que preparar slides, aulas que eu já estava muito habituada eu tive que mudar. (Entrevistada G).

Das falas das docentes, neste ponto, é possível verificar que o contexto pandêmico submeteu as entrevistadas a uma adaptação forçada às ferramentas e ao que se aproxima do modelo de educação à distância (EAD), mas que com ele não se confunde<sup>14</sup>. O que se nota, é que as entrevistadas estavam habituadas, em sua maioria, apenas ao formato de aula presencial, apoiado em dinâmicas convencionais de ensino, isto é, que utiliza o quadro para transmissão de conteúdo escrito e a linguagem oral para explanação dos conteúdos ministrados.

De modo generalizado, até a pandemia, nem sempre havia qualquer exigência, sobretudo institucional, acerca da necessidade de utilizar ferramentas tecnológicas para lecionar, sendo que o uso do computador pelas docentes ficava restrito, na maior parte dos casos, apenas ao lançamento de notas e preparo de atividades avaliativas. É de se pontuar que os recursos utilizados pelas docentes para as aulas remotas não eram novos, mas apenas não utilizados por elas até então. Esse desafio de ter que aprender a lidar com tecnologias fez com que o trabalho docente passasse a ser percebido a partir de uma perspectiva limitante, já que o trabalho era desempenhado pelas entrevistadas, mas ficava à mercê do correto funcionamento dos recursos e programas.

A gente não tem todos os programas necessários para que toda a estrutura da universidade seja passada para nossa casa, né? Então, nesse sentido, essa estrutura física ela é limitada, ela foi limitada. (Entrevistada B).

Foi uma luta no início, porque coisas mínimas eu não tinha, então até eu consegui colocar microfone no meu computador, porque não funcionava, foi um tempo. Isso foi ruim porque eu participava de reuniões e eu não conseguia falar, eu lembro que chamavam técnico e aí até entender o que estava acontecendo demorava, aí teve a questão da câmera, de comprar quadro, então eu não tinha estrutura nenhuma. (Entrevistada F).

Eu tô rindo porque eu lembrei dando aula no chão. Lógico que na minha casa tinha mesa, internet, mas nunca aquele espaço havia sido pensado para aquilo, ele tinha

---

<sup>14</sup> O ensino remoto emergencial (ERE) e o EAD não são sinônimos. O EAD é um ensino planejado com professores treinados para esse tipo de trabalho, em ambiente digital, preparado para a aprendizagem; por outro lado, o ERE foi utilizado em caráter de emergência, sem que houvesse qualquer treinamento apropriado para os alunos e para os docentes (REIS *et al.*, 2021, p. 9).

pensado para o meu uso doméstico. Com as aulas remotas eu descobri que a internet não funcionava bem em um quarto, não funcionava bem em uma mesa, em um lugar o computador não ficava bom, a luz era ruim e aí eu me descobri sentada no chão, peguei uma cadeira, coloquei o computador e me sentei no chão. Eu dei muitas aulas sentadas no chão até eu consegui montar uma estrutura e aí eu consegui melhorar a velocidade da minha internet, porém aí meu notebook já não estava bom, começou a dar um monte de problemas, aí eu já não sabia mais o que fazer (Entrevistada C).

A limitação também pode ser vista da perspectiva da própria interação com os alunos. As entrevistadas narraram possuir dificuldades para desenvolver atividades que pudessem atrair o interesse dos discentes e que em muitas situações eles sequer abriam suas câmeras e não faziam qualquer contato com a docente e com os demais colegas.

Você não tem controle sobre o aluno, então você tem que criar formas de avaliação para que haja interação (Entrevistada A).

O aluno quando está na sala de aula com os seus colegas, é uma relação diferente do que ele estando à distância, numa tela de computador. Muitos deles, aliás, a maioria não ligava a câmera para falar com a gente (Entrevistada B).

No primeiro momento a dificuldade era dominar todas as ferramentas que exigia o ensino à distância, mas depois também o grande desafio era manter o aluno motivado, porque toda essa preparação que a gente teve precisava ser produtiva, olhando pelo lado do aluno. Nesse ponto, eu ainda acho que nós não temos as ferramentas para mensurar qual foi o aproveitamento do discente em relação a essas mudanças, então é por aí. Como é que a gente vai mensurar isso ainda é uma régua que a gente não conhece (Entrevistada D).

O trabalho do professor é um trabalho que demanda interação social e o ensino remoto foi um limitador dessa interação (FERREIRA; FERRAZ; FERRAZ, 2021). Os motivos que limitaram a interação são diversos, incluindo, para além dos fatores acima demonstrados, os desafios que recaíram sobre o alunado neste período de confinamento, pois não há como ignorar que os alunos também tiveram que se adaptar ao modelo remoto, enfrentar a indisponibilidade de recursos – como carência de computadores ágeis, internet rápida, falta de câmera, microfone, entre outros, lidar com as mudanças da rotina e com todas as angústias e medos deste período.

Nota-se que no contexto de confinamento, proporcionado pela pandemia, o professor e o aluno experimentaram adversidades relacionadas ao contexto de aprendizagem, se mesmo em situações normais de sala de aula havia, muitas vezes, fatores que interferiam no processo de aprendizagem, durante a pandemia referidas adversidades se intensificaram (FERREIRA; FERRAZ; FERRAZ, 2021), o que fez as docentes lidarem com um processo de reinvenção.

No entanto, se reinventar para o trabalho no contexto em tela se deu em caráter forçado e não criativo. A pandemia exigiu transformações para que o trabalho continuasse acontecendo

a qualquer custo, mesmo que em condições precárias e, ainda, que os alunos estivessem tendo um baixo aproveitamento – pontos que alteraram os sentidos do trabalho docente, posto que a abrupta mudança para o ensino remoto não permitiu qualquer planejamento didático e qualquer formação docente para o uso de outras ferramentas (FERREIRA; BARBOSA, 2020).

Com isso, as docentes, de um modo geral, foram levadas a deixar de lado a importância da prática pedagógica como uma prática política e emancipatória (SAVIANI, 2011), para assumir as plataformas digitais como único espaço de ensino – o que, por si só, já se revela como algo problemático. Deste modo, “a educação se transfigura em uma mercadoria que oferece riscos reais à formação do sujeito que a consome” (SILVA *et al.*, 2020, p. 304), sendo que entre tais riscos está o de formar alunos sem a capacidade para problematizar a realidade em que ele está inserido e de tornar-se um indivíduo vulnerável à alienação, vulnerável a agir de modo hegemônico.

Características do trabalho remoto, como a invasão abrupta do espaço doméstico e familiar pelo trabalho profissional, são vivenciadas de forma diferente a depender das condições que o sujeito se situa na esfera produtiva e reprodutiva. Assim, na perspectiva do trabalho reprodutivo, os desafios mais recorrentes nas falas das docentes foram conciliar as demandas próprias do lar com as demandas do trabalho advindo da instituição, tendo em vista que o lar virou o espaço para todas as relações e o trabalho produtivo invadiu o ambiente doméstico.

As entrevistadas pontuaram que tiveram que lidar com a simultaneidade de tarefas e administração do tempo. Ademais, para as docentes que possuem filhos as dificuldades se acentuaram, pois, para elas, além de lidar com as questões pontuadas, se viram sem rede de apoio e tiveram que despender o cuidado em tempo integral com as crianças, sobretudo quando de menor idade.

Especificamente sobre a simultaneidade, é possível extrair dos trechos das entrevistas das docentes, que ela decorre do fato de o ambiente do lar, não estar adaptado para receber o trabalho que era desempenhado dentro da instituição e, principalmente, do fato de as demandas do lar serem, via de regra, urgentes, justamente por serem essenciais para a subsistência e que, mais do que antes, foram ampliadas pela permanência da família em casa e pelas novas exigências de higiene e combate à contaminação do coronavírus.

Eu tive que achar um espaço para ficar. O dia que já tem alguém usando aquele lugar, o que que você faz? Por onde você vai? Aí em outro canto tem o barulho, né? Alguém que chama. Toca o interfone (Entrevistada A).

Eu tive que fazer muitas adaptações necessárias para conciliar o trabalho com a minha rotina de casa, de ter que fazer almoço, arrumar a cozinha. Teve momentos que



reuniões estavam acontecendo e eu fazendo alguma coisa na cozinha, queimando panela, isso aconteceu algumas vezes, isso aconteceu por conta da própria dinâmica (Entrevistada D).

As coisas ficaram muito misturadas, então, por exemplo, antes eu tinha um dia que eu dava faxina, era sexta-feira à tarde e na pandemia eu não tinha isso delimitado, sabe? Então se tinha algo sujo eu ia deixar? Não, eu acho que eu vou limpar hoje, só que hoje eu também já tinha 4 relatórios para fazer, tinha textos de alunos para ler, então ficava tudo misturado. Não tinha uma rotina. [...] no mesmo tempo que eu estava lançando nota tinha roupa batendo na máquina de lavar, aí você está em uma reunião e aí você fala: espera, a máquina de lavar parou (Entrevistada E).

Porque as coisas da casa são muito urgentes, é tudo urgente, tem assim, um pano que você pode deixar para passar mais tarde, mas comida tem que ser servida na hora, eu no caso que tenho criança, agora quem mora sozinho, quem estava sozinho, controla isso com muito mais facilidade, agora quando você está dentro de um núcleo familiar e há esse compartilhamento dos espaços, dos horários, das atividades, não tem como você criar a sua rotina independente dos outros (Entrevistada C).

A pandemia fez com que o trabalho reprodutivo e o trabalho produtivo se sobrepusessem a todo tempo, tendo em vista que o lar se tornou o espaço tanto do cuidado, como para o desempenho do trabalho que era exercido exclusivamente na instituição. Assim, as atividades reprodutivas e produtivas se somaram e se confundiram dentro do modelo remoto – o que causou a simultaneidade de afazeres.

Acrescenta-se que atividades decorrentes do trabalho docente, como preparar aula – incluindo os ajustes de materiais ao modelo remoto – estudar e pesquisar, são atividades que demandam alta concentração, e que não combinam uma rotina de interrupções, tal qual se vivenciou durante o período de confinamento, haja vista que a todo tempo as docentes recebiam demandas tanto do trabalho doméstico, quanto dos outros membros da família, para aquelas que partilharam desse período com outras pessoas.

Tinha muitas reuniões e eu não tinha silêncio. A vezes eu estava dando aula e aí a pessoa passa atrás da câmera, quer te perguntar alguma coisa, isso me atrapalhava (Entrevistada F).

Ademais, a simultaneidade verificada é intensificada justamente pelas possibilidades que o trabalho remoto apresenta. No modelo remoto, o tempo de trabalho é computado de forma diferente, pois há uma certa disponibilidade do sujeito em tempo integral, que a qualquer momento pode ser acionada por meio dos *e-mails*, redes sociais, chats, entre outros meios. Essa disponibilidade faz com que não haja uma delimitação do tempo de trabalho, de modo que as jornadas se expandem, por conta das demandas que surgem a todo e qualquer tempo.

Uma das entrevistadas relatou que quando o trabalho é desempenhado em um lugar destinado para esse afazer, como no caso a instituição de ensino, o tempo que se está neste ambiente é totalmente dedicado para as tarefas que o trabalho demanda; porém, quando o trabalho está em casa, não há uma separação entre o tempo do trabalho produtivo e o tempo do trabalho reprodutivo, o que dificulta a execução de ambos.

O tempo do computador é completamente diferente do tempo presencial, porque no tempo do presencial eu tenho que estar conectada com você integralmente, então se eu estou conversando com você presencialmente eu tenho que estar focada em você, agora se eu estou aqui no computador, na sala da minha casa, eu estou conversando com você, eu abro uma janelinha aqui do lado eu leio uma mensagem de *WhatsApp*, eu vejo um *e-mail* que chegou, eu converso com você e respondo uma coisa, eu penso no que que está acontecendo em todo o entorno da minha casa, qualquer coisa eu falo assim, espera só um minutinho, eu desligo, vou lá abro um portão, eu faço uma coisa, né [...], então no computador nessa condição remota eu consigo fazer muito mais coisas, do que quando eu estou no presencial (Entrevistada C).

Com o confinamento, o espaço doméstico passou a ser vivido mais intensamente. Primeiro, pelo fato de estar com a família confinada em casa e, segundo, porque o modelo de trabalho remoto exigia se conectar o tempo todo com o mundo externo, por meio de uma infinidade de reuniões e de compromissos que surgiam na tela do computador. Nessa toada, o que se verificou das respostas das entrevistadas é que para aquelas docentes com filhos, os desafios do confinamento foram intensificados, sendo os principais fatores apontados dessas dificuldades o fato das entrevistadas estarem sem rede de apoio e, ainda, terem que dedicar esforços com a educação escolar dos filhos.

A pandemia, deste modo, escancara os desafios impostos às muitas mulheres mães que desde antes precisavam trabalhar em jornadas duplas ou triplas. A divisão sexual do trabalho, que já era desigual, agravou durante o confinamento mesmo no caso das entrevistadas, que são mulheres de alto nível de escolaridade e trabalhadoras dotadas de certos privilégios em termos de garantia da renda (OLIVEIRA, 2020).

Eu tive dificuldade para conciliar eu com meu filho em casa, então naquele primeiro momento eu não tinha ninguém para me ajudar, era eu e ele dentro de casa, [...], a pessoa que trabalha aqui em casa é uma senhora, com um monte de problemas de saúde, como que eu ia deixar ela vir, pegar ônibus? Então eu fiquei sozinha, eu e ele. Administrar isso foi muito difícil, porque eu tinha uma criança de três anos em casa na época, era uma criança muito dependente, com todas as expectativas. Então eu tinha que organizar tudo para dar conta, a exigência foi muito grande, foi muito pesado tudo aquilo. Então nesse sentido foi bem difícil. Passou, graças a Deus (Entrevistada C).

A pior de todas as coisas foi conciliar o trabalho com o cuidado com criança, foi o pior desafio, porque como a gente passa a não ter mais um horário fixo de trabalho eu

precisava revezar para poder cuidar da criança. Então esse foi o principal desafio, conciliar um acúmulo de tarefas eu diria: tarefas domésticas, com cuidado com filho, com trabalho (Entrevistada G).

Diante deste movimento, as crianças deixaram de frequentar as creches e as escolas, fazendo com que os sistemas de apoio e as práticas de cuidado ficassem centralizados unicamente na unidade familiar. Com isso, a função de cuidado exercida predominantemente pelas mães, passou a exigir mais horas de dedicação, o que contribuiu para que as demais tarefas desempenhadas por elas assumissem papel secundário na lista de prioridades (OLIVEIRA, 2020).

Vale ressaltar que, em especial as entrevistadas casadas, em nenhum momento citaram alguma ajuda recebida por seus companheiros em atividades domésticas e/ou com os filhos, evidenciando a sobrecarga.

O cuidado com os filhos é uma construção social presente na rotina das mulheres, sendo que este se ampliou ao ser associado às preocupações extras pela chegada do vírus. A conjuntura descrita sugere que as mulheres trabalhadoras são as mais impactadas pela crise sanitária decorrente do Covid-19, uma que vez que passaram a enfrentar, para além dos desafios de conciliar o trabalho reprodutivo com o trabalho profissional (MUNIZ; ARAGÃO, 2020).

Da fala das entrevistadas é possível verificar que as mudanças repentinas do contexto laboral e da própria rotina, descortinou condições de trabalho a que as mulheres são submetidas, diferentemente dos homens, e denunciou, também, como o trabalho reprodutivo, necessário para a reprodução da vida humana e social, são centralizados nas mulheres.

O fato é que a sociedade patriarcal delegou para as mulheres múltiplas funções, dentre elas a de cuidar do lar e da família, bem como de exercer, ao mesmo tempo, o trabalho remunerado dentro das mais diversas profissões, o que faz com que as múltiplas tarefas que já eram estabelecidas para as mulheres, com a pandemia se tornassem ainda maiores (FEDERICI, 2020; RODRIGUES, 2020).

Antes da pandemia, as mulheres que ocupavam a pirâmide na escala econômica já tinham jornada dupla, mesmo contando com alguma rede de apoio, como a escola e a empregada doméstica. Agora, a mulher assumiu as tarefas escolares como pôde, dando conta de auxiliar em deveres, trabalho, recortes, provas e testes e, ao mesmo tempo, trabalha em casa, participa de reuniões e precisa cuidar da aparência. (RODRIGUES, 2020, p. 45-46).

Deste modo, tais contornos sugerem que as mulheres trabalhadoras são as mais impactadas negativamente pela crise sanitária decorrente do coronavírus, uma que vez que tais mulheres, passaram a enfrentar, para além dos desafios de conciliar o trabalho reprodutivo com

o trabalho profissional, as angústias de ter que lidar com o medo do adoecimento, do desemprego e da morte (MUNIZ; ARAGÃO, 2020). Neste sentido, merece destaque a seguinte fala de uma das entrevistadas.

Quando você tem que garantir que outro ser humano continue vivo é essa a dramaticidade da situação, é esse o ponto! Você tem que garantir que outro ser humano continue vivo, é responsabilidade sua, se eu estou entre adultos eu não tenho essa preocupação, quando você tem uma criança ou um idoso, uma outra pessoa que depende de você para continuar vivo, você tem que garantir que essa pessoa se alimente, que ela esteja emocionalmente equilibrada, que as questões sanitárias sejam preservadas... então isso é uma carga não só de trabalho físico mas mental, porque você precisa em todas as intercorrências que podem comprometer a sobrevivência daquele outro ser humano (Entrevistada C).

Por fim, outro ponto que merece ser levantado é acerca de como a pandemia criou experiências diferentes para homens e mulheres, especialmente nas relações com o espaço doméstico, uma vez que a casa não é apenas um espaço das relações privadas, mas também um lugar em que padrões e regras, hierarquias valores e conflitos de gêneros se reproduzem (CASTRO, 2020). Assim, parte das entrevistadas, mesmo tendo denunciado ao longo das outras perguntas que o período de confinamento foi mais desafiador para si do que para outra pessoa da casa, acabaram por apontaram que o confinamento foi igual para todos os sujeitos da casa.

Eu acho que foi difícil para nós dois. Assim, tirando, um conjunto de exigências, né? Que é diferente mesmo, mas em termos de adaptação foi bem semelhante (Entrevistada A).

Eu acho que foi igual. As adaptações foram em conjunto. Bom, com a gente foi igual a todas as famílias, não sair de casa, acho que para mim e para os outros membros da minha família foi da mesma forma (Entrevistada D).

As frases iniciadas com a expressão ‘eu acho’, revelam que a resposta não foi conferida de maneira assertiva. As entrevistadas utilizam de uma hipótese para amenizar os desafios que enfrentaram e buscam generalizar a situação. Outras docentes, por sua vez, embora iniciem suas falas minimizando os desafios que vivenciaram com o confinamento, acabam confessando que encontraram maiores dificuldades durante o tempo em questão – como destacado nas menções das entrevistadas:

No início foi difícil para os dois, mas acho que pela própria característica do trabalho dele, foi mais fácil para ele do que para mim, porque ele não tinha que dar aula, não tinha que gravar aula, então continuou fazendo o que ele fazia, o que ele fazia lá no local de trabalho, passou a fazer em casa, então não foi desafiador igual foi para mim, então os desafios dele eram do trabalho mesmo, não pelo fato dele estar em casa, então para ele não foi por estar em casa que foi difícil (Entrevistada F).

Cada um teve o seu problema, foi difícil para todo mundo, para a minha filha talvez tenha sido mais difícil do que para os adultos, embora criança se adapte às mudanças mais facilmente, eu acredito que a criança tenha sido a maior prejudicada porque estava em um momento em que ela precisava construir relações, em um momento de alfabetização, um momento social que foi interrompido, depois dela para mim, óbvio que eu estava acumulando múltiplas funções aí, e por fim para o meu marido, acredito que para ele tenha sido mais fácil do que para nós duas, porque eu como mãe eu tive que interferir diretamente na tarefa de alfabetização e que eu sou péssima nisso, não sei lidar, as vezes até parece como a gente é docente que vai ajudar, mas eu acredito que não tenha ajudado em nada, porque nós nos tornamos mais exigentes e não sabe lidar com as questões da alfabetização, então eu acredito que tenha sido pior para mim do que para ele nesse sentido (Entrevistada G).

É de se observar neste caso, assim como pontua Van Dijk (1993), o sujeito que fala e qual é posição por ele ocupada, do trecho acima transcrito, quando a Entrevistada G destaca: “[...] para o meu marido, acredito que para ele tenha sido mais fácil do que para nós duas, porque eu como mãe [...]”, o que se tem é que a entrevistada, inconscientemente, reproduz o estereótipo de gênero e replica as ideias patriarcais que determinam quais seriam as funções atribuídas para as mulheres, no caso especificamente, o ensinar a criança pequena.

Por todo o exposto, verificou-se a essa altura que a sociedade patriarcal atribuiu às mulheres múltiplas funções, tendo a mulher que se dedicar ao trabalho reprodutivo, necessário para a reprodução da vida humana e social e, ainda, atender outros anseios socialmente objetivados pela reprodução social – universo em que se situam – e, também, a necessidade do das mulheres desempenharem o trabalho da instituição dentro do lar, o que fez com que ambos os trabalhos se sobrepusessem a todo tempo. O agravo que se deu neste cenário de crise, gerou inúmeros impactos nas mulheres, fruto da sobrecarga mental, emocional e de trabalho, conforme será verificado a seguir.

### **6.2.3 Os impactos da pandemia no trabalho das docentes durante o período de confinamento**

A tarefa de analisar o presente é sempre um desafio, tendo em vista que as mudanças do cotidiano, causadas pela pandemia, geraram impactos que puderam ser mais bem percebidos com o passar do tempo e com os desdobramentos do próprio contexto pandêmico. Em primeiro momento, enquanto o confinamento era a regra, a dinâmica da vida se alterou norteadas por incertezas e inseguranças. Assim, ainda que o trabalho produtivo não estivesse sendo desempenhado da melhor maneira para as docentes, como seus discursos revelaram, o que

importava é que ele estivesse, de alguma forma, sendo feito, mesmo que atropelado a todo tempo pelas demandas do lar, da saúde e do cuidado.

A pandemia impôs novas rotinas no trabalho docente, que mesmo tendo sido vivenciadas com maior intensidade entre os anos de 2020 e 2021, trouxe mudanças que persistiram, dentro e fora da instituição, nos anos que sucederam o confinamento. Nesse sentido, com o fim de identificar os impactos da pandemia nos trabalhos das docentes, as entrevistadas foram, inicialmente, questionadas se o sentimento de grupo e pertencimento com a instituição ficaram fragilizados em virtude do distanciamento, tendo grande parte respondido que sim, posto que a pandemia afetou o contato com as pessoas, o que prejudicou o relacionamento com a instituição, entre os colegas e os alunos.

Eu tinha um colega, por exemplo, que tinha chegado há pouco tempo, então eu nem o conheço. Você perde esse contato com as pessoas que é o que ajuda a criar esse sentimento de grupo. Isso ficou bastante prejudicado (Entrevistada A).

Eu acho que ficou prejudicado sim, porque a interação social é tudo. A gente precisa do outro para que as coisas aconteçam, para que projetos se desenvolvam (Entrevistada B).

A socialização com os demais professores a gente perdeu um pouco, as reuniões ficaram muito formais, por exemplo, a gente vai, discute determinado assunto e pronto e acabou. É diferente do presencial, que a gente vai, toma um cafezinho, isso ficou muito solitário no ambiente virtual (Entrevistada D).

A partir dos trechos destacados, é possível notar que no trabalho docente, ainda que tenha continuado sendo executado durante o período de confinamento, o modelo remoto acabou por alterar a relação do corpo docente com a instituição. É curioso pensar que as docentes se sentiram distantes da instituição mesmo quando se depararam com um cenário em que as suas jornadas de trabalho se expandiram de maneira significativa, dado o volume de demandas que aumentou em referido período, por conta das adaptações do modelo de aula, o aprender a lidar com certas tecnologias até então não utilizadas, o aumento no número de reuniões e acúmulo de atribuições.

Essa percepção, um tanto contraditória, decorre de muitos fatores, sendo que entre eles merece destaque a diferença entre o que simbolicamente representa a instituição e o que simbolicamente representa a casa, o lar. Tem-se que a casa é o espaço privado, cujas relações são dadas entre os iguais; lado outro, na instituição, ou como o próprio nome sugere, na universidade, o espaço é público e partilhado entre sujeitos diferentes, sendo que é justamente a diferença entre pessoas, ideias e conhecimentos que permite que o processo de educação

ocorra (NÓVOA; ALVIM, 2021). A partir disso, é possível entender que a casa é o oposto do que representa a instituição e, por essa razão, quando se teve que trazer para o lar os afazeres que são precípuos da universidade, o senso de pertencimento restou fragilizado, porque dentro do lar não há espaço para que a interação social com os diferentes ocorra, o que fez com que o processo de educação se modificasse, assim como o local da aprendizagem.

A ideia de distanciamento da instituição também se justifica, porque a própria dinâmica de aulas e a ampliação do conhecimento dos próprios docentes acaba dependendo das trocas com os outros colegas e professores, já que o aprender e o ensinar não são atos individuais. Admitir essa interdependência para o processo de construção da educação, fez com que no modelo remoto, as docentes se sentissem invadidas pela solidão, o que lhes gerou impactos negativos com a forma de lidar com seus trabalhos.

A gente ficava em casa isolados. Mesmo que houvesse algum tipo de comunicação, por exemplo, via e-mail, ela acaba sendo problemática no cotidiano, porque deixa tudo mais distanciado (Entrevistada B).

Eu ficava muito tempo sem falar com ninguém. Era uma situação em que ninguém te procura, ninguém te vê, eu não procurava ninguém, você vai ficando sozinho, você vai fazendo o que tem que fazer, respondendo às suas atividades, mas sem ter contato, aí tudo vai ficando fragilizado mesmo [...]. Quando as atividades voltaram ao presencial os sentimentos de distanciamento, solidão que já estava presente no período de confinamento se tornaram ainda mais visíveis [...]. Pareciam que as pessoas estavam mais distantes, ninguém estava com tanta intimidade, estava tudo mais objetivo, prático, cada um queria voltar para a sua vida, para as suas coisas (Entrevistada C).

Nota-se que um dos impactos gerados pela pandemia ao expor as pessoas ao sentimento de solidão, foi reforçar o individualismo. Segundo Baarck *et al.* (2021), há uma correlação entre o individualismo e a solidão, posto que o distanciamento entre as pessoas, desencadeia a escassez de interação social e o isolamento emocional, processos que fazem emergir o sentimento de solidão. E, na concepção de Raposo (2021), ao se analisar criticamente o contexto de pandemia, é possível notar como referido cenário vai de encontro ao anseio neoliberal, que visa promover o interesse próprio, impulsionar a competição, reduzir as relações sociais, conduzir a sociedade a um modelo fragmentado, que os sujeitos passam a se encontrar totalmente isolados e sem laços sociais.

A partir de tal inflexão, é possível perceber que a tendência da individualização dos sujeitos, caminha para atender a lógica do capital, o que acaba por revelar a pandemia como um fenômeno que atende os anseios do modelo neoliberal, uma vez que a crise sanitária conseguiu alterar o comportamento das pessoas, as conduzindo para condições de vulnerabilidade,

hipossuficiência perante o medo do adoecimento, distanciamento social e precarização do trabalho (NUNES, 2020).

Assim, ao se analisar as falas das docentes, não é raro notar que as dificuldades por elas elencadas, a princípio relacionadas ao trabalho produtivo, se desdobram nos impactos deixados por referido período e que ainda se alastram.

Ainda sobre o trabalho desempenhado na instituição, as docentes relataram que nunca estiveram tão sobrecarregadas, sendo que essa sobrecarga de trabalho foi decorrente de inúmeros fatores, segundo elas: da ampliação das formas de trabalhar e da ampliação das ferramentas de trabalho, da ausência de horários, do acúmulo de funções, além da sobrecarga advinda das demandas do lar e da família, que serão tratadas quando da análise dos impactos da pandemia no trabalho reprodutivo das docentes.

Pois bem, partindo da ampliação das formas de trabalhar das ferramentas de trabalho, o impacto que a pandemia trouxe foi forçar a utilização de recursos de tecnologia da informação para permitir que o trabalho docente ocorresse. O fato de ter que alterar a dinâmica das aulas que as docentes já estavam habituadas, fez com que o tempo despendido com o trabalho fosse significativamente majorado, pois não bastava ter o domínio acerca do conteúdo a ser ministrado, foi necessário criar maneiras alternativas para transmiti-lo aos alunos, para que esses pudessem se sentir minimamente interessados em aprender. Foram aulas gravadas, mudanças nos sistemas avaliativos e muitos cursos de capacitação para que o conteúdo das aulas pudesse chegar ao alunado. No entanto, como bem colocam Silva e Lima (2020, p. 21), das conjunturas em análise, os docentes e os alunos deixaram de ser o centro do processo de ensino e aprendizagem e passaram a ser “apêndices das máquinas eletrônicas”, ficando à mercê das ferramentas e da *internet*.

É de se notar que as formas de comunicação se alteraram e os recursos oferecidos por *e-mails* e por aplicativos de troca de mensagens que, até então eram utilizados preponderantemente para questões pessoais, passaram a ser utilizados de maneira intensa e quase que exclusivamente para o trabalho da instituição. Essas ferramentas, em primeiro momento, vistas como facilitadoras, se transformaram em verdadeiros estressores, visto que por meio delas o trabalho profissional passou, a todo tempo, perseguir as entrevistadas, impedindo a desconexão com trabalho. Neste sentido, esclarece uma das entrevistadas:

O trabalho passou a cobrar de mim vinte e quatro horas por dia, porque eu tive que entrar, vou exagerar, em mil grupos de *WhatsApp*. Então o *WhatsApp* virou um instrumento de comunicação. Antes eu utilizava para o lazer e agora eu passei a utilizar para o trabalho. Isso foi horrível, porque o trabalho passa a não ter um horário, você passa a trabalhar a qualquer hora, o tempo todo, inclusive a noite. Foi necessário



também ficar ligada nos *e-mails*, toda hora aluno perguntando alguma coisa, então assim, houve uma exigência muito grande do trabalho por conta desses novos recursos e nós fomos obrigadas a utilizar (Entrevistada G).

Com a pandemia, a utilização de recursos tecnológicos que permitem a simultaneidade passou a ser em larga escala. Fruto da simplicidade e facilidade para poder se comunicar e poder trabalhar, as docentes passaram a ser acionadas a todo tempo. Com isso, o trabalho exercido fora da universidade, e nessas condições, ainda que a princípio remeta à noção de desconexão com a instituição, não inibiu as docentes de receberem inúmeras cobranças e demandas. Em verdade, o que se identificou foi que o trabalho produtivo realizado dentro do lar, quando apoiado na utilização de tecnologias, *internet*, computadores e aplicativos diversos, não significou um menor vínculo com a instituição, mas que o trabalho docente invadiu o lar das entrevistadas de uma maneira jamais antes vista.

Nota-se que com o trabalho da instituição realizado dentro de casa, a noção de público e privado se entrelaçaram, o que fez desaparecer a delimitação do espaço e do tempo de trabalho, posto que as definições do que é tempo de trabalho e o que é ócio se confundiram. Este movimento fez com que a jornada de trabalho se expandisse e que o trabalhador ficasse disponível para ser acionado a qualquer momento – o que gerou a intermitência e a perda da noção de tempo. O trabalhador inserido nesta rotina, mesmo que por um curto período, se submeteu, ainda que de maneira inconsciente, à mitigação de direitos trabalhistas, pois, se todo tempo passou a ser tempo de trabalho, a percepção de jornada, com horário limite a ser cumprido, deixou de fazer sentido, o que fez com que direitos como horas-extras, intervalo interjornada, intervalo intrajornada, entre outros deixassem de ser garantidos (ANTUNES; BRAGA, 2009).

É de se ressaltar que, a partir das falas das docentes, foi possível identificar que muitas delas também passaram a acumular cargos e tarefas institucionais durante o período de trabalho remoto, ao argumento de que no presencial não seria possível se desdobrar em tantas funções. No início da fala, há uma certo orgulho em revelar a multiplicidade de tarefas, sendo que este sentimento que permeia o discurso pode estar ligado ao fator quem fala e sobre o que fala (VAN DIJK, 1993), já que as entrevistadas estavam falando de seus trabalhos acadêmicos com alguém que vivencia o mesmo ambiente, mas em posição diferenciada – como aluna. No entanto, com o desenrolar das entrevistas, o que se verificou foi que aquilo que antes foi sinônimo de orgulho, eficiência, na realidade foi uma sujeição à uma lógica perversa de superexploração da mão de obra dessas trabalhadoras.

O interessante do trabalho remoto é o seguinte: você está em casa e não tem noção do seu horário de trabalho, e aí como você está casa e distante do resto do mundo, você acaba acumulando funções que quando o trabalho voltou para o presencial não couberam para o dia. Naquele momento de confinamento eu dava conta e hoje eu não dou mais, então o trabalho remoto me fez trabalhar muito mais do que o presencial, muito mais mesmo. No remoto você está fazendo várias funções ao mesmo tempo (Entrevistada G).

Em tempos de desemprego estrutural, crescente desigualdade e precarização do trabalho, as circunstâncias elencadas não são vistas pela maior parte das docentes com o nível crítico da problemática que elas revelam. É necessário, por sua vez, denunciar a desregulamentação e a exploração do trabalho docente ocorrida no contexto pandêmico e pós-pandêmico no que se refere à flexibilização do trabalho, com a implantação de atividades remotas e do teletrabalho.

[...] se essa realidade do trabalho [já se expandia] como uma praga em períodos de normalidade, é evidente que neste período pandêmico o capital vem realizando vários experimentos que visam intensificar e potencializar, pós-pandemia, os mecanismos de exploração do trabalho nos mais diversos setores da economia (ANTUNES, 2020, p. 20).

No sentido que alerta Antunes (2020), uma das entrevistadas chegou a pontuar que a com a pandemia e com o modelo de ensino remoto houve uma transferência do custo da produção para o trabalhador, pois se antes o trabalho era desempenhado nas dependências da instituição, com recursos dela provenientes, quando o trabalho passou a ser desempenhado em casa, foi o próprio docente que passou a custear a sua *internet*, sua energia elétrica, que passou a cuidar da ergonomia e gastar seus próprios recursos para poder aprimorar as formas de exercer o seu trabalho, sendo isso, por si só, é uma forma de precarização das condições de trabalho.

Eu entendo que o trabalho passou a apresentar novas exigências, mas eu entendo que o custo de produção passou a ser do trabalhador, porque a UNIFAL pode até ter me oferecido computadores, mesa digitalizadora e algumas outras ferramentas, mas eu que pagava a minha luz, eu pagava a minha internet. Ao passo de que quando você está na universidade, você tem a luz, a água, a internet da universidade. Então assim, eu não ganhei um adicional de salário para infraestrutura (Entrevistada E).

A mudança do *locus* de aprendizagem da instituição para dentro do lar de cada um, também vai de encontro aos anseios do estado neoliberal, de tornar os direitos dos trabalhadores enfraquecidos e fazer com que cada um assuma os riscos da atividade que exerce. Alerta Antunes (2019), que nesse processo o capital consegue aumentar a taxa de extração de mais-

valia, justamente porque repassa para o trabalhador os custos da manutenção dos meios de trabalho, o que no presente caso denuncia, sobremaneira, a precarização do trabalho docente.

Assim, ao se admitir as condições precárias no desempenho do trabalho docente, se torna possível imaginar nos desdobramentos dessa precarização, também, sobre a educação, visto que o direito à educação pública, gratuita e de qualidade passou a ser vistos como coisa de pouco valor e cuja culpa e responsabilidade pela queda da qualidade do ensino não recairá sobre o Estado, mas sim sobre os próprios docentes que, supostamente, não promoveram educação de qualidade (SILVA; LIMA, 2020).

Mesmo com a retomada das atividades presenciais, as docentes seguem impactadas pela quantidade de trabalho que foram submetidas e que, até o tempo da escrita da presente dissertação, ainda continuam expostas e buscando reorganizar as rotinas. Metade das docentes também sentiram impactos em sua saúde mental, tendo relatado o uso de medicamentos para ansiedade e a realização de sessões de terapia, em busca de melhorar sua qualidade de vida.

Para além dos impactos gerados no trabalho institucional, remunerado, as mulheres entrevistadas também perceberam os impactos da pandemia sobre seus trabalhos reprodutivos, tendo em vista que a permanência no lar fez com que o trabalho reprodutivo estivesse ocorrendo de maneira ainda mais latente, considerando, a intensificação dos cuidados. Verifica-se que “em todo o mundo, as mulheres são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico” (ARAÚJO, LUA, 2021, p. 7) – o que, por si só, dificulta a conciliação entre as funções exercidas no mercado de trabalho e as funções do lar.

No contexto pandêmico, compatibilizar o trabalho familiar e o trabalho profissional tornou uma tarefa desafiadora, porque a rede de apoio até então existente, formada por trabalhadoras domésticas, diaristas, ou babás, para as mulheres com filhos, bem como pelo suporte informal dado por parentes, amigos, vizinhos, simplesmente deixou de existir. Concentraram-se sobre as mulheres “o trabalho doméstico extra, produzido pela pandemia, exacerbando as desigualdades de gênero na divisão do trabalho doméstico nas famílias” (ARAÚJO; LUA, 2021, p. 7).

De acordo com Hirata e Kergoat (2007), as duas jornadas de trabalho, profissional e doméstica, resignam realidades nas vidas das mulheres, tendo em vista os diversos mecanismos de dominação masculina e das relações de poder existentes na sociedade. Portanto, essa se faz uma interpretação importante para o presente trabalho, pois leva em conta a questão da reprodução social e da retratação da sociedade patriarcal predominante, mesmo junto às mulheres docentes entrevistadas, que trabalham de forma remunerada, sendo concursadas

públicas, auxiliando no orçamento doméstico e, ainda, empenhando-se constantemente em suas formações profissionais e pessoais.

As entrevistadas realizam tarefas domésticas e não se isentam delas. Mesmo quando auxiliadas por companheiros ou demais familiares, quando solteiras ou casadas, declararam que responsabilidades com a casa, filhos, maridos/companheiros aconteciam em concomitância com o trabalho remunerado e os estudos/pesquisas. Nenhuma delas relatou isenção de algumas destas responsabilidades; pelo contrário, com a fala delas ficou evidenciado que as tarefas domésticas fazem parte de seus cotidianos, sendo que tais tarefas tornaram-se mais intensas durante o período de confinamento. Duas entrevistadas chegaram a relatar que, durante o período de confinamento, passaram a conviver na mesma casa que os pais, sendo que nesse momento, passaram a dividir as atribuições com as suas mães:

Eu passei a tratar da limpeza da casa, da manutenção da casa como um todo, com a ajuda da minha mãe, é claro (Entrevistada D).

Então eu não tenho filhos, então eu não tinha essa preocupação, eu ajudava a minha mãe, eu ajudo minha mãe, faço minha parte nas questões de tarefas domésticas (Entrevistada H).

No segundo semestre, a gente se isolou junto com meus pais, nesse período eu fiquei mais tranquila, porque aí eu dividi mais as tarefas com a minha mãe, aí ficou até melhor (Entrevistada G).

Nota-se que o discurso das entrevistadas evidencia a teoria da reprodução social que direciona as tarefas domésticas e de cuidado às mulheres e que as próprias mulheres reproduzem, aqui evidenciado pela fala “eu ajudava a minha mãe” (Entrevistada H) e “eu dividi mais as tarefas com a minha mãe” (Entrevistada H).

Ademais, a teoria da reprodução social também fica evidente pelo fato de as entrevistadas, mesmo sendo mulheres de grau de instrução e escolaridade elevadas, continuam sendo exploradas e demandadas de maneira mais intensa em relação às atividades domésticas, independente do vínculo familiar. Neste sentido, as entrevistadas foram questionadas sobre como as tarefas domésticas ficaram divididas dentro do lar no período de confinamento e se referida configuração se manteve depois do retorno das atividades ao modelo presencial, sendo que as respostas obtidas variaram de maneira significativa para as mulheres que são mães, principalmente, de filhos pequenos.

Verificou-se, a princípio, que para a maior parte das entrevistadas o trabalho reprodutivo era frequentemente delegado ou ao menos dividido com auxiliares (diaristas ou domésticas).

Em certas profissões, sobretudo aquelas que são ocupadas por profissionais de maior qualificação, acabam demandando maior envolvimento pessoal do profissional com o trabalho. Tal envolvimento acaba gerando impactos diretos na vida dos trabalhadores, sendo que, as trabalhadoras mulheres, aquelas que são mais abonadas, sentem a necessidade de delegar para outras mulheres, de classes menos abastadas, as tarefas domésticas. De acordo com Hirata e Kergoat (2007), o modelo de delegação substitui ou se sobrepõe ao modelo da conciliação vida familiar/vida profissional. Deste modo, para que o trabalho remunerado possa ser mais bem desempenhado, as mulheres acabam recorrendo a outras mulheres para atribuir essas tarefas de cuidado com a casa.

No período de isolamento, esta delegação não foi possível, e muitas tarefas tidas como simples ou, ao menos, essenciais passaram a ser vistas como um desafio. O fato de terem que preparar o próprio alimento passou a ser uma tarefa a mais, porque em outro momento havia a possibilidade de se alimentar na universidade ou em restaurantes – o que auxiliava muito na questão do tempo, já que o tempo despendido realizando as refeições fora de casa é menor do que quando se tem que comprar, organizar, higienizar e preparar o próprio alimento, sendo este ponto recorrente na fala das entrevistadas.

Eu sou uma pessoa que durante a semana almoça for de casa para poupar tempo. Eu tinha isso como hábito e na pandemia acabou, eu tinha que fazer todas as refeições em casa: o café, almoço, jantar (Entrevistada B).

Ficando sozinho a gente comeu mais, cozinhou mais, eu tive que dispensar a faxineira e então eu ganhei tarefas dentro de casa para além das que eu já tinha. A gente almoçava muito em restaurante, aí outra coisa que a gente não fazia e passou a fazer foi voltar a fazer almoço, janta, com isso as compras de supermercado aumentaram em termos de volume, porque a gente não estava comendo fora mais [...] isso acabou gerando mais tarefas na cozinha, mais tarefas no supermercado, que de algum modo foi absorvido por mim e pela minha mãe (Entrevistada D).

Nota-se que as entrevistadas, em virtude do trabalho docente, comumente acabam tendo um ritmo de vida mais acelerado, em que muitas tarefas essenciais como, no caso, se alimentar, acabavam ocorrendo fora de casa como forma de economizar tempo para poder facilitar sua dinâmica com o trabalho remunerado. Com o confinamento, o desempenhar de atividades básicas para a sobrevivência passou a ser visto como um trabalho extra, que veio com a pandemia, tendo em vista que no momento de insegurança sanitária, não era recomendável se expor ao vírus em nenhuma situação. É interessante notar também, que as entrevistadas, por serem mulheres remuneradas, que possuem certa independência financeira, puderam buscar alguns recursos materiais para facilitar no trabalho doméstico.

Eu comprei alguns aparelhos para a casa durante a pandemia, para facilitar a minha vida. Por exemplo, comprei uma panela de arroz eu comecei a equipar a casa para encarar a coisa (Entrevistada E).

Com base na fala da entrevistada é de se notar que mulheres inseridas em determinadas classes sociais, possuem acesso a recursos que não são distribuídos de maneira igualitária na sociedade. Certamente, se as entrevistadas da presente pesquisa não fossem mulheres docentes, de alto grau de escolaridade, remuneradas, o discurso seria diferente e a sobreposição do trabalho doméstico ao trabalho da instituição seria percebida a partir de outra perspectiva, de maneira mais evidente, pois durante o período de confinamento, em que o trabalho produtivo migrou para casa, o impacto gerado foi uma sobreposição de ambas as jornadas laborais de modo até então não visto.

No entanto, de acordo com a realidade de parte das entrevistadas, sobretudo daquelas que não possuem filhos, verificou-se que elas puderam contar com certos facilitadores e recursos para que suas jornadas do trabalho remunerado pudessem ocorrer de maneira um pouco mais proveitosa, sem tantas interrupções. As entrevistadas, por sua vez, não omitiram que o contexto em que vivem acabam sendo de maior privilégio em relação ao de outras mulheres trabalhadoras, sendo, ainda, que as docentes que não possuem filhos e que, de alguma forma, conseguiram manter alguma rede de apoio durante a pandemia, como por exemplo a rede de apoio familiar, a percepção do privilégio em questão se tornou mais evidente.

Eu não tive tanta dificuldade com o trabalho doméstico, porque eu tive o privilégio de ir para a casa dos meus pais. Eu consegui organizar as tarefas do lar para não ter nenhum contratempo enquanto estivesse dando aula (Entrevistada H).

A palavra privilégio pode ser compreendida de múltiplas formas; no caso, o uso de referida palavra deve ser percebido a partir do contexto em que as mulheres entrevistadas estão inseridas. Conforme Van Dijk (2000), o uso das palavras não é limitado à linguagem falada dependendo das diferentes formas de interação ou contextos em que o sujeito que se expressa está inserido. Assim, é necessário levar em conta o cenário social, político, econômico que as entrevistadas estão inseridas.

No âmbito social, o privilégio das entrevistadas pode ser interpretado como a possibilidade de ser manter segura em casa, cuja estrutura da moradia é digna, em que há disponibilidade de recursos, infraestrutura, acesso à ferramentas tanto para o descanso, quanto o para trabalho. Político, pois as docentes são mulheres que tiveram condições de estudar, de

buscar conhecimento, de possuir uma formação política baseada em aumentos técnicos – sobretudo considerando suas áreas de formação e atuação; político, também da perspectiva ampla, no sentido de ter possibilidade de receber as informações do cenário nacional e internacional, durante o período de crise sanitária; Econômico, já que as entrevistadas puderam continuar trabalhando, sem medo de serem demitidas, sem sofrerem maiores impactos em suas rendas, puderam trabalhar em um local seguro; ou seja, mesmo em um período de tantas incertezas que elevou o número de desempregados e ampliou a informalidade, as entrevistadas tiveram certas seguranças que outras mulheres trabalhadoras não tiveram.

Além das perspectivas acima, as entrevistadas que não possuíam filhos ao tempo da entrevista admitiram, ou ao menos apresentaram sua suposição, no sentido de que as docentes com filhos foram as mais impactadas pelo período de confinamento em seus trabalhos reprodutivos.

Nesse sentido [do trabalho reprodutivo] para mim, acho que não foi tanto, porque eu fiquei imaginando as pessoas que têm uma família maior, que tem filhos para cuidar, tem animais, enfim. Mesmo assim, eu senti que houve uma sobrecarga, mas essas pessoas eu acho que foi maior (Entrevistada B).

E de fato, o que se verificou é que as docentes com filhos, sobretudo menores de dez anos, foram as maiores impactadas pela pandemia em virtude, mais uma vez, da sobreposição de tarefas que lhes recaiu. No discurso das docentes a sobreposição aparece, por meio da multiplicidade de tarefas e da urgência que as demandas do lar apresentam. A falta de disponibilidade de outros provedores de cuidado – familiares, escolas, creches, babás – fez com que as mulheres mães passassem a despender mais horas dedicadas aos cuidados dos filhos.

A grande dificuldade foi o tempo mesmo, foi conciliar meu filho com a casa, a pessoa que trabalha em casa não estava vindo, então eu fiquei sozinha e administrar isso foi muito difícil, porque eu tinha uma criança de três anos na época, ou seja, era uma criança muito dependente, com todas as expectativas. Eu tinha que organizar tudo para dar conta, a exigência foi muito grande, foi muito pesado (Entrevistada C).

A pior de todas as coisas foi conciliar o trabalho com o cuidado com criança, foi o pior desafio. [...] Então esse foi o principal desafio, conciliar um acúmulo de tarefas: domésticas, cuidado com filho, com trabalho (Entrevistada G).

As entrevistadas que possuem filhos pequenos, ao serem questionadas sobre qual a vivência mais marcante do período de confinamento, não hesitaram em responder que foi o fato de conciliar as demandas do lar, da instituição e o cuidado com os filhos. Os discursos vão de encontro com o referencial teórico construído, pois as tensões oriundas da simultaneidade das

demandas e responsabilidades profissionais e familiares, que já eram sinalizadas antes da pandemia como um fruto da reprodução social e da divisão sexual do trabalho, durante o período de isolamento social se tornaram mais evidentes. As falas anteriores, das entrevistadas C e G, ilustram as dificuldades para gerir o trabalho reprodutivo e o produtivo conjuntamente.

Bruschini (2006) já sinalizava, muito antes da pandemia, que são as companheiras, esposas e, sobretudo, as mães, que empenham a maior quantidade de horas semanais ao trabalho reprodutivo, sendo, ainda, esse empenho de horas maior entre as mães com crianças pequenas. No contexto pandêmico, a assertiva em questão só se reforçou, posto que as mães com filhos passaram a exercer suas funções de cuidado em tempo integral, tendo que se dedicarem, inclusive, ao acompanhamento das tarefas escolares, manter os filhos entretidos – isso tudo somado ao gerenciamento constante dos trabalhos produtivo e reprodutivo.

Pois bem, sobre o acompanhamento das tarefas escolares, as docentes entrevistadas e com filhos, destacaram a árdua tarefa que foi se dedicar ao ensino das crianças. Mesmo as entrevistadas sendo mulheres docentes, a docência para a primeira infância não se confunde com a docência no ensino superior, como já visto ao longo do referencial teórico. Deste modo, auxiliar as tarefas escolares gerou estresse e sobrecarga para as mães, pois essas atividades demandavam, em grande parte, a supervisão de um adulto.

Eu considero até que o trabalho com a criança em relação ao ensino, de acompanhar as atividades que chegavam da escola tenha sido o pior trabalho. Isso foi pior do que ter que fazer as tarefas domésticas e pior que o trabalho na UNIFAL. Para mim o pior trabalho foi ter que lher dar com as tarefas que viam da escola, porque eram muitas demandas e chegou um momento que a criança tinha aula da uma às cinco da tarde, em frente ao computador e isso durou muito tempo, era frustrante, foi um choque de realidade (Entrevistada G).

Nota-se que as instituições de ensino acabaram transferindo para as famílias, mas principalmente para as mães, parte de suas funções. Como não bastasse terem deixado de ser umas das principais redes de apoio, as escolas passaram a exigir das crianças inúmeras tarefas, exercícios e atividades, mas que só poderiam ser executados com apoio de adultos, sendo que essa transferência de responsabilidades sobrecarregou as mulheres mães. O cenário em questão denuncia como o lar, enquanto esfera da reprodução social, é um lugar também dedicado à produção, já que o trabalho das mulheres, voltado para o cuidado, para o desenvolvimento dos filhos, que garante a reprodução e manutenção da sociedade capitalista (DORNA, 2021), foi percebido de maneira ainda mais latente durante o período de confinamento.

De acordo com Federici (2019), cuidar das crianças representa cuidar dos futuros trabalhadores. O fato é que com o período de confinamento, a incumbência deste cuidado recaiu



apenas sobre a família, mas principalmente sobre as mulheres mães, inexistindo qualquer rede amparo nesse sentido. O Estado – a sociedade como um todo – delegou para as mulheres uma função árdua, mas não valorizada.

O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças – os trabalhadores do futuro –, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. Isso significa que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres (FEDERICI, 2019, p. 68).

Mesmo sendo o trabalho reprodutivo essencial para a vida humana, tendo isso ficado mais nítido com o processo de permanência ao lar, a pandemia desnudou como referido trabalho é pouco valorizado e assim permanece sendo (DORNA, 2021). Através das respostas dadas pelas docentes, foi possível identificar como a sociedade patriarcal impõe lugares determinados para as mulheres e para os homens dentro da divisão sexual do trabalho, e como isso é reproduzido também internamente, dentro do lar.

É [...] a gente dividia. Meu marido ficava com a parte da cozinha, porque ele é melhor nisso, e eu com o resto, cuidando da casa e da criança. [...] eu saí prejudicada com essa divisão, mas a gente fez um esforço (Entrevistada G).

A maior parte do trabalho reprodutivo, na sociedade capitalista, acaba sendo um atributo natural das mulheres. É como se fosse inerente à figura feminina, sendo isso, naturalizado inclusive pelas próprias mulheres, que, inconscientemente, acabam se resignando a fazê-lo com preponderância em relação aos demais membros da família. É possível verificar que o estereótipo de gênero se repete, posto que no discurso há uma cognição social (VAN DIJK, 1993) do papel da mulher enquanto titular dos serviços domésticos e da administração do lar, mesmo tendo outra pessoa em casa para compartilhar de maneira igualitárias as tarefas.

Assim, ao ser atribuída a aptidão do trabalho doméstico para as mulheres, isso permite que os homens saiam ilesos da prática de referidas tarefas – o que também se confirma por meio do seguinte trecho.

Eu fiquei sobrecarregada, acredito que meu marido também, mas eu fiquei mais que ele, porque mulher acaba tendo uma sobrecarga de tarefas. Não tem como a gente. É óbvio que eu faço muito mais do que ele (Entrevistada C).

A partir dos resultados obtidos foi possível verificar que a pandemia colocou o trabalho de cuidado em evidência, mas que isso não significou que referido trabalho passou a ser visto com maior prestígio na sociedade, tampouco foi mais bem recepcionado pelos homens. Deste modo, a pandemia reforçou o fato que as mulheres, na maioria dos lares, são as maiores responsáveis pelo trabalho reprodutivo que, por sua vez, apresentou exigências ainda não experimentadas, o que foi evidenciado através dos discurso analisados.

A pandemia impactou a saúde física e mental das mulheres em virtude da sobreposição de tarefas, ausência de delimitação para a jornada de trabalho para o trabalho remunerado, utilização de tecnologias que permitem a simultaneidade – mas que, em verdade, representam uma forma de exploração exponencial do trabalho.

As mulheres são as maiores impactadas pela pandemia, pois foram duplamente exploradas, tanto em seus trabalhos remunerados, quanto no trabalho reprodutivo – o que lhes gerou exaustão e sobrecarga.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise sanitária causada pela pandemia do Covid-19 veio descortinar as tendências do mundo do trabalho, no contexto de sociedade capitalista e com anseio neoliberal. Nesse sentido, o trabalho remoto, embora tenha se mostrado como uma solução para pandemia, nada mais foi do que uma forma de expandir a exploração dos trabalhadores que foram colocados para trabalhar em casa e que, por isso, passaram a ser demandados a todo e qualquer tempo, por diversos meios como através de e-mails, mensagens de *WhatsApp* e reuniões *online*.

Contudo, todo este contexto e cenário de crise, se agrava quando a análise recai sobre as mulheres, tendo servido a pandemia como um período histórico apto a denunciar as várias formas em que as mulheres são exploradas pela sociedade, uma vez que lhes são atribuídas as funções de atender os anseios profissionais e de mercado, e, simultaneamente de desempenhar as funções atreladas ao cuidado doméstico, também intensificadas no período analisado, em virtude do vírus.

A partir de tais considerações, é possível afirmar que o presente trabalho respondeu o problema de pesquisa formulado e cumpriu com os seus objetivos, sendo que isso só se tornou factível a partir da construção de um vasto arcabouço teórico, que permitiu reflexões, primeiramente, acerca do mundo do trabalho, trazendo percepções acerca de sua centralidade, a inserção das mulheres no mercado de trabalho e as especificidades do trabalho docente, considerando as sujeitas desta pesquisa. O referencial teórico também contou com amplo estudo acerca da reprodução social, desde a sua conceituação, passando pela teoria da reprodução social de acordo com as feministas-marxistas até desaguar nos debates mais contemporâneos acerca desta teoria.

Por último, mas ainda no referencial teórico, fez-se necessário revisar a bibliografia sobre gênero, a fim de que fosse possível compreender conceitos e trazer ao debate a divisão sexual do trabalho para que, só então, fosse possível analisar os arranjos do trabalho no contexto pandêmico. Toda essa construção do arcabouço teórico permitiu a realização da pesquisa aplicada, que foi realizada por meio de entrevistas com as docentes dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da UNIFAL-MG, *campus* Varginha, cujos dados coletados foram analisados foram por meio da abordagem teórico-metodológica da ACD na perspectiva de Van Dijk.

Ao todo foram nove docentes entrevistadas, sendo que os discursos de oito docentes foram submetidos à análise, tendo em vista que o discurso que não foi analisado foi proveniente de uma entrevista feita em caráter piloto, que serviu para testar o roteiro de entrevistas e submetê-lo às alterações necessárias. Pontua-se, também, que não foi realizada a entrevista com

a professora orientadora do presente trabalho, muito embora ela compunha o universo das docentes que seriam entrevistadas, enquanto docente de um dos curso de pós-graduação *stricto sensu* da UNIFAL-MG, *campus* Varginha.

A partir da construção do referencial teórico, da definição da metodologia e das entrevistas realizadas, ficou claro, principalmente na análise dos dados, o cumprimento dos objetivos específicos e do objetivo maior do presente trabalho. A começar pelo primeiro objetivo específico que consistiu em caracterizar as docentes dos três programas de pós-graduação *stricto sensu* da UNIFAL-MG, *campus* Varginha, evidenciou-se que a maior parte delas está na instituição desde meados de 2012 e 2013, quando houve a abertura de editais de concursos para docentes na graduação, pesquisa e extensão. As entrevistadas, portanto, em sua maioria, são mulheres, concursadas, que estão inseridas no ambiente acadêmico há mais, ou pelo menos, quase dez anos.

Verificou-se que as entrevistadas acumulam mais de uma função dentro da instituição, dando aula na graduação, pós-graduação, participando de projetos de pesquisa, extensão e, também, de funções administrativas, dentro das coordenações dos cursos. Tem-se que a docência na pós-graduação faz parte de um projeto pessoal e profissional de cada entrevistada, uma vez que não há contrapartida financeira por lecionar na pós-graduação, tampouco dispensa de carga horária na graduação ou em atividades administrativas.

Com base neste ponto, verifica-se as especificidades do trabalho docente neste nível de ensino (pós-graduação *stricto sensu*), já que é um trabalho propositivo, desempenhado em prol de interesses e convicções pessoais que vai muito além da questão financeira.

Assim, verificou-se ao longo da caracterização das docentes o mérito acadêmico, ligado à questão da educação em si, pois as entrevistadas admitem a relevância de sua profissão, tanto dentro da instituição quanto fora dela. Viu-se que os docentes são profissionais que reconhecem a importância de seus trabalhos a partir do poder de transformar seus alunos e a própria sociedade, ainda que isso lhes demande muito trabalho e múltiplas responsabilidades.

As docentes não negam a multiplicidade de tarefas que lhes recaia, mesmo antes da pandemia, sendo que a somatória de atribuições ocorre sem alteração de sua contraprestação monetária, o que denuncia elementos de precarização do trabalho docente, mesmo quando exercido por profissionais qualificadas e concursadas que trabalham em uma universidade pública federal.

Adiante, para alcançar os fins do segundo objetivo específico do presente trabalho, qual seja, investigar quais as dificuldades enfrentadas pelas docentes durante o período de confinamento, verificou-se a partir dos discursos das entrevistadas que o período pandêmico,

sobretudo durante o confinamento, trouxe dificuldades em relação ao trabalho produtivo e reprodutivo.

A começar pelas dificuldades percebidas no trabalho remunerado, as docentes elencaram que o fato de ter que aprender a lidar com diversas tecnologias e ferramentas digitais se mostrou como um grande desafio, pois, nesse contexto, as docentes tiveram que reestruturar um modelo de trabalho que elas já estavam habituadas. A forma de lecionar se alterou, a maneira em que as atividades avaliativas passaram a ser aplicadas foi alterada e, tudo isso, em um curto espaço de tempo, que não permitiu a preparação.

A urgência em voltar a dar as aulas como uma forma de minimizar os prejuízos na seara da educação foi o que norteou o trabalho durante o período de confinamento, pelo menos em primeiro momento. Com isso, o que se constatou foi que o trabalho docente passou a ser desempenhado a qualquer custo, sem que as docentes tivessem tido tempo hábil para adequar tanto às aulas, quanto a própria infraestrutura.

As docentes relataram que a UNIFAL-MG chegou a autorizar que as docentes levassem para suas casas alguns recursos materiais que estavam disponíveis na instituição – como por exemplo, mesa digitalizadora, *notebook* –, mas isso não foi suficiente para reduzir os desafios vivenciados por elas cotidianamente. As entrevistadas relataram que encontraram dificuldades para adaptar os seus lares ao trabalho que antes era realizado na instituição.

Nesse sentido, algumas docentes relataram que, por conta própria, tiveram que investir em melhorias na *internet* de suas casas, adquirir um novo computador e acessórios como microfone, câmera, para poder dar as aulas e, inclusive, para poder participar das inúmeras reuniões que ocorriam durante o confinamento. Além da dificuldade relacionada à indisponibilidade de recursos, as docentes também relataram o desafio de manter os alunos interessados nas aulas, que fizeram esforços para deixar o conteúdo das aulas mais interessantes; mas que, mesmo assim, tiveram que lidar com a solidão de lecionar para alunos que sequer abriam as suas câmeras.

O trabalho docente, realizado remotamente, passou a gerar sentidos diferentes para as professoras, que trabalharam de maneira mais intensa, mas com a percepção de que o trabalho despendido não estava gerando resultados efetivos no aprendizado do alunado, cujas lacunas deste período serão constatadas ao longo dos anos que sucederam ao confinamento e à pandemia.

A invasão do trabalho remunerado ao espaço doméstico trouxe para as entrevistadas o desafio para conciliar as tarefas advindas do trabalho da instituição, ao trabalho reprodutivo – isto é, das demandas advindas do próprio lar. Neste sentido, os discursos das docentes revelaram

que houve uma dificuldade para conciliar ambos os trabalhos, sendo que, na prática, o que acabou ocorrendo foi uma sobreposição de tarefas e de jornadas que, por sua vez, se tornaram intermináveis.

O trabalho reprodutivo passou a ser realizado em tempo integral, e como suas demandas eram urgentes, ele acabava intervindo mesmo quando o trabalho remunerado estava sendo feito. O que se notou foi a dificuldade até para definir se era o trabalho doméstico que estava atrapalhando o trabalho da instituição ou o contrário, se era o trabalho da instituição que estava dificultando o trabalho doméstico, já que as jornadas de ambos se expandiram e tudo passou a ser tempo de trabalho.

Essa simultaneidade gerou impactos nos trabalhos reprodutivo e produtivo das docentes que, ao serem analisados por meio da ACD, cumpriram com o terceiro objetivo específico do presente trabalho, qual seja, compreender os impactos na pandemia no trabalho das mulheres. Assim, ficou evidenciado que a pandemia impôs novas rotinas no trabalho docente, que mesmo tendo sido vivenciadas com maior intensidade entre os anos de 2020 e 2021, trouxe mudanças que persistem na atualidade.

Sobre os impactos no trabalho institucional, as docentes relataram que o sentimento de grupo foi fragilizado, os encontros tornaram-se mais pragmáticos e a interação entre o corpo docente se tornou mais objetiva, o que fez emergir para parte das entrevistadas o sentimento de solidão e distanciamento com a instituição, mesmo em um período em que elas se viram bombardeadas de afazeres institucionais e que o trabalho docente passou a lhes demandar quase o tempo todo, constantemente.

A palavra mais recorrente no discurso das entrevistadas foi sobrecarga. As entrevistadas se sentiram sobrecarregadas tanto em seu trabalho produtivo, quanto reprodutivo, sendo referida sobrecarga proveniente de vários fatores. Para o trabalho produtivo, a sobrecarga ficou evidenciada pela ampliação das formas de se trabalhar, da ampliação das ferramentas de trabalho, da ausência de horários, do acúmulo de funções, além da sobrecarga advinda das demandas do lar e da família.

O direito a se desconectar do trabalho foi eivado, o que denunciou uma superexploração dessas trabalhadoras pelo próprio trabalho docente que desempenham. O cenário dessa exploração se agrava, ainda mais, pela constatação de que para o exercício do trabalho remoto, as docentes passaram a custear parte do processo de produção de seus trabalhos, já que dependiam e gastavam recursos próprios para poder trabalhar – no caso, os gastos com *internet*, energia elétrica, infraestrutura em geral.

Ademais, o trabalho da instituição quando realizado dentro do lar, acabou mitigando direitos trabalhistas, sobretudo relacionados à jornada de trabalho que, simplesmente, deixou de existir, o que revelou as várias formas de precarização que recaíram e recaem sobre o trabalho docente, especialmente das entrevistadas.

O presente trabalho também evidenciou os impactos da pandemia no trabalho reprodutivo das mulheres, sendo que, neste ponto, é de se destacar que o confinamento representou um momento de grande intensificação dos cuidados. A intensificação decorreu de inúmeros fatores entre os quais se destacaram: as peculiaridades do próprio vírus e as medidas de sua contenção; o fato das redes de apoio terem suspenso suas atividades ou tornado inexistentes; o próprio confinamento e transformação do espaço do lar como o local de todas as relações; entre outros fatores latentes do período mencionado, mas não restrito a ele.

Por meio dos discursos das entrevistadas, evidenciou-se que, muito embora sejam elas mulheres, trabalhadoras, concursadas, em situação econômica favorável em relação à população nacional, elas não se isentam do trabalho doméstico – mesmo quando auxiliadas por companheiros ou demais familiares, quando solteiras ou casadas –, declarando que têm responsabilidades com a casa, filhos, maridos/companheiros, mesmo quando com o auxílio de diaristas ou mensalistas. Porém, mesmo elas não sendo isentas de tal trabalho, mesmo quando fora da pandemia, no contexto pandêmico as entrevistadas relataram um intensificação de tais demandas.

A intensificação se deu por conta da simultaneidade de tarefas, do fato de terem deixado de dividir o trabalho reprodutivo com auxiliares e redes de apoio, a impossibilidade de delegação de tarefas. Para as entrevistadas que possuem filhos, sobretudo filhos pequenos, outra tarefa que impactou seus cotidianos foi se dedicar ao ensino das crianças. Com o fechamento das escolas e as aulas remotas também para as crianças, verificou-se que as tarefas escolares não poderiam ser satisfatoriamente realizadas sem a supervisão de um adulto. As entrevistadas relataram que dedicar horas ao ensino escolar dos filhos gerou estresse e sobrecarga, pois o ensino foi transferido para as famílias, mas precipuamente assumido pelas mães.

Com base em todas essas considerações, concluiu-se que a pandemia impactou a saúde física e mental das docentes entrevistadas, em virtude da sobreposição de tarefas, ausência de delimitação para a jornada de trabalho para o trabalho remunerado, utilização de tecnologias que permitem a simultaneidade; mas que em verdade, representam uma forma de exploração exponencial do trabalho. As entrevistadas com filhos menores foram as mais impactadas pela pandemia, pois sobre elas o trabalho reprodutivo ganhou inúmeros extras, o que lhes gerou exaustão e sobrecarga.

Neste processo, também se identificou como a pandemia serviu de catalisador para a exploração das trabalhadoras, dentro de um ciclo de precarização do trabalho que já estava em curso, mas que com a pandemia se tornou mais evidente. Foi possível concluir que mesmo com o retorno das atividades ao modelo presencial, as docentes seguem vivenciando as sequelas desse período, sendo a principal delas a sobrecarga que ainda persiste.

Por todo exposto, é de se discorrer, também, sobre as contribuições do presente trabalho. Pois bem, com a realização desta dissertação foi possível concitar assuntos que permeiam a sociedade contemporânea, principalmente em relação aos desafios que as mulheres enfrentam cotidianamente, ainda que inseridas em contextos laborais de maior privilégio, considerando que as sujeitas dessa pesquisa, são mulheres dotadas de alto nível de formação profissional.

A pesquisa evidenciou como o mundo do trabalho ocupa papel central na vida dos indivíduos, o que propiciou um refletir sobre o trabalho e suas transformações, atento ao combate das diversas formas de precarização e de mitigação de direitos, sobretudo em momentos de crise, tal qual a pandemia representou. Ao se pensar em mulheres trabalhadoras em um contexto de crise sanitária, o presente trabalho corrobora para conhecimentos de pesquisadores e estudiosos das Ciências Sociais, do Direito, Assistência Social, Psicologia, entre tantas outras áreas, haja vista que os resultados obtidos são permissivos à inúmeras reflexões de diversas searas do saber.

Ademais, considerando as sujeitas da pesquisa, a UNIFAL-MG poderá utilizar os dados coletados para aprimorar as formas em que o corpo docente desempenha seu trabalho dentro da instituição e fora dela, já que com o presente trabalho foi possível identificar aspectos positivos e outros que podem ser aperfeiçoados dentro da instituição.

Por fim, o presente trabalho, ao denunciar questões advindas da reprodução social e da divisão sexual do trabalho, colabora para que os leitores homens possam se atentar ao desempenho das funções de cuidado e com a melhor distribuição das tarefas domésticas, para que, com a mudança advinda no âmbito do lar, possam contribuir para a diminuição da sobrecarga que recai sobre as mulheres pelo simples fato de ser mulher.

Para além das contribuições e implicações educacionais do presente trabalho, admite que a presente dissertação apresenta limitações. Mesmo tendo atingidos os objetivos propostos, o presente trabalho, não foi capaz de abordar os diferentes contextos de trabalho que as mulheres estão inseridas, tampouco conseguiu traçar um recorte aprofundado sobre classes e raças, tendo em vista que a pesquisa aplicada foi realizada com mulheres docentes de uma mesma instituição, que possuem igual nível de formação, ou ao menos semelhante. Possuem faixa etária aproximada e, em grande número, se autodeclararam mulheres brancas.



Sabe-se que o trabalho feminino não pode ser considerado como apenas aquele que se contrapõe ao trabalho masculino, devendo ser levada em consideração a posição socialmente ocupada pela trabalhadora pesquisadora. No mesmo sentido, ao se tratar das relações de trabalho feminino, a análise dos padrões de hierarquização também é relevante, pois em virtude da distinção de classe e de raça o trabalho feminino não pode ser compreendido como algo homogêneo.

Mesmo admitindo referidos pontos, sabe-se que a presente pesquisa trouxe um grupo específico de trabalhadoras e que, por isso, apresentam características em comum, mas não macula os resultados aqui obtidos e serve, inclusive, de impulso para que a presente pesquisa possa ser aplicada com outras sujeitas. Ademais, é de se pontuar que o presente trabalho foi desenvolvido para dissertação de mestrado e desenvolver as entrevistas também com outras trabalhadoras demandaria maior tempo.

Neste sentido, as discussões trazidas na presente dissertação e os resultados obtidos não se limitam ao presente trabalho podendo servir de embasamento para estudos futuros, como no exemplo já citado, ser aplicado a outro grupo de mulheres, outras categorias profissionais. Sugere que pesquisas posteriores possam, também, analisar trabalhadoras que não puderam trabalhar dentro de suas casas no período de confinamento, como as profissionais da saúde, por exemplo. Trabalhadoras informais, mulheres que vivenciaram a situação de desemprego durante a pandemia, mulheres que tiveram que dividir seus lares com um número maior de pessoas/familiares, mulheres que tiveram que lidar com o adoecimento de pessoas dentro de suas casas, que perderam pessoas queridas nesse momento que tanto impactou a humanidade.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho?** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- ALMEIDA, Jane Soares de; SOARES, Marisa. Mudaram os tempos; mudaram as mulheres? Memórias de professoras do Ensino Superior. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 57-580, jul. 2012.
- ALVARENGA, Carolina Faria. **Relações de gênero e trabalho docente: jornadas e ritmos no cotidiano de professoras e professores.** 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- ALVES, Daiana Alessi Nicoletti; STANKEVECZ, Rafael Velloso. **O neoliberalismo e seus impactos no trabalho feminino.** Curitiba: Clássica Editora, 2020.
- ALVES, Giovanni. Trabalho, capitalismo e formas de salariedade: notas teórico-críticas. **O público e o privado**, [s. l.], v. 3, n. 6, p. 109-128, jul./dez. 2005.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado.** Rio de Janeiro: Graal, 1985. v. 2.
- ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. Maternidade no currículo. Projeto de pesquisadoras estima impacto das atividades como mãe na carreira científica. **Revista Fapesp**, São Paulo, v. 269, n.1, ago. 2018.
- ANTÔNIO, Nicoli Carolina; AYUB, Sandra Regina Chalela; TEREBELI, Gabrieli Costa Ribeiro. Impacto da pandemia no âmbito familiar e profissional da mulher. *In*: ZAGO, M. C. **Saúde Mental no Século XXI: indivíduo e coletivo pandêmico.** Guarujá: Editora Científica Digital, 2021. p. 140-155.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2013. p. 13-29.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2015.
- ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado.** São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANTUNES, Ricardo. Proletariado digital, serviços e valor. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida: o mosaico da exploração.** São Paulo: Boitempo, 2019. p.15-24.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência como forma de conhecimento. **Ciênc. Cogn.**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 127-142, ago. 2006.

ARAÚJO, Tânia Maria de; LUA, Iracema. O trabalho mudou-se para casa: trabalho remoto no contexto da pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 46, n.1, p. 7-17, mar. 2021.

ARAÚJO, Lígia Mara Boin Menossi de; MANZANO, Luciana Carmona Garcia. Identidades e (não)lugares da maternidade na ciência: discursos e contra-discursos nas mídias contemporâneas. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 49, n. 3, p. 1185-1199, dez. 2020.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, Rio de Janeiro, v.23, n.1, p. 36-58, out. 2015.

ARRUZZA, Cinzia. **Ligações perigosas**: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo. São Paulo: Usina, 2019.

ÁVILA, Betânia. **Trabalho das mulheres em tempos de pandemia**: SOS Corpo. [s. l.]: Instituto Feminista Para a Democracia, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FRIKWT84zZg&t=1132s>. Acesso em: 24 jul. 2021.

BAARCK, Julia; BALAHUR-DOBRESCU, Alexandra; CASSIO, Laura Giulia; D'HOMBRES, Beatrice; PASZTOR, Zsuzsanna; TINTORI, Guido, Loneliness in the EU. **Insights from surveys and online**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2021. Disponível em: <https://policycommons.net/artifacts/2162363/loneliness-in-the-eu/2917885/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

BACKES, Vanessa Ferreira; THOMAZ, Jean Rodrigo; SILVA, Fabiane Ferreira da. Mulheres docentes no ensino superior: problematizando questões de gênero na Universidade Federal do Pampa. **Cadernos de Educação Tecnologia e Sociedade**, v. 9, n. 2, p. 166-181, 2016.

BESAMUSCA, Janna et al. Working women worldwide: age effects in female labor force participation in 117 countries. **World Development**, [s. l.], v. 74, n.1, p. 123-141. 2015.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social. **Revista Outubro**, Rio de Janeiro, v. 32, n.1, p. 99-113, 2019.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIZERRA, Fernando de Araújo. **Trabalho e Ser Social**: uma relação genética. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/180596>. Acesso em: 29 abr. 2022.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevista em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Santa Catarina, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005.

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. **Os excluídos do interior**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BORIS, Eileen. Produção e reprodução, casa e trabalho. **Tempo social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 101-121, jun. 2014.

BRADLEY, Kate. Reprodução Social em tempo de crise. *In*: GONÇAVES, Guilherme Leite. **Covid-19, Capitalismo e Crise**: bibliografia comentada. Rio de Janeiro: LEICC, 2020. p. 102-112.

BRANDÃO, Helena. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Unicamp, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Aprova Plano o Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jan. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP Nº: 5/2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2020. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=145011-pecp005-20&category\\_slug=marco--2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pecp005-20&category_slug=marco--2020-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 24 jun. 2023.

BRASIL. Todos Pela Educação. **Anuário Brasileiro da Educação Básica no Brasil**. 2021. Disponível em: [https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario\\_21final.pdf](https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf) Acesso em: 2 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus**. 2022. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 2 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 fev. 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/L13979.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13979.htm). Acesso em: 10 ago. 2021.

BRIDI, Maria Aparecida et al. **O trabalho remoto/home-office no contexto da pandemia COVID-19**. Curitiba: Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade, 2020.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta**: algumas comparações regionais. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1989.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Novos olhares**: mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Editora Marco Zero, 1994.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Desigualdades de gênero e deslocamentos da força de trabalho**. São Paulo: LTr., 1995.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação. *In: INTERNATIONAL CONGRESS, LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION*, 21., 1998, Chicago. **Anais** [...]. Chicago, 1998.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p.331-353, dez. 2006.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 541, dez. 2007.

BURKI, Talha. COVID-19 in Latin America. **The Lancet Infectious Diseases**, London, v. 20, n. 5, p. 547-548. 2020. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/laninf/article/PIIS1473-3099\(20\)30303-0/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/laninf/article/PIIS1473-3099(20)30303-0/fulltext). Acesso em: 2 out. 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. O pesadelo macabro da Covid-19 no Brasil: entre negacionismos e desvarios. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/sQgGPbjSPqPSqYnsZxWvxwf/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 2 out. 2022.

CARVALHO, Edmilson. A totalidade como categoria central na dialética marxista. **Revista Outubro**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 15, p. 177-193, out. 2007.

CASARA, Rubens. **Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CASTRO, Bárbara; CHAGURI, Mariana Miggiolaro. Gênero, tempos de trabalho e pandemia: Por uma política científica feminista. **Linha Mestra**, Campinas, v. 14, n. 41, p. 23-31, set. 2020.

CEDRO, Marcelo. Pesquisa social e fontes orais: particularidades da entrevista como procedimento metodológico qualitativo. **Revista Perspectivas Sociais**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 125-135, mar. 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: a Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics**. Chicago: University of Chicago Legal Forum, 1989.

CRESWELL, John. Ward. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUSCIO, Ana. **Feminismo Marxista de Ruptura**. 2020. Disponível: [https://marxismofeminista.com/2020/06/30/feminismo-marxista-de-ruptura/#\\_ftn2](https://marxismofeminista.com/2020/06/30/feminismo-marxista-de-ruptura/#_ftn2). Acesso: 20 maio 2022.

DORE, Rosemary. Gramsci e o debate sobre a escola pública no Brasil. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 26, n. 70, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/JQqvjsTwVfGYnTvZyq3N3Kf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 set. 2022.

DORNA, Livia Borges Hoffmann. O trabalho doméstico não remunerado de mães na pandemia da COVID-19: mudanças e permanências. **Laboreal**, Rio de Janeiro, v. 17, n.1, 2021.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 139-154, mar. 2002.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, v.1, n. 24, p. 213-225, 2004.

DUTRA, Renata Queiroz. A pandemia e a sociedade do trabalho. **Jota Info**, Brasília, DF, mar. 2020. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/a-pandemia-e-a-sociedade-do-trabalho22032020>. Acesso em: 10 ago. 2021.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, do Estado e da propriedade privada**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. **Mediações, Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v.13, n.2, p.121-142, 2008.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. Pandemia, Reprodução e Comuns. **Revista IHU on-line**. São Leopoldo, RS, 30 de abr. 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598501-pandemia-reproducao-e-comuns>. Acesso em: 4 de ago. 2021.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FERGUSON, Susan. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 10, p. 13-38, jan. 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10919/6196>. Acesso em: 08 maio 2022.

FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. **Revista Outubro**, Rio de Janeiro, v. 29, out. 2017. Disponível em: [http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2017/11/02\\_McNally-e-Ferguson\\_2017.pdf](http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2017/11/02_McNally-e-Ferguson_2017.pdf). Acesso em: 8 maio 2022.

FERREIRA, Luciana Haddad.; BARBOSA, Andreza. **Quarantine lessons: limits and possibilities of teaching performance in times of social isolation.** 2020. v. 1. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/205426>. Acesso em: 8 maio 2022.

FERREIRA, Lúcia Gracia; FERRAZ, Roselane Duarte; FERRAZ, Rita de Cássia Souza Nascimento. **Trabalho docente na pandemia: discursos de professores sobre o ofício.** 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/9070/6051>. Acesso em: 24 jun. 2023.

FONSECA, Rhaysa. Contribuições da Teoria da Reprodução Social para o debate contemporâneo sobre as opressões. **Revista do NIEP-Marx**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, dez. 2019.

GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê. **Instituto Paulo Freire**, São Paulo, v. 15, p. 1-18, fev. 2017. Disponível em: [https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o\\_Universit%C3%A1ria\\_-\\_Moacir\\_Gadotti\\_fevereiro\\_2017.pdf](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf). Acesso em: 12 abr. 2023.

GALVÃO, Fabricia Nates dos Santos; RÔOS, Deise; PALMA, Rute Cristina Domingos da. O estágio de docência e os saberes docentes para o Ensino Superior. **Debates em Educação**, [s. l.], v. 15, n. 37, p. 1-20, fev. 2023.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** São Paulo: Plageder, 2009.

GILL, Paul *et al.* Methods of data collection in qualitative research: interviews and focus groups. **British Dental Journal**, [s. l.], v. 204, n. 6, mar. 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. **Gestão.Org**, Pernambuco, v. 3, n. 2, p 80-89, mai./ago. 2005.

GOMES, Ângela Maria de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. **A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil.** Campinas: Editora Unicamp, 2013.

GRANATO, Luísa. A crise do coronavírus acelerou estas tendências do futuro do trabalho. **Exame.com**, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://exame.com/carreira/a-crise-docoronavirus-acelerou-estas-tendencias-do-futuro-do-trabalho/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro; BERNARDES, Shirley Doveslei Borja; LOPES, Aline Moraes; ALEIXINA, Maria Lopes Andalécio. As mulheres praticando Ciência no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2016.

GUIMARÃES, Cléber Pacheco. Análise crítica do discurso: reflexões sobre contexto em Van Dijk e Fairclough. **Eutomia**, Pernambuco, v.1, n. 09, p. 438-457, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Der philosophische Diskurs der Moderne.** Frankfurt: Suhrkamp, 1985.

HAN, Byung-Chul. O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã, segundo o filósofo

Byung-Chul Han. **El Pais Brasil**, [s. l.], v. 22, n. 3, p. 9, 2020.

HARTMANN, Heidi I. The unhappy marriage of Marxism and feminism: towards a more progressive union. **Capital & Class**, [s. l.], v. 3, n. 2, 1979.

HARVEY, David. **Política anticapitalista em tempos de Coronavírus**. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/24/david-harvey-politica-anticapitalista-em-tempos-decoronavirus/>. Acesso em: 29 maio 2022.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, v. 1, n. 1, p. 139-156, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.37, n 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HOOKS, Bell. **Feminist theory: from margin to center**. Boston: South end press, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama: população**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 9 jun. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **A mulher na educação superior brasileira: 1991-2005**. Brasília, DF: Inep, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior 2012: resumo técnico**. Brasília, DF: Inep, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 8 maio 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior 2020: resumo técnico**. Brasília, DF: Inep, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 08 maio 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2020**. Brasília, DF: INEP, 2022. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2020.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2020.pdf). Acesso em: 2 out. 2022.

JAPIASSU, Hilton Ferreira. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

JORGE, Marco Antônio Coutinho; MELLO, Denise Maurano; NUNES, Macla Ribeiro. Medo, perplexidade, negacionismo, aturdimento-e luto: afetos do sujeito da pandemia. **Revista Latinoamericana de psicopatologia fundamental**, São Paulo, v. 23, n. 3, 2020.



Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/SHLx7YvPkW8jTH7WvpqtsDn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jun. 2023.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. **Revista Trabalho e Cidadania**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 55-63, dez. 2003.

KRESS, Gunther. Critical Discourse Analysis. **Annual Review of Applied Linguistics**, [s. l.], v. 11, p. 84-99, 1990.

KURZ, Robert; LOHOFF, Ernst; TRENKLE, Norbert. **Manifeste contre le travail**. [S. l.: s. n.]. 2002.

LEDA, Denise Bessa. Trabalho docente no ensino superior sob o contexto das relações sociais capitalistas. **Reunião Anual da ANPED**, [s. l.], v. 29, p. 1-16. 2006. Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/gt11-1979-int.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2023.

LETA, Jaqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, dez. 2003.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes. Trabalho e identidade: uma reflexão à luz do debate sobre a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea. **Educação & Tecnologia**, v. 12, n. 3, 2007, p. 2.

LOURAU, René. **Objeto e método da análise institucional**. São Paulo: Hucitec, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUKÁCS, György; SCARPONI, Alberto. **Prolegomi all'ontologia dell'essere sociale**: questioni di principio di un'ontologia oggi divenuta possibile. [S. l.]: Guerini e associati, 1990.

MAAR, Wolfgang Leo. A dialética da centralidade do trabalho. **Ciência e Cultura**, Campinas, v. 58, n. 4, p. 26-28, out./dez. 2006.

MACHADO, Juliana Pantoja; VERBICARO, Loiane Prado. Reprodução social: mecanismo de intensificação da exploração das mulheres no sistema capitalista neoliberal. **PERI**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 54-74, 2021.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar, 2005.

MAGALHÃES, Izabel. Introdução: a análise de discurso crítica. **Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 21, n.1, p. 1-9, 2005.

MARCONDES, Mariana Mazzini, et al. **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília, DF: Ipea, 2013.

MARCONI, Maria de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARQUES, Teresa Cristina Novaes. A regulação do trabalho feminino em um sistema político masculino, Brasil: 1932-1943. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.12, n. 34, p 7-46, 1998.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Professor universitário**: um profissional da educação na atividade docente: docência na universidade. Campinas: Papirus, 1998.

MÉDA, Dominique. La fin de la valeur travail? **Revista Esprit**, Paris, v.1, n.1, p.75-93, 1995.

MELO, Iran Ferreira de. **Análise do discurso e análise crítica do discurso**: desdobramentos e intersecções. São Paulo: Boitempo, 2009.

MENDES, Janaína Dutra Silvestre. As mulheres à frente e ao centro da pandemia do novo coronavírus. **Metaxy**: revista Brasileira de Cultura e Política em Direitos Humanos, Rio de Janeiro, mai. 2020. Disponível em: [http://www.neppdh.ufrj.br/artigo\\_20\\_05\\_2020\\_doutora\\_Janaina.pdf](http://www.neppdh.ufrj.br/artigo_20_05_2020_doutora_Janaina.pdf). Acesso em: 8 ago. 2021.

MÉSZÁROS, István. **Do capital para Além**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MUNIZ, Marize; ARAGÃO, Érica. Mulheres são as mais afetadas pelos impactos da pandemia no mercado de trabalho. **Publicações Central Única dos Trabalhadores do Brasil**, São Paulo, v. 1, n. 1, ago. 2020. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/mulheressao-as-mais-afetadas-com-os-impactos-da-pandemia-no-mercado-detrabalho-7aaa>. Acesso em: 4 ago. 2021.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 11, p. 647-654, dez. 2006.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2010.

NEVES, Márcia. **A violência contra a mulher no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

NOGUEIRA, Conceição. Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. **Psicologia e Sociedade**, Recife, v.13, n.1, p.107-128, 2001.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Revista Aurora**, Marília, v. 3, n. 2, p. 59-62, ago. 2010. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1231>. Acesso em: 29 maio 2022.

NÓVOA, António; ALVIM, Yara Cristina. Os professores depois da pandemia. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, n.1, ago. 2021.

NUNES, António José Avelãs. Neoliberalismo e direitos humanos. **Revista da Faculdade de Direito**, São Paulo, v. 98, p. 423-462, 2003.

NUNES, João. A pandemia de COVID-19: securitização, crise neoliberal e a vulnerabilização global. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n.1, p 1-4, 2020.

OFFE, Claus. Trabalho: a categoria-chave da sociologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 5-20, 1989.

OKIN, Suzan Moller. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 327-328, ago. 2008.

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia da COVID-19. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, RJ, v. 16, n. 1, abr. 2020.

OLIVEIRA, Jaqueline Pereira de. Mulheres na economia solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social. **Sociedade e Cultura**, Goiás, v. 11, n. 2, p. 325-332, 2008.

ONUMA, Fernanda Mitsue Soares; OLIVEIRA, Aline Lourenço. A lente teórica da reprodução social contra a miopia sexista da cortina de fumaça da falsa dicotomia entre lutas feministas e austeridade econômica no Brasil atual. In: ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 45., 2021, Maringá. **Anais eletrônicos** [...]. Maringá: ANPAD, 2021.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp. 1990. p. 61-161.

PEREIRA, Mara Dantas *et al.* A pandemia de COVID-19, o isolamento social, consequências na saúde mental e estratégias de enfrentamento: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, [s. l.], v. 9, n. 7, p. 1-35, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4548/4043>. Acesso em: 2 out. 2021.

PEREZ, Licia. Os desafios para o século XXI. **Mulher e Trabalho**, [s. l.], v. 1, n.1, p.55, 2001.

PETO, Lucas Carvalho; VERISSIMO, Danilo Saretta. Natureza e processo de trabalho em Marx. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 30, n.1, p. 1-11, 2018.

PIMENTA, Selma Garrido. **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTEL, Adelma do Socorro Gonçalves; SILVA, Maria de Nazareth Rodrigues Malcher. O. Narrativas do Sofrimento Psíquico de Mulheres na Pandemia da Covid-19. **Gênero na Amazônia**, Belém, n. 19, jan./jun. 2021. Disponível em: <http://generonaamazonia.com/edicoes/edicao-19/07-Narrativas-do-Sofrimento.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2021.

QUEIROS, Gean Breda; AROEIRA, Kalline Pereira. Professores em Docência no Ensino Superior: formação e desafios didático-pedagógicos no atual cenário brasileiro. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, Espírito Santo, v. 12, n. 26, p. 18-36, jan./abr. 2020.

QUERINO, Luciane Cristina Santos; DOMINGUES, Mariana Dias dos Santos; LUZ, R. C. A evolução da mulher no mercado de trabalho. **E-FACEQ**, Jandira v. 2, n. 2, 2013, p. 6.

RAPOSO, Rafael Vitor Manuel. **Religiosidade e a emergência do individualismo durante e após a pandemia**. Portugal: Universidade Lusófona, 2021.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências**. São Paulo: Atlas, 2006.

REIS, Maria Carollina Padilha Montenegro et al. **Trabalho e saúde mental das (os) docentes, antes e durante a covid-19**. 2021. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/5833>. Acesso em: 27 jun. 2023.

RIBEIRO, Paula Regina Costa; SILVA, Fabiane Ferreira. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. **Revista Ciência e Educação**, Bauru, v. 2, n. 2, p. 449-466, abr./jun. 2014.

RODRIGUES, Natália Queiroz Cabral. Trabalho feminino em tempos de pandemia. **Rev. do Trib. Reg. Trab. 10ª Região**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, p. 44, 2020. Disponível em: <https://revista.trt10.jus.br/index.php/revista10/article/view/394/317>. Acesso em: 4 ago. 2021.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres Educadas e a Educação de Mulheres. *In*: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 333-359.

RUAS, Rhaysa. Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 379-415, jan./ mar. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Rearticulando Gênero e Classe Social. *In*: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (org.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Editora Rosa dos Tempos, São Paulo, 1992. p. 183-215.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth Bongiovanni. **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2015.

SANCHES, Solange, GEBRIM, Vera Lucia M. O Trabalho da mulher e as negociações coletivas. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n.49, p 99-116, dez. 2003.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Nereide. Currículo: um grande desafio para o professor. **Revista de Educação**, São Vicente, v. 16, p. 35-38, out. 2003.

SEGATO, Rita Laura. Patriarcado: del borde al centro: disciplinamiento, territorialidad y crueldad en la fase apocalíptica del capital. *In*: SEGATO, Rita Laura (org.). **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016. p. 102-109.

SEGGIARO, Felipe Balestrin. Mulheres no Mercado de Trabalho: Análise das dificuldades de gênero enfrentadas pelas mulheres do século XXI. **Revista Metodista de Administração do Sul**, Rio Branco, v. 2, n. 2, p 83-107, 2017.

SCOTT, Joan Wallach. A mulher trabalhadora. **História das Mulheres no Século XIX**, v. 4, 1994.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 20, v. 2, p, 86-88, 1995.

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DE RH PARA CT&I. **Participação de mulheres entre os titulados**. c2019-2021. Disponível em: <https://mestresdoutores2019.cgee.org.br/web/guest/-/participacao-mulheres-titulados>. Acesso em: 03 abr. 2023.

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DE RH PARA CT&I. **Ritmo de crescimento**. c2019-2021. Disponível em: <https://mestresdoutores2019.cgee.org.br/web/guest/-/participacao-mulheres-titulados>. Acesso em: 03 abr. 2023.

SHOO, Márcia. **Mulheres e o mundo do trabalho**. 2008. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=5kNmdIjGs\\_c&t=17s](https://www.youtube.com/watch?v=5kNmdIjGs_c&t=17s). Acesso em: 10 dez. 2021.

SILVA, Jardel Messias; BRANDÃO, Jailson Braga. Os sentidos do trabalho: uma análise circunscrita ao trabalho dos docentes de duas instituições de ensino superior em Salvador. **Revista Formadores**, Cachoeira, Bahia, v. 7, n. 1, p 46-59, 2014. Disponível em: <https://seer-adventista.com.br/ojs3/index.php/formadores/article/view/446/422>. Acesso em 19 mar. 2022.

SILVA, Mariana Favareto; QUINTELLA, Siumara Silveira Melo. **A categoria da totalidade concreta: o epistemológico e o ontológico na definição de um objeto de investigação científica**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SILVA, Paula Junqueira de; LIMA, Antônio Bosco de. O oportunismo neoliberal na pandemia de 2020: a nova morfologia da educação e a superexploração do trabalho docente. **Movimento-revista de educação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 21. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/42973/27658>. Acesso em: 17 jul. 2023.

SIQUEIRA, Carolina Bastos de; BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo. As ondas do feminismo e seu impacto no mercado de trabalho da mulher. **Revista Thesis Juris**, 2020. Disponível em: <http://repositorio.fdv.br:8080/handle/fdv/894>. Acesso em: 18 maio 2022.

SOUZA, Eloisio Moulin de. **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional**: uma abordagem teórico-conceitual. Vitória: Edufes, 2014.

SOUZA, Katia Reis de et al. Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, n.1, p 1-14, 2021.

SOUZA, Diego de Oliveira; MENDONÇA, Henrique Pereira Freitas de. Trabalho, ser social e cuidado em saúde: abordagem a partir de Marx e Lukács. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 21, p. 543-552, jul./set. 2017.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TABAK, F. **O Laboratório de Pandora**: estudos sobre a ciência no feminino. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.

TARTUCE, Gisele Lobo Baptista Pereira. **O que há de novo no debate da qualificação do trabalho?** Reflexões sobre o conceito com base nas obras de George Friedmann e Pierre Naville. São Paulo: USP, 2002. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-02062003-170242/en.php>. Acesso em: 20 abr. 2022.

TELES, Gabriel. As contribuições da categoria da totalidade para a análise dos movimentos sociais. **Revista Alamedas**, Paraná, v. 6, n. 2, 2018.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Decifrar o código**: educação de meninas e mulheres em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM). Brasília, DF: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2018. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000264691>. Acesso em: 4 jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **Mestrado Profissional em Administração Pública**. 2022. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/profiap/docentes>. Acesso em: 01 ago. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **Programa de pós-graduação em Gestão Pública e Sociedade**. 2022. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/ppgps/pt-br/docentes>. Acesso em: 01 ago. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **Programa de pós-graduação em economia**. 2022. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/ppgeconomia/apresentacao/linhas-de-pesquisa-corpo-docente-e-disciplinas/>. Acesso em: 01 ago. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **História**. 2023. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/portal/a-unifal->

mg/#:~:text=A%20Universidade%20Federal%20de%20Alfenas,11%20de%20setembro%20de%201915. Acesso em: 2 abr. 2023.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Macrostructures**. Hillsdale: New Jersey: Erlbaum, 1980.

VAN DIJK, Teun Adrianus. Principles of critical discourse analysis. **Discourse & Society**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 249-283, 1993.

VAN DIJK, Teun Adrianus. El estudio del discurso. *In*: VAN DIJK, T. **El discurso como estructura y proceso**. Barcelona: Gedisa, 2000. cap. 1, p. 21-65.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Multidisciplinary CDA: a plea for diversity**. London: Sage, 2001.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto. 2008.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Context and language: discourse and context: a socio-cognitive approach**. Cambridge: University Press, 2008.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva**. São Paulo: Contexto, 2012.

VAN DIJK, Teun Adrianus; MEDEIROS, Breno Wilson Leite; ANDRADE, Maria Lúcia CVO. Análise crítica do discurso multidisciplinar: um apelo em favor da diversidade. **Linha d'Água**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 351-381, 2013.

VASCONCELOS, Yumara Lúcia. O mundo do trabalho pós-pandemia: cenários, desafios e inquietações. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v.1, n.1, p 3-12, abr. 2021.

VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 23, n.1, p. 1-5, 2020.

VOGEL, Lise. Marxism and feminism: unhappy marriage, trial separation or something else? *In*: SARGENT, Lygia (org). **Women and Revolution: a Discussion of the Unhappy Marriage of Marxism and Feminism**. Montreal: Black Rose Books, 1981. p. 151-204.

VOGEL, Lise. **Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory**. Brill, 2013.

YOUNG, Iris. Beyond the unhappy marriage: a critique of the dual systems theory. *In*: SARGENT, Lygia (org). **Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism**. Montreal: Black Rose Books, 1981. p. 49-50.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011.

**APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Raça/cor: \_\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_ Filhos (s/n, quant.): \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

1. Como começou a trabalhar na UNIFAL? E a qual curso / Programa está vinculada?
2. Há quanto tempo trabalha nesta instituição?
3. Como a entrevistada enxerga a importância do seu trabalho dentro da instituição e fora dela?
4. Em março de 2020, quando a pandemia do Coronavírus foi declarada, qual foi o seu sentimento em relação ao trabalho?
5. Quais foram as primeiras medidas adotadas pela instituição em relação à Covid-19? Forneceu algum suporte para a entrevistada? Se sim qual?
6. Quando começou a trabalhar à distância já possuía alguma estrutura física e um preparo para desenvolver o trabalho remotamente?
7. Em virtude do modelo remoto, o trabalho passou a apresentar novas exigências?
8. Entre as mudanças do trabalho, quais foram as mais desafiadoras?
9. Acredita que o fato de ficar longe do espaço físico da empregadora pode ter gerado algum tipo de atraso / prejuízo para o seu desenvolvimento profissional?
10. Acredita que o sentimento de grupo/ pertencimento com a instituição tenha ficado fragilizado com o distanciamento?
11. Sobre a dinâmica dentro de casa, houve algum desafio para conciliar o trabalho da instituição com as demandas do lar? Se sim, acredita que isso se deve a qual ou quais fatores?
12. Teve outra pessoa de sua residência que também aderiu ao trabalho remoto? Se sim, como foi? Sentiu que foi mais fácil para essa pessoa ou para você e por qual motivo?
13. Como as tarefas domésticas ficaram divididas na sua residência durante o período que trabalhou de maneira remota? Essa configuração se manteve depois da retomada das atividades presenciais?
14. Quais foram as vivências mais marcantes desse período de pandemia?
15. Gostaria de acrescentar alguma coisa?